UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MÁRCIA GOMES FERNANDES

O Esquadrão da Morte de São Paulo e a Imprensa Paulista: um estudo sobre o Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo (1968 – 1978)

São Paulo

2018

MÁRCIA GOMES FERNANDES

O Esquadrão da Morte de São Paulo e a Imprensa Paulista: um estudo sobre o Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo (1968 – 1978)

VERSÃO CORRIGIDA

De acordo

Prof.^a Dr.^a. Maria Aparecida de Aquino

Data____/____/____

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social

Orientação: Prof.^a Dr.^a. Maria Aparecida de Aquino

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo

Fernandes, Márcia

O Esquadrão da Morte de São Paulo e a Imprensa Paulista: um estudo sobre o Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo (1968 - 1978) / Márcia Fernandes; orientadora Maria Aquino.

- São Paulo, 2018. 209f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Esquadrão da Morte. 2. Violência Policial. 3. Imprensa. 4. Justiça. I. Aquino, Maria, orient. II. Título.

Nome: FERNANDES, Márcia Gomes.

Título: O Esquadrão da Morte de São Paulo e a Imprensa Paulista: um estudo sobre o Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo (1968 – 1978)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.^a. Dr.^a. Maria Aparecida de Aquino (Orientadora – USP)

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Prof. (a). Dr. (a). _____ ()

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Prof. (a). Dr. (a). _____ ()

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Prof. (a). Dr. (a). _____ ()

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Prof. (a). Dr. (a). _____ ()

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Prof. (a). Dr. (a). _____ ()

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Àqueles que foram torturados e mortos pelo Esquadrão da Morte e cujas vozes ainda se fazem ouvir.

In memoriam

AGRADECIMENTOS

À Professora Dr.^a Maria Aparecida de Aquino, pelo apoio e orientação no desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos professores da banca de qualificação, Drº Gildo Magalhães dos Santos Filho e Drº Walter Cruz Swensson Júnior, pelas contribuições que foram essenciais para o andamento da pesquisa.

Aos meus amigos Marco Antonio e Daniel, um agradecimento muito especial, pelo apoio constante, pelos diálogos preciosos e pela ajuda inestimável em superar as dificuldades enfrentadas. Muitíssimo obrigada!

Ao Diego, pela leitura atenciosa do texto final.

Ao pessoal da Superintendência de Assistência Social, especialmente à Mara, à Luiza e à Neuza, pelo grande apoio que me deram.

Aos colegas da Universidade Federal do Amapá, pelo apoio para que a tese fosse concluída.

Aos meus pais, por terem me apoiarem em meus estudos e terem me ensinado o valor da educação.

Aos companheiros do CRUSP, pela convivência rica em aprendizados.

Quando, seu moço, nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome pra lhe dar
Como fui levando não sei lhe explicar
Fui assim levando, ele a me levar
E na sua meninice, ele um dia me disse
Que chegava lá
Olha aí! Olha aí!

Olha aí!
Ai, o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri e ele chega

Chega suado e veloz do batente
Traz sempre um presente pra me encabular
Tanta corrente de ouro, seu moço
Que haja pescoço pra enfiar
Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
Chave, caderneta, terço e patuá
Um lenço e uma penca de documentos
Pra finalmente eu me identificar
Olha aí!

[...]

Chega no morro com carregamento
Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador
Rezo até ele chegar cá no alto
Essa onda de assaltos está um horror
Eu consolo ele, ele me consola
Boto ele no colo pra ele me ninar
De repente acordo, olho pro lado
E o danado já foi trabalhar
Olha aí!

[...]

Chega estampado, manchete, retrato
Com vendas nos olhos, legenda e as iniciais
Eu não entendo essa gente, seu moço
Fazendo alvoroço demais
O guri no mato, acho que ta rindo
Acho que ta lindo de papo pro ar
Desde o começo eu não disse, seu moço!
Ele disse que chegava lá
Olha aí! Olha aí!

Olha aí!
Ai, o meu guri, olha aí!
Olha aí!
É o meu guri (2x)

“O meu guri”, de Chico Buarque

RESUMO

FERNANDES, Márcia Gomes. Título: **O Esquadrão da Morte de São Paulo e a Imprensa Paulista: um estudo sobre o Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo (1968 – 1978)**. 2017. 201 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A presente tese consiste em um estudo das representações sociais pelos jornais *Jornal da Tarde*, especificamente as matérias do jornalista Percival de Souza, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* sobre o Esquadrão da Morte da cidade de São Paulo, compreendendo o período de novembro de 1968 a dezembro de 1978. Tem como objetivo contribuir para o estudo histórico da imprensa e sua atuação no Brasil contemporâneo, na medida em que seus agentes possuem interesses e objetivos reais na construção e condução de uma interpretação coletiva da sociedade. Adotamos o conceito de representações sociais do historiador Roger Chartier, sendo que de acordo com este as representações sociais produzem práticas e estratégias, no intuito de legitimar um projeto reformador, em detrimento de outro. Além disso, foram realizadas entrevistas, tendo por objetivo ampliar a discussão em torno das fontes e recuperar um dado contexto que não pudemos apreender das reportagens analisadas, dando voz aos protagonistas da história. As entrevistas realizadas foram com o jornalista Percival de Souza, os Procuradores Dr. Hélio Pereira Bicudo e o Dr. João Benedito Azevedo Marques, que foram protagonistas nas investigações sobre as atividades do Esquadrão da Morte, e o Capitão Francisco Jesus da Paz. Por fim, a pesquisa constatou que se no início as matérias apontam para o surgimento do Esquadrão da Morte como um ato de vingança, aderindo às versões dos delegados e policiais, a partir de meados dos anos de 1970 os jornais assumem uma nova postura ao apresentar a incoerência das autoridades públicas do Poder Executivo do Estado de São Paulo, particularmente o ex-governador Roberto de Abreu Sodré e o ex-secretário de Segurança Pública Hely Lopes Meirelles, em continuarem negando a existência do Esquadrão da Morte, além de destacarem o empenho da Justiça para punir os integrantes do Esquadrão da Morte.

Palavras-Chaves: Esquadrão da Morte. Violência Policial. Imprensa. Justiça.

ABSTRACT

FERNANDES, Márcia Gomes. Título: The Death Squad of Sao Paulo city and the press of Sao Paulo: a study of *Jornal da Tarde*, *O Estado de São Paulo* and *Folha de São Paulo* (1968 – 1978). 2017. 201 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paul, 2017.

This thesis is a study of the social representations presented in the articles published in the newspaper *Jornal da Tarde* (JT) - specifically the articles written by the journalist Percival de Souza -, and articles from *O Estado de São Paulo* (OESP) and *Folha de São Paulo* (FSP) on the Death Squad of Sao Paulo city, comprising the period from November 1968 to December 1978. It aims to contribute to the historical study of the press and its operation in contemporary Brazil, insofar as its agents have real interests and aims in the construction and in the conduction of a collective interpretation of society. We adopt the concept of social representations by the historian Roger Chartier, according to whom, the social representations produce practices and strategies, aiming to legitimize a reform project, to the detriment of others. In addition, we made interviews, aiming to broaden the discussion about the sources and to recover a certain context that we were not able to understand only by analyzing the articles. In doing this, we also gave voice by interviewing the protagonists of the story - the journalist Percival de Souza, and the attorneys Hélio Pereira Bicudo and Dr. João Benedito Azevedo Marques (who participated in the investigations on the activities of the Death Squad) - and the Captain Francisco Jesus da Paz. Finally, the research found out that, at the beginning, the articles presented the emergence of the Death Squad as a revenge act, accepting police officers and chiefs' versions of the story. However, from the 1970s and forwards, the newspapers changed its perspective and showed the incoherence of the public authorities of the Executive Branch of the State of Sao Paulo, particularly regarding to the former governor Roberto de Abreu Sodré and to the former Secretary of Public Security Hely Lopes Meirelles, who insisted in denying the existence of the Death Squad, they also highlighted the work of Justice to punish the members of the Death Squad. Besides, from the 1970s and forwards, these newspapers also highlighted the actions of Justice to punish the members of the Death Squad.

Keywords: Death Squad. Police violence. Newspapers. Justice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – É Isso Aí.....	17
Figura 2 – Flagrante: nosso governador mentiu outra vez.....	18
Figura 3 – Esquadrão, seu cartaz e 3 vítimas.....	55
Figura 4 - Esquadrão quer vingar policial	70
Figura 5 – Reprodução da Carta de Jan Josef Barta entregue a Percival de Souza e publicada no Jornal da Tarde (25.07.1970).....	73
Figura 6 - Agora os assassinos estão com medo	76
Figura 7 – “E assim mataram Guri”	79
Figura 8 - Por que matá-lo 86 vezes?	79
Figura 9 - Sodré volta a negar existência do Esquadrão.....	132
Figura 10 - O Governo escapa do Esquadrão?	136
Figura 11 - Esquadrão ameaça matar Bicudo.....	138
Figura 12 - Justiça denuncia escalada.....	142
Figura 13 - Fleury deve apresentar-se hoje	160
Figura 14 - Fleury deve apresentar-se hoje – Matéria Censurada	161
Figura 15 - Juiz decreta prisão de Fleury	170

LISTA DE SIGLAS

ACIDC	Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias
ACIE	Associação dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira no Brasil
ACISO	Ação Cívico Social
AID	Agency for International Development (Organização para o Desenvolvimento Internacional)
ATA	Anti-Terrorism Assistance Program (Programa de Ajuda Antiterrorismo)
CIA	Central Intelligence Agency (Organização Central de Inteligência)
CI G	Counter-Insurgency Group (Grupo de Antiinsurreição)
Condi	Conselho de Defesa Interna
DEA	Órgão norte-americano de controle de drogas (Drug Enforcement Administration)
Degran	Departamento de Polícia da Grande São Paulo
DEIC	Departamento Estadual de Investigações Criminais
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DESPS	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
D.I.	Departamento de Investigações
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI-CODI Interna	Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FOIA	Lei de Liberdade de Informação
FP	Força Pública
GC	Guarda Civil
IAPA	Inter-American Police Academy (Academia Interamericana de Polícia)
ICA	International Cooperation Administration (Administração de Cooperação Internacional)

ICITAP	Internacional Criminal Investigative Training Assistance Program (Programa Internacional de Ajuda ao Treinamento em Investigação Criminal)
INPOLSE	Internacional Police Services (Serviços de Polícia Internacional)
NSC	National Security Council (Conselho de Segurança Nacional)
OBAN	Operação Bandeirante
OCB	Operations Coordinating Board (Grupo Coordenador de Operações)
OIDP	Overseas Internal Defense Policy
OPS	Office of Public Safety
OSIP	Overseas Internal Security Program (Programa de Segurança Interna Além-Mar)
RONE	Rondas Noturnas Especiais da Polícia Civil
ROSA	Ronda do Setor de Assaltos
ROTA	Rondas Ostensivas Tobias Aguiar
RUDI	Rondas Unificadas do Departamento de Investigações
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SIS	Special Intelligence Service (Serviço Especial de Inteligencia)
SISSEGIN	Sistema de Segurança Interna
SNI	Serviço Nacional de Informações
USIA	United States Information Agency (Agência de Informação dos EUA)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PARTE I – ESQUADRÃO DA MORTE: DAS ORIGENS DA POLÍCIA AO SURGIMENTO DO ESQUADRÃO DA MORTE.....	35
CAPÍTULO 1 – A Instituição Policial	37
CAPÍTULO 2 – Origem do Esquadrão da Morte: um ato de vingança?.....	53
2.1. O Esquadrão da Morte do Rio de Janeiro	54
2.2. O Esquadrão da Morte da cidade de São Paulo	62
2.3. Uma proposta de compreensão sobre a origem do Esquadrão da Morte.....	82
PARTE II – ESQUADRÃO DA MORTE: OMISSÃO DAS AUTORIDADES X COMPROMETIMENTO DA JUSTIÇA	91
CAPÍTULO 3 – A Repressão Militar e o Delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury..	93
3.1. Òrgãos de repressão	94
3.1.1. Operação Bandeirante (OBAN).....	95
3.1.2. DOI – CODI.....	97
3.1.3. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)	103
3.2. Um delegado e seu <i>modus operandi</i>	104
CAPÍTULO 4 – Um novo olhar sobre o Esquadrão da Morte.....	118
4.1. Um esquadrão inexistente	119
4.2. Um embate entre Poderes	135
4,3. Um delegado acima da lei.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS	179

ANEXOS195

ANEXO A – Governadores do Estado e Secretários de Segurança Pública 195

ANEXO B – Entrevista com Percival de Souza 197

ANEXO C – Entrevista com o Dr. Hélio Pereira Bicudo..... 199

ANEXO D – Entrevista com Dr. João Benedito Azevedo Marques 203

ANEXO E – Entrevista com o Capitão Francisco Jesus da Paz..... 208

INTRODUÇÃO

A presente Tese de Doutorado consiste no estudo das representações sociais pelos jornais *Jornal da Tarde*, especificamente as matérias do jornalista Percival de Souza¹, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* sobre o Esquadrão da Morte da cidade de São Paulo², compreendendo o período de novembro de 1968 a dezembro de 1978. Durante esse período os jornais fizeram a cobertura a respeito das execuções perpetradas pelo Esquadrão da Morte, das investigações realizadas pelo Ministério Público sobre as acusações dos assassinatos atribuídos ao Esquadrão da Morte e sobre os julgamentos dos policiais envolvidos com os crimes do Esquadrão da Morte, principalmente em torno da figura do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury.

Como fontes de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas reportagens sobre o Esquadrão da Morte da cidade de São Paulo dos já citados jornais: *Jornal da Tarde*, especificamente as matérias do jornalista Percival de Souza, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*. Optamos por esses jornais porque oferecem uma cobertura mais ampla a respeito do Esquadrão da Morte da cidade de São Paulo, possibilitando acesso a uma quantidade maior de informações³.

O impresso *Jornal da Tarde* foi criado no ano de 1966 pelo grupo do jornal *O Estado de São Paulo*. A equipe responsável pela criação do *Jornal da Tarde* foi liderada pelo jornalista Mino Carta⁴, que foi seu primeiro editor. A proposta do *Jornal da Tarde* era ser um jornal

¹ O jornalista Percival de Souza acompanhou as ações do Esquadrão da Morte desde o início. Foi pioneiro na cobertura do Esquadrão da Morte. Suas reportagens são detalhadas, trazem fotografias, testemunhos, declarações de autoridades e algumas análises de acadêmicos. Suas matérias cobrem o período entre novembro de 1968 até dezembro de 1971, quando os processos contra os integrantes do Esquadrão da Morte estavam em andamento.

² Havia no Estado de São Paulo o Esquadrão da Morte que atuava na cidade de São Paulo e o Esquadrão da Morte que atuava na Baixada Santista. Nesse sentido, ao nos referirmos ao Esquadrão da Morte, estaremos tratando daquele que atuava na cidade de São Paulo.

³ Importante assinalar que os acervos desses periódicos se encontram preservados e digitalizados, com exceção do periódico *O Jornal da Tarde*. No entanto, o acervo de *O Jornal da Tarde* está preservado fisicamente, o que possibilitou que as reportagens do jornalista Percival de Souza fossem fotografadas. Apesar disso, muitas de suas matérias sobre o Esquadrão da Morte constam nos catálogos de reportagens, mas não estão nas edições encadernadas, ou seja, se perderam. .

⁴ Demétrio Giuliano Gianni Carta (06.07.1933) trabalhou em importantes veículos de imprensa: *Quatro Rodas*, *Jornal da Tarde*, *Veja*, *Isto É* e *Carta Capital*, da qual ainda é diretor de Redação. Mino Carta

inovador e ousado, inspirado no intenso movimento cultural e nas mudanças de comportamento que ocorriam na segunda metade do século XX. A princípio, o *Jornal da Tarde* adotou o modelo do jornal francês *France Soir*⁵, mas progressivamente foi abandonando o modelo do periódico francês e consolidando seu próprio estilo de produzir e divulgar notícias. Tanto que o *Jornal da Tarde* apresentava características de revista semanal. A fase inicial, considerada por Ruy Mesquita como "a mais brilhante" da história do *Jornal da Tarde*, terminou em meados dos anos 1970, quando o Jornal precisou restringir seus gastos, deixando de priorizar assuntos mais importantes e apresentar grandes reportagens, perdendo o feitio de revista.

Em 1966, o *Jornal da Tarde* publicou uma manchete que denunciava a ameaça de censura, em 23 de dezembro de 1966: "Ditador quer calar a Imprensa". Dois anos depois, o governo tentou impedir o *Jornal da Tarde* de publicar uma matéria sobre a crise no Congresso Nacional que culminou na decretação do Ato Institucional nº 5⁶, o qual foi criticado pelo diretor Ruy Mesquita. Essa situação resultou no bloqueio, pela Polícia Federal, da saída do Jornal pela Rua Major Quedinho. O *Jornal da Tarde* seguia sendo impresso, todavia policiais que cercavam a saída do Jornal diziam: "*Pode rodar, mas distribuir não vai*". Pouco depois eles souberam que o *Jornal da Tarde* estava nas bancas, e o próprio general Sílvio Corrêa de Andrade, chefe da Polícia Federal, saiu para recolher nos quiosques de venda os exemplares, que estavam saindo pela Rua Martins Fontes, oposta à Major Quedinho, por outra esteira.

também é escritor e possui diversas obras publicadas como: *O Castelo de Âmbur* (2000), *A Sombra do Silêncio* (2003) e *O Brasil* (2013). Em novembro de 2006, Mino Carta recebeu o prêmio de *Jornalista Brasileiro de Maior Destaque no Ano*, da Associação dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira no Brasil (ACIE).

⁵ O jornal *France Soir* foi criado em novembro de 1944 por Robert Salmon e Philippe Viannay. O jornal apresentava edições simples mas eficiente: manchetes atraentes, fotos, *scoops* (furos jornalísticos) e novidades como os famosos quadrinhos verticais inventados e escritos diariamente por Paul Gordeaux.

⁶O Ato Institucional nº 5 foi decretado em 13 de dezembro de 1968, durante a presidência do general Artur da Costa e Silva. A decretação do AI-5 deveu-se ao fato do Congresso Nacional recusar-se a cassar o mandato do Deputado Márcio Moreira Alves, MDB, que lançou um apelo ao povo brasileiro para que não participasse dos desfiles de 7 de setembro; e do deputado Hermano Alves (MDB). O AI-5 autorizava o Presidente da República a, sem apreciação do Poder Judiciário, decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir no estados e municípios; cassar mandatos de parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do *habeas-corpus*. O AI-5 representou o recrudescimento do Regime Militar, assinalando o período mais duro do Regime Militar. Vigorou até 1978, quando o presidente Ernesto Geisel revogou todos os Atos Institucionais. (cpdoc.fgv.br/produção/dossies/FatosImagens/AI5).

Na década de 1970, o *Jornal da Tarde* ficou sob censura, tendo a presença de censores em sua redação. Por iniciativa de Ruy Mesquita, as notícias censuradas passaram a ser substituídas por receitas culinárias que não funcionavam (não apenas como uma forma de protesto, mas também porque nem sempre a receita cabia no espaço deixado pela censura) ou com títulos irônicos como, por exemplo, "*Aves à passarinho*", em referência ao então senador Jarbas Passarinho. O título que fez mais sucesso foi "*Lauto Pastel*", crítica ao então governador do Estado de São Paulo, Laudo Natel.

Além disso, o *Jornal da Tarde* criou primeiras páginas consideradas históricas. Uma delas foi sobre o ex-presidente da República Jânio Quadros, que aparece numa foto de página inteira visivelmente embriagado. Sem usar fotos, mas com caricaturas do governador do Estado de São Paulo Paulo Salim Maluf, o *Jornal da Tarde* fez uma série de capas no ano de 1982, em que o nariz de Paulo Maluf crescia a cada edição, uma referência irônica aos prejuízos da Paulipetro (Paulista Petróleo)⁷.

⁷ A Paulipetro foi uma empresa criada, durante o governo de Paulo Salim Maluf, com o objetivo de extrair petróleo e gás natural na Bacia do Rio Paraná.

Figura 1. É Isso Aí. (Fonte: *Jornal da Tarde*, 16.11.1965).

Figura 2. Flagrante: nosso governador mentiu outra vez. (Fonte: *Jornal da Tarde*, 05.03.1982).

O jornal ainda publicou capas conceituais, com uma grande imagem sem manchete ou uma em que quatro assuntos eram apresentados com o mesmo destaque e a manchete pedia "ajuda" ao leitor: "*Escolha aqui a sua grande manchete*". Devido a esse conceito inovador, o *Jornal da Tarde* passou a ser, segundo o diretor Sandro Vaia, "objeto de desejo dos jornalistas".

Na data 29 de outubro de 2012, o Grupo Estado emitiu uma nota oficial, confirmando o encerramento das atividades do *Jornal da Tarde*. A última edição circulou em 31 de outubro de 2012, uma retrospectiva de 46 anos do *Jornal da Tarde* com a manchete "*Para ficar na história*".

Ao final do século XIX, o jornal *O Estado de São Paulo* era o maior jornal do Estado de São Paulo. Empresa da família Mesquita a partir de 1890, o *O Estado de São Paulo* apoiou a causa dos Aliados durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Em 1930, *O Estado de São Paulo*, que possuía vínculos com o Partido Democrático⁸, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. No entanto, Getúlio Vargas foi derrotado nas eleições, assumindo o poder por meio da Revolução de 1930, aclamada pelo *O Estado de São Paulo* como o marco do fim do sistema oligárquico no Brasil.

No entanto, durante o governo de Getúlio Vargas, o *O Estado de São Paulo* passa a fazer parte da oposição e, em março de 1940, é invadido pelo DOPS (à época, Delegacia de Ordem Política e Social) com a acusação de armazenar armas. O *O Estado de São Paulo* foi fechado e, posteriormente, confiscado pela ditadura Varguista – sendo administrado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda)⁹ até 6 de dezembro de 1945, quando foi devolvido pelo Supremo Tribunal Federal a seus legítimos proprietários após a deposição de Getúlio Vargas. Os números publicados durante a intervenção governamental são desconsiderados da história do periódico.

⁸ O Partido Democrático foi fundado pelos dissidentes do Partido Republicano Paulista (PRP) em 24 de fevereiro de 1925. O Partido Democrático (PD) apoiou a candidatura de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1930. No entanto, após a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas à presidência, o PD aproximou-se do Partido Republicano Paulista e organizou a Frente Única por São Paulo, que atuou na campanha Constituinte e envolveu-se na Revolução Constitucionalista de 1932.

⁹ O Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado por um decreto de Getúlio Vargas em dezembro de 1939. O objetivo do DIP foi difundir a ideologia do Estado Novo junto à população do Brasil. O DIP deveria coordenar, orientar e centralizar a propaganda externa e interna veiculada no país, estabelecer a censura, dirigir o programa de rádio oficial do governo e organizar atividades cívicas, de lazer e culturais. Por meio do DIP, o governo de Getúlio Vargas exercia o controle da informação no país.

Entre os anos de 1946 e 1964, o *O Estado de São Paulo Estado* aliou-se à União Democrática Nacional (UDN)¹⁰ de Carlos Lacerda¹¹ e fez oposição a todos os presidentes, especialmente ao governo de João Goulart (1961-1964). Em 1962, o diretor Júlio de Mesquita Filho escreveu o Editorial "*Roteiro da Revolução*", procurando construir a união entre a oposição civil e os militares que desde o início da República intervinham na política brasileira. Em 1964, o *O Estado de São Paulo* apoiou o Golpe Militar — descrito como "contragolpe" por Ruy Mesquita — e a eleição indireta do general Humberto de Alencar Castelo Branco. No dia 1 de abril de 1964, Ruy Mesquita publicou o texto "São Paulo repete 32" declarando apoio à derrubada do presidente João Goulart, traçando um paralelo entre o Golpe de 1964 e a Revolução Constitucionalista de 1932¹².

¹⁰ A União Democrática Nacional (UDN) foi um partido político criado em 7 de abril de 1945 e extinto em 27 de outubro de 1965. Os udenistas fizeram oposição sistemática a Getúlio Vargas, especialmente à política social e à intervenção estatal na economia do país. A UDN ganhou as eleições presidenciais em 1960, apoiando Jânio Quadros. O udenismo defendia os interesses dos proprietários de terra e da indústria ligada ao capital internacional e sua plataforma política era marcadamente elitista. Em 1964 apoiou o Golpe Militar no Brasil, que derrubou o presidente João Goulart.

¹¹ Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977) foi jornalista e político. Iniciou sua carreira de jornalista como *free lance* no *Correio da Manhã* em 1945. Começou sua carreira política em 1947 como vereador no Distrito Federal, pela UDN. Em 1949, fundou a *Tribuna da Imprensa* que, representando as propostas da UDN, fez oposição às forças políticas ligadas a Getúlio Vargas. Em 5 de agosto de 1954, Carlos Lacerda sofreu um atentado que resultou na morte do Major Rubens Florentino Vaz. Carlos Lacerda utilizou-se da *Tribuna da Imprensa* para defender a interferência dos militares na política do Brasil. Em dezembro de 1960, Carlos Lacerda tomou posse como o primeiro governador do recém-criado Estado da Guanabara. Liderando o setor radical da UDN do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda distanciou-se dos setores liberais do partido que apoiavam o presidente Jânio Quadros. Em 1964, Carlos Lacerda participou da articulação do Golpe Militar. No entanto, com a suspensão das eleições diretas para presidente, as pretensões políticas de concorrer à presidência foram frustradas; assim Carlos Lacerda se afastou do governo da Guanabara em novembro de 1965. Em 1966, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart formaram a Frente Ampla, que teve suas atividades cessadas em abril de 1968. Com a decretação do AI-5, Carlos Lacerda teve seus direitos políticos cassados por dez anos. No início de 1969, viajou para a Europa. Faleceu no Rio de Janeiro em 21 de maio de 1977.

¹² A Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas à presidência provocou insatisfação no Estado de São Paulo devido à centralização política e à nomeação de interventores no Estado. Os paulistas defendiam a eleição para presidente, mas Getúlio Vargas mantinha o Governo Provisório. Os paulistas passaram a exigir a elaboração de uma nova Constituição e a convocação de eleições presidenciais; exigiam a saída do interventor pernambucano e a nomeação de um interventor paulista. Diante da recusa de Getúlio Vargas em atender às reivindicações, os paulistas promoveram intensas manifestações que, com o apoio dos meios de informação, levou às ruas milhares de pessoas dando início à Revolução de 1932 — uma batalha entre o Estado de São Paulo e o governo de Getúlio Vargas que perdurou entre 9 de julho de 1932 a 2 de outubro de 1932.

Minas desta vez está conosco... Dentro de poucas horas, essas forças não serão mais do que uma parcela mínima da incontável legião de brasileiros que anseiam por demonstrar definitivamente ao caudilho que a nação jamais se vergará às suas imposições. (São Paulo repete 32. *Estado de S. Paulo*, 01 de abril de 1964).

O apoio ao Regime Militar é rompido, pelo *O Estado de São Paulo*, quando se delineia a continuidade dos militares no poder. Em 13 de dezembro de 1968, a edição do *O Estado de São Paulo* foi apreendida em razão da recusa de Júlio Mesquita Filho em excluir da seção "Notas e Informações" o editorial "*Instituições em Frangalhos*", em que denunciava o fim de qualquer aparência de normalidade democrática.

Tradicionalmente, até os dias atuais, *O Estado de São Paulo* reserva a página nº3 para os editoriais. Na época e mesmo mais tarde, no período da censura prévia, estes costumavam aparecer sob o título "Notas e Informações" (mantido desde os primeiros tempos do jornal até hoje) – cerca de três a cinco matérias versando sobre temáticas nacionais e internacionais que representavam diretamente o pensamento do periódico, estando sob a responsabilidade da direção ou da chefia da edição (AQUINO, 1999: 43).

A partir do ano de 1969, a censura era realizada à distância — os cortes eram ordenados por telefone ou por escrito. Ordens ignoradas eram punidas com a apreensão da edição na saída do prédio. Contudo, em setembro de 1972, o *O Estado de São Paulo* passa a ter a presença de censores em sua redação, ao contrário dos outros grandes jornais brasileiros, que aceitaram se autocensurar. Em 3 de janeiro de 1975, acabou oficialmente a censura ao jornal, durante a presidência do General Ernesto Geisel (1974-1979).

Em um primeiro momento, entre 1968 e 1975, a censura assume um caráter amplo, agindo indistintamente sobre todos os periódicos. De 1968 e 1972 tem-

se uma fase inicial em que há uma estruturação da censura, do ponto de vista legal e profissional, e em que o procedimento praticamente se restringe a telefonemas e bilhetes enviados às redações.

Na segunda fase (de 1972 a 1975) há uma radicalização da atuação censória, com a institucionalização da censura prévia aos órgãos de divulgação que oferecem resistência. Observa-se que em parte desse período o regime político recrudescer em termos repressivos, momento em que o controle do Executivo pertence aos militares identificados com a “linha-dura”. O ano de 1972 marca a radicalização e a instauração da censura prévia, e coincide com a discussão da sucessão presidencial que levará à escolha do general Ernesto Geisel, oriundo da ala militar da “Sorbone” e que terá uma grande dificuldade de aceitação por parte dos militares da “linha-dura”. Estes prosseguirão controlando altos cargos (por exemplo, o Comando do II Exército em São Paulo), durante algum tempo. Entre 1975 e 1978, observa-se que a censura passa a ser mais restritiva e seletiva: lentamente vai se retirando dos órgãos de divulgação, bem como diminuem de intensidade as ordens telefônicas e os bilhetes às redações. (AQUINO, 1999:212).

Com a morte de Júlio Mesquita Filho (12.07.1969), o *O Estado de São Paulo* passou a ser dirigido por Júlio Mesquita Neto. Durante esse período, o *O Estado de São Paulo* adquiriu visibilidade mundial ao denunciar a censura prévia, imposta pelo Regime Militar, com a publicação de trechos de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, no lugar de matérias proibidas pelos censores. Outros poetas, como Gonçalves Dias, Castro Alves, Manuel Bandeira e Cecília Meireles também tiveram obras suas publicadas no lugar de matérias censuradas. Entre 29 de março de 1973 e 3 de janeiro de 1975, *O Estado de São Paulo* teve 1136 textos censurados — em 655 ocasiões, versos de *Os Lusíadas* foram colocados no lugar das matérias censuradas. Em 3 de janeiro de 1975, acabou oficialmente a censura ao *O Estado de São Paulo*.

O jornal *Folha* foi fundado em 19 de fevereiro de 1921 por um grupo de jornalistas liderado por Olival Costa e Pedro Cunha. Era um jornal caracterizado pela apresentação de textos mais curtos e mais claros, um enfoque mais noticioso que opinativo, agilidade e proximidade com os assuntos que afetavam o dia a dia da população paulistana — principalmente os trabalhadores urbanos.

O sucesso do impresso *Folha* levou à criação de um segundo jornal: a *Folha da Manhã*. Em outubro de 1930, com a vitória da Revolução de 1930, jornais que fizeram oposição a Getúlio

Vargas foram depredados por partidários da Aliança Liberal¹³. As instalações da *Folha* foram destruídas e Olival Costa vendeu a empresa a Octaviano Alves de Lima, empresário ligado à produção e, principalmente, ao comércio de café.

Em 1962, a empresa *Folha de São Paulo* foi vendida aos empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Esses se dedicaram à recuperação do equilíbrio financeiro do Jornal. Para dirigir a Redação, Octávio Frias nomeou o cientista José Reis, um dos criadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Octávio Frias integrou à equipe o responsável pela modernização do *O Estado de São Paulo*, o jornalista Cláudio Abramo, que sucedeu a José Reis e manteve, com Octávio Frias, uma produtiva parceria profissional. Em 1964 a *Folha de São Paulo* apoiou o Golpe Militar contra o presidente João Goulart e o estabelecimento do Regime Militar.

O começo da década de 1970 foi turbulento na história da *Folha de São Paulo*. O periódico era acusado por organizações da luta armada de emprestar carros para os órgãos repressivos do Regime Militar. Assim, a *Folha de São Paulo* passou a ser alvo dos guerrilheiros, que interceptaram e queimaram três camionetes de entrega do Jornal, duas em setembro e uma em outubro de 1971. Em resposta, Octavio Frias assinou na capa do Jornal o editorial “*Banditismo*”, afirmando que não aceitaria agressões nem ameaças.

Dois carros deste jornal, quando procediam ontem à rotineira entrega de nossas edições, foram assaltados, incendiados e parcialmente destruídos por um bando de criminosos, que afirmaram estar assim agindo em “represália” a notícias e comentários estampados em nossas páginas. Que notícias e que comentários? Os relativos ao desbaratamento das organizações terroristas, e especialmente à morte recente de um de seus mais notórios cabeças, o ex-capitão Lamarca.[...]. Não distinguimos o terrorismo do banditismo. Não há causa que justifique assaltos, assassinios e sequestros, muitos deles praticados com requintes de crueldades. Quanto aos terroristas, não podemos deixar de caracterizá-los como marginais. O pior tipo de marginais: os que se marginalizam por vontade própria. Os que procuram disfarçar sua marginalidade sob o rótulo de idealismo político. Os que não hesitam, pelo exemplo e pelo aliciamento, em lançar na perdição muitos jovens, iludidos, estes sim, na sua ingenuidade ou no seu idealismo. [...]. As ameaças e os ataques do terrorismo não alterarão nossa linha de conduta. [...]. (“A

¹³ A Aliança Liberal foi formada em agosto de 1929 por líderes políticos dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, para apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas (presidente) e João Pessoa (vice-presidente), nas eleições de 1º de março de 1930.

sanha assassina do terrorismo voltou-se contra nós”. *Folha de São Paulo*, 22.09.1971).

O antagonismo entre a *Folha de São Paulo* e os grupos de esquerda se aprofundou, culminando com o editorial “*Presos Políticos?*”, publicado em junho de 1972, o qual questionava a existência de pessoas presas por causa de suas posições políticas. O editorial era também uma resposta ao *O Estado de São Paulo*, que defendera tratamento especial aos presos políticos. Dizia:

É sabido que esses criminosos, que o matutino O Estado de S. Paulo qualifica tendenciosamente de presos políticos, mais não são que assaltantes de bancos, sequestradores, ladrões, incendiários e assassinos, agindo, muitas vezes, com maiores requintes de perversidade que os outros, pobres-diabos, marginais da vida, para os quais o órgão em apreço julga legítimas todas as promiscuidades. (“Presos Políticos?”. *Folha de São Paulo*, 30.06.1972).

A *Folha de São Paulo* começou a ganhar espaço junto às camadas médias que ascenderam com o “milagre econômico”, fixando-se como publicação de grande presença entre jovens e mulheres. Ao mesmo tempo, passou a abordar áreas do jornalismo pouco exploradas, como o noticiário econômico, esportivo, educacional e de serviços. A *Folha* apoiou a campanha de abertura política, colocando-se a serviço da redemocratização, abriu suas páginas para diferentes tendências de opinião e enriqueceu o teor crítico de suas edições. Entre os anos de 1983 e 1984, apoiou o movimento Diretas-Já, que defendia a eleição direta para a Presidência da República.

Feita essa breve exposição acerca do *Jornal da Tarde*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, no que tange ao uso da imprensa escrita como fonte e objeto da História, ressaltamos que no decorrer do século XX a Historiografia passou por uma renovação que resultou na ampliação da noção de fonte histórica. No século XIX, predominava o modelo histórico-

científico proposto por Leopold Von Ranke¹⁴ que limitava as fontes históricas a documentos escritos, oficiais, de eventos e, essencialmente, políticos; sobretudo documentos militares, eclesiásticos e governamentais. Não obstante, o movimento inaugurado em 1920 pelos franceses Marc Bloch e Lucien Febvre, conhecido como *École des Annales*, ergueu-se contra o paradigma tradicional histórico-científico ampliando as fontes do historiador; propondo a construção da História a partir de todos os documentos que possibilitassem responder às problemáticas surgidas na investigação.¹⁵

Apesar disso, mesmo os primeiros *Annales* não efetivaram imediatamente as potencialidades dos periódicos enquanto fonte, pois os mantiveram relegados. Isso porque os estudos desse período fixavam-se, sobretudo, na época medieval, distantes no tempo, concentrando suas análises às temáticas econômicas e sociais. Somente a partir da chamada terceira geração dos *Annales* (1968-1989), os caminhos se abriram efetivamente aos impressos.

Historiadores de diversos matizes teóricos reconheceram na imprensa escrita novas possibilidades de análises e (re)significações do passado. Contudo, a inserção dos impressos na produção historiográfica brasileira, especialmente o uso de jornais, revistas, folhetins e edições ilustradas, ainda é recente se comparado à inserção na Europa e nos Estados Unidos. Na segunda metade do século XX, as pesquisas acadêmicas que se debruçam sobre jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil se consolidaram. Identificam-se, a partir daí, relativo aumento na utilização dos periódicos como documento e objeto de pesquisas, incluindo-se dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações de artigos e/ou livros.

A historiadora Maria Helena Capelato, em sua obra *A imprensa na história do Brasil*¹⁶, afirmou que os periódicos, anteriormente vistos como uma fonte suspeita e de pouca relevância, tornaram-se uma importante fonte histórica. Tania Regina de Luca¹⁷ salientou que a princípio a imprensa foi utilizada como fonte de consulta, ou seja, buscava-se nos periódicos as informações

¹⁴ Leopold Von Ranke foi historiador alemão e participou da fundação da Escola Científica na Alemanha, além de ser um dos fundadores do cientificismo.

¹⁵ Sobre a historiografia no século XX: AGUIRRE ROJAS, Antonio Carlos. *Uma história dos Annales (1921-2001)*. Maringá: Eduem, 2004. BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, EDUNESP, 1992. BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005. DOSSE, François. *A história*. Bauru SP: EDUSC, 2003.

¹⁶ CAPELATO, Maria Helena. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

¹⁷ LUCA, Tania R. “História dos nós e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

sobre a sociedade e a política em diferentes momentos históricos. No entanto, a partir dos anos de 1970, ocorreu uma alteração nas pesquisas, pois os periódicos passaram a ser utilizados como fonte e objeto de pesquisa histórica.

A tese de doutorado de Arnaldo Daraya Contier, *Imprensa e ideologia em São Paulo*, defendida em 1973¹⁸, foi representativa dessa mudança de postura. Em sua tese, que teve por objetivo verificar a ideologia dominante em um momento de profundas disputas políticas no Brasil, Arnaldo D. Contier não utilizou o jornal apenas como uma fonte de informação. O pesquisador utilizou-se de recursos da linguística e da semântica para analisar o vocabulário político e social em São Paulo entre 1927 e 1935. Os estudos de Maria Lígia Prado e Maria Helena Capelato, que procuraram compreender o papel do jornal *O Estado de São Paulo* como um meio de difusão dos interesses das classes dominantes de São Paulo, são representativos, pois as autoras utilizaram o referido periódico não somente como “fonte confirmadora de análise” mas também como “objeto de investigação”.¹⁹

A historiadora Maria Aparecida de Aquino, em sua tese *Caminhos Cruzados – Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-1980)*, utiliza os periódicos como fonte e objeto de pesquisa. Esta tem por objetivo analisar a produção jornalística em relação ao Estado Autoritário, além de estudar os processos de natureza política que o Estado moveu contra profissionais da imprensa. Dessa forma, a preocupação da historiadora Maria Aparecida de Aquino é compreender as relações entre Estado e sociedade, bem como a aplicabilidade da legislação repressiva. As fontes utilizadas por Maria Aparecida de Aquino são artigos/colunas e editoriais dos periódicos: *O Estado de São Paulo* e *Última Hora*; e o projeto *Brasil Nunca Mais*, para acompanhar alguns processos.

Devido ostentar a tarefa de representar a sociedade na qual estão inseridos, os periódicos se tornaram fontes fundamentais para os estudos de diferentes temáticas, que tiveram grande visibilidade histórica graças à permanência de suas memórias nas páginas dos jornais. Portanto, a imprensa, particularmente a impressa, tem propiciado não apenas o alargamento das fontes do historiador, mas principalmente a possibilidade de verificar e conhecer, dentre outros, as transformações das práticas culturais, os comportamentos sociais de uma determinada época, as

¹⁸ CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842). Matizes do Vocabulário Político e Social*. Campinas: Vozes-UNICAMP, 1979.

¹⁹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

manifestações ideológicas de certos grupos, a representação de determinadas classes e a visibilidade dos gêneros.

Sendo assim, o estudo da imprensa é um dos elementos fundamentais para a reconstrução da História, que através de seu intermédio pode aproximar-se das práticas políticas, econômicas, sociais e ideológicas dentro dos diversos setores que compõem uma sociedade de forma dinâmica. Dessa maneira, a imprensa tornou-se uma fonte rica e diversificada de conhecimentos, não apenas para a construção de uma história da imprensa, mas abrindo à historiografia outras possibilidades de estudos.

Portanto, os jornais podem ser considerados uma testemunha da história e um agente participativo na configuração da própria história. Legam, desse modo, uma relevante contribuição à historiografia, uma vez que promovem a ampliação do campo temático, contribuindo para o desenvolvimento de diferentes abordagens, e beneficiam o alargamento do conhecimento histórico.

No livro *História da Imprensa no Brasil*, Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins ressaltam que:

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da colônia em Império e participar intensivamente do processo. A imprensa é a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a construção do passado. (LUCA e MARTINS, 2008:8).

Nesse sentido, a presente tese contribuirá para o estudo histórico da imprensa e sua atuação no Brasil contemporâneo, pois seus agentes possuem interesses e objetivos reais na construção e condução de uma interpretação coletiva da sociedade, conforme aponta Maria Aparecida de Aquino.

Por prática social dos agentes situados na imprensa estamos entendendo o que se publica num jornal/hebdomadário/revista/órgãos de divulgação de periodicidade variada. O que se publica é fruto de uma diversidade de relações que incluem referenciais diferentes. Há uma linha editorial do periódico que carrega consigo interesses sociais nele representado pelo grupo que o domina. Há o trabalho do repórter/jornalista/editor/redator/colaborador que, além de seus próprios pressupostos sociais, realiza um exercício de aproximação/distanciamento em relação à linha editorial que pode ser mais ou menos claramente definida pelo órgão de divulgação. Localiza-se num artigo/coluna assinada/editorial, portanto, toda uma trama de relações sociais, ao mesmo tempo, complexas e difusas. (AQUINO, 1994:1).

Ao compreendermos os impressos como um meio de representação social, adotamos o conceito de representações sociais do historiador Roger Chartier. Para Chartier, as representações sociais se constituem em uma área de formulações mentais e de atitudes baseadas nas vivências dos grupos que a forjam na sociedade. De acordo com o autor, embora as representações do mundo social visem a constatações fundamentadas na razão, elas são determinadas por interesses de grupos que as forjam. Dessa maneira, as representações sociais produzem práticas e estratégias, no intuito de legitimar um projeto reformador, em detrimento de outro. Assim, as representações sociais nos oferecem muito sobre a visão que alguns agentes, em determinado momento histórico, constroem sobre si mesmos, sobre os grupos com os quais dialogam e sobre a sociedade em que vivem.

As representações do mundo social (...) embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para

compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e seu domínio. (CHARTIER, 1990: 17).

Em sua obra *A História Cultural – entre práticas e representações*²⁰, Roger Chartier nos diz que sua história cultural tem como principal objetivo “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990: 17). É neste contexto que as representações sociais são inseridas. O livro de Chartier é construído a partir de três noções: representações, práticas e apropriações. Em primeiro lugar temos a representação. Segundo Chartier ela mostra sempre duas possibilidades de sentido: 1) exhibe um objeto ausente que é substituído por uma imagem capaz de o reconstituir na memória. 2) a representação exhibe uma presença, como a representação pública de algo ou alguém (CHARTIER, 1990: 20). Em segundo lugar, temos as práticas, que pertenceriam, especificamente, às práticas da leitura. O importa é o “*processo por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido e diferencialmente constituída uma significação*”. (CHARTIER, 1990: 24). Por fim, com o termo “apropriações”, Roger Chartier se refere aos modos como um texto, um pensamento, ou uma imagem se transforma e é dada a ler em outros momentos ou outras realidades distintas das que foram produzidas.

(...). As definições antigas do termo manifestam a tensão entre duas famílias de sentidos: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. (...). No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo. (...) A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e

²⁰ CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

inscritas nas práticas específicas que as produzem. (...). (CHARTIER, 1990: 20,26).

Analisar as representações sociais em materiais cujo objetivo é transmitir informações – mas também concepções de mundo – é um trabalho importante e delicado. As representações sociais são importantes, pois através delas podemos desvendar as ideias compartilhadas por determinados grupos. Tais concepções, ao circularem pela imprensa, produzem o imaginário de uma época, mas geram resistências, e, conseqüentemente, a elaboração de novas representações sociais. Logo, podemos concluir que o conceito de representações sociais pode ser um aliado do historiador que deseja trabalhar com a imprensa, já que ele pode desvendar ideias, jogos de poder, contestação e muito debate.

Para contribuir com o entendimento das reportagens, realizamos entrevistas tendo por objetivo ampliar a discussão em torno das fontes e recuperar um dado contexto que não pudemos apreender das reportagens analisadas. Como também para dar voz aos protagonistas da história. Entrevistamos o jornalista Percival de Souza²¹, os Procuradores Dr. Hélio Pereira Bicudo²² e o

²¹ O jornalista e escritor Percival de Souza começou a cobrir a área criminal para o *Jornal da Tarde* nos anos de 1965. Percival de Souza era encarregado das reportagens policiais e por isso frequentava, constantemente, a Delegacia de Roubos da cidade de São Paulo. O jornalista foi pioneiro na cobertura jornalística sobre o Esquadrão da Morte, escrevendo matérias de denúncia sobre as atividades do Esquadrão da Morte – situação que o indispor com os policiais. A cobertura jornalística sobre o Esquadrão da Morte resultou no enquadramento de Percival de Souza na Lei de Segurança Nacional, sob a acusação de que suas reportagens despertavam a opinião pública quanto à pré-julgamentos de autoridades públicas. A instauração do inquérito foi feita pelo promotor Henrique Vailatti Filho, por meio de representação à 1ª Auditoria da Justiça Militar. Segundo a representação, Percival de Souza infringiu o artigo 16 da Lei de Segurança Nacional: “Artigo 16: (...) divulgar por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas”. (www.planalto.org.br).

²² Hélio Pereira Bicudo foi o primeiro membro do Ministério Público a denunciar as atividades criminosas do Esquadrão da Morte. Em junho de 1970 solicitou à Procuradoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo apurações sobre os crimes que estavam sendo atribuídos ao Esquadrão da Morte. Sua determinação em esclarecer esses crimes resultou em sua nomeação, pelo Colégio de Procuradores do Estado de São Paulo, como Procurador responsável pelas investigações sobre as atividades do Esquadrão da Morte. Tais investigações resultaram na abertura de sindicâncias contra os policiais acusados de assassinatos. No ano de 1971, a missão do Procurador Hélio Bicudo foi cancelada pela Procuradoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

Dr. João Benedito Azevedo Marques²³, que foram protagonistas nas investigações sobre os crimes cometidos pelos integrantes do Esquadrão da Morte; e o Capitão Paz²⁴. A orientação para coleta dos depoimentos foi retirada do *Manual de História Oral: como fazer como pensar*²⁵. Neste trabalho estão apontados os problemas das fontes orais e a questão da propalada subjetividade, bem como há orientações sobre métodos e procedimentos de coleta de informações e interpretações de entrevistas.

Partindo de um levantamento historiográfico, constatamos que são poucos os estudos sobre o Esquadrão da Morte da cidade de São Paulo. Há somente três pesquisas acadêmicas sobre o tema. A Dissertação defendida por Vanessa de Mattos – O Estado contra o povo: a atuação dos Esquadrões da Morte em São Paulo (1968-1972); a Tese de Bruno Paes Leme, Crescimento e queda dos homicídios em São Paulo entre 1960 e 2010 – uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime²⁶; e o livro de Martha K. Huggins, *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*.²⁷

Em *O Estado contra o povo: a atuação dos Esquadrões da Morte em São Paulo (1968-1972)*, Vanessa de Mattos entende os Esquadrões da Morte como grupos de extermínio, que integram o aparelho repressivo montado pelo Regime Militar. Analisa a relação que esses grupos estabelecem com o Estado, com os órgãos repressivos e com os segmentos das classes dominantes. A análise é orientada pela teoria do Bonapartismo²⁸ autocrata. Dessa forma, defende

²³ Dr. João Benedito Azevedo Marques é Procurador aposentado do Estado de São Paulo e participou das investigações para averiguar os crimes cometidos pelos integrantes do Esquadrão da Morte, trabalhando junto com o Dr. Hélio Pereira Bicudo.

²⁴ O capitão Francisco Jesus da Paz foi policial militar. Atuou no movimento de sargentos, cabos, soldados e marinheiros contra o Regime Militar. Foi perseguido, preso e torturado pelos agentes do DOPS.

²⁵ MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. *Manual de História Oral: como fazer como pensar*. São Paulo: Contexto, 2010.

²⁶ Tese defendida em Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2012.

²⁷ HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

²⁸ De acordo com L. Trotsky e A. Gramsci, o Bonapartismo se exprime, fundamentalmente, pelo fenômeno da chamada “autonomização relativa do Estado” diante das classes e demais segmentos sociais em presença. Em determinadas conjunturas de exacerbação da luta de classes, nas quais o proletariado se apresenta como uma ameaça (real ou potencial) ao domínio do capital, e nenhuma das frações da classe dominante possui as condições de impor um projeto político à sociedade, de dirigi-la segundo seus interesses e preceitos particulares, instaura-se aquilo que se convencionou chamar de “crise de hegemonia”. Nessa situação de aguda divisão social, de impasse político, enfim, de equilíbrio de forças e

que os Esquadrões da Morte são frutos de um Estado controlado pela burguesia, que se respalda nos militares para promover as mudanças necessárias e assim possibilitar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Os Esquadrões da Morte integravam uma política de exclusão física perpetrada pelo Estado através dos seus agentes armados, usando, como ferramenta, os preceitos de “limpeza social”. Tal política correspondia aos anseios dos segmentos dominantes da burguesia que visava à eliminação de indivíduos socialmente excluídos do processo de desenvolvimento econômico, oriundo do ‘milagre econômico’, vivido pelo Brasil durante o final da década de 1960 e início de 1970, tendo em vista os altos custos sociais de tal processo. (MATTOS, 2011:23).

Bruno Paes Leme, em sua tese *Crescimento e queda dos homicídios em São Paulo entre 1960 e 2010 – uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime*, tem como proposta geral analisar “[...] o processo de crescimento e de queda dos homicídios em São Paulo entre os anos de 1960 a 2010[...]”. (LEME, 2012: 14). O objetivo central da investigação é analisar as escolhas dos homicidas durante esse período. Bruno P. Leme discute o tema Esquadrão da Morte no capítulo 4: *Lógica do Extermínio – Esquadrão da Morte e participação das polícias*. Bruno P. Leme traça um panorama geral sobre o surgimento e as atividades criminosas cometidas pelo Esquadrão da Morte, formado pelos policiais da equipe do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Partindo da teoria da ação situacional²⁹, Bruno P. Leme discute a importância do contexto moral sobre os homicidas, nesse caso os policiais civis. A teoria da ação situacional defende que os homicidas agem motivados pela ideia da necessidade de uma limpeza social, cuja justificativa é o aumento da criminalidade que eleva a insegurança

incapacidade hegemônica, o aparelho de Estado eleva-se por sobre os grupos conflitantes e, defendendo a unidade nacional a qual ele próprio afirma encarnar, impõe pela força a “paz social” e salvaguarda a ordem capitalista em xeque.

²⁹ Para a teoria da ação situacional, o comportamento criminal deve ser analisado, também, a partir do contexto em que o criminoso age e interage, permitindo identificar as variáveis que determinam suas escolhas. (GOTTFREDSON, M.R; HIRSCHI, T. *A general theory of crime*. Stanford University Press. 1990).

social. Disso decorre que a sociedade fique descrente nos mecanismos de controle social legítimo e passe a apoiar o extermínio de bandidos pelo Esquadrão da Morte.

Com o aumento dos crimes patrimoniais em São Paulo, refletidos nas páginas diárias dos jornais, os homicídios são usados e justificados como pretensos instrumentos de controle na tentativa de coibir a ação dos “bandidos”. Sua existência e legitimidade, portanto, estão vinculadas à construção da imagem de um inimigo social o “bandido”, que, em oposição ao trabalhador, está disposto a matar para roubar. [...]. A escolha assassina e a defesa do extermínio com o objetivo de fazer limpeza social só podem ter lugar se estiverem relacionadas à figura desprezível e odiosa dos bandidos. (LEME, 2012:101).

A presente tese está organizada em duas partes, ambas divididas em dois capítulos. Na Parte I, o primeiro capítulo apresenta um breve histórico sobre as Corporações Policiais do Brasil. No segundo capítulo, apresentamos um histórico sobre o Esquadrão da Morte do Rio de Janeiro, pois, foi no Rio de Janeiro que se formou o primeiro Esquadrão de Morte do Brasil. Em seguida, analisaremos a forma como os jornais³⁰ representaram o surgimento do Esquadrão da Morte da cidade de São Paulo. A hipótese defendida é que as reportagens trataram a organização do Esquadrão da Morte como um ato de vingança em reação à morte de policiais, durante os tiroteios com marginais. Por fim, apresentamos a tese da pesquisadora Martha K. Huggins³¹ como uma proposta de compreensão para o surgimento dos Esquadrões da Morte no Brasil.

Na Parte II, o terceiro capítulo apresenta um breve histórico sobre alguns órgãos repressivos criados pelo Regime Militar: a Operação Bandeirante (OBAN), o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) e o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) de São Paulo e analisa a relação entre esses órgãos

30 Refiro-me aos jornais que são objeto desta pesquisa: *Jornal da Tarde*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*.

³¹ HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

repressivos e o Esquadrão da Morte, principalmente em relação ao delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury.

No quarto capítulo, por meio das análises das reportagens que priorizaram determinadas temáticas – a negação das autoridades públicas do Estado de São Paulo quanto à existência do Esquadrão da Morte, o embate entre os membros do Poder Judiciário e as autoridades do Poder Executivo e a figura do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury –, propomos demonstrar que os jornais assumiram um novo olhar sobre o Esquadrão da Morte ao abordarem as incoerências das autoridades públicas em manterem o discurso de que não existia o Esquadrão da Morte, assim como informando sobre o trabalho incansável dos membros do Judiciário para punir os policiais, que integravam o Esquadrão da Morte, pelas execuções sumárias que perpetraram.

**PARTE I – DAS ORIGENS DA POLÍCIA AO SURGIMENTO DO ESQUADRÃO DA
MORTE**

Uma mudança sempre deixa caminho aberto para outras.

Nicolau Maquiavel

CAPÍTULO 1 – A Instituição Policial

A Instituição Policial no Brasil teve início com a chegada de Tomé de Souza – primeiro Governador Geral da Colônia (1549-1553), com a vinda de um Alcaide-Mor, funcionário encarregado de funções policiais e militares. Durante o Período Colonial (1500-1822) foram implantadas medidas a fim de organizar a Instituição Policial brasileira. Um ponto importante a destacar, nesse período, é o fato de ter por modelo as Companhias de Dragões que “eram tropas profissionais pagas e que seguiam a legislação militar portuguesa e estavam encarregadas de zelar pela tranquilidade e segurança pública”. (PEDROSO, 2005: 67).

Com a chegada da família real ao Brasil, o Alvará de 1º de abril de 1808 instituiu a Intendência Geral da Polícia – similar à existente em Portugal. Além disso, D. João VI estabeleceu, rapidamente, um Supremo Conselho Militar e os Tribunais da Meza do Desembargo do Paço. Importante apontar que todas essas medidas tomadas por D. João VI resultaram, principalmente, da sensação de intranquilidade e insegurança provocada pelas circunstâncias nas quais a Família Real deixou Portugal. Havia também uma grande preocupação quanto à possibilidade de franceses se infiltrarem nos círculos sociais da Corte.³²

Em 15 de novembro de 1827 é criado o cargo de Juiz de Paz e é reestruturado o Sistema Policial do Império. Anos depois, em 16 de dezembro de 1830, é promulgado o Código Criminal do Império.

Toda essa preocupação com a Segurança Pública está vinculada ao desenvolvimento econômico da sociedade. No século XIX, ocorre no Brasil o crescimento das atividades comerciais, principalmente como consequência do fim do pacto colonial e da abertura dos portos, estimulando a circulação de riquezas. Neste cenário de crescimento econômico, as autoridades, preocupadas com o aumento da vadiagem e dos roubos, estabelecem medidas para garantir a segurança da sociedade.

Em 1831³³, foi criada a Guarda Nacional do Império e extintos os Corpos de Milícia, Ordenanças e Guardas Municipais.

³² Durante todo o Regime Monárquico, a Polícia da vila de São Paulo ficou subordinada ao sistema determinado pelo Governo Geral da Corte, na capital do Rio de Janeiro.

³³ Em 7 de abril de 1831 ocorre a abdicação de D. Pedro I. Este fato provocou efervescência no Império, exigindo que as autoridades votassem novas medidas disciplinares. Exemplo dessa situação foi as sedições que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, lideradas pelos exaltados e por setores descontentes do exército, desencadeando indisciplina nos quartéis. (PANDOLFI, 2007:147).

Dentre as atribuições da Guarda Nacional estavam a defesa da constituição, liberdade, independência e integridade do Império; conservação ou reestabelecimento da ordem e tranquilidade pública; auxílio ao Exército na defesa das fronteiras; escolta de remessas de dinheiro pertencentes à nação; condução de sentenciados ou condenados da Justiça e socorro a outros municípios em caso de ameaça de sedição e insurreição de ladrões e malfeitores. Além disso, os destacamentos das Guardas Nacionais poderiam ser sujeitos à autoridade militar em caso de manutenção da Segurança Pública, quando requisitados. (PEDROSO, 2005: 69-70).

Em São Paulo, a Lei de 15 de dezembro de 1831 – instituída pelo Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, presidente da Província (1831-1835) – criava o Corpo Policial Permanente, formado por um total de 130 homens. Nos anos de 1830, a Província de São Paulo inicia um processo, vertiginoso, de aumento populacional. O desenvolvimento econômico atraía um grande contingente de imigrantes – em 1836 a população estava em torno de 326 mil habitantes (VIEIRA & SILVA, 1955:192). Diante deste quadro, as autoridades da Província renovarão a força policial, tendo em vista as transformações ocorridas na Província de São Paulo.

É que a Polícia, pela natureza mesma de sua existência, procurava acompanhar o crescimento do meio social a que servia, e como esse meio apresentava constante transformação, tão constante que surpreendia aos mais atilados planejadores do policiamento da Capital, ela se via por igual na contingência de renovar-se e reaparelhar-se continuamente, daí resultando essas reiteradas reformas, essas repetidas ampliações de pessoal, essas amígdalas criações de novos cargos, tanto de autoridades como de servidores técnicos e administrativos. (VIEIRA & SILVA, 1955:192).

Em 17 de junho de 1840 é instituído o regulamento do Corpo Policial Permanente. Dentre suas atribuições estavam:

Cuidar de tudo o que for relativo à conservação do material de serviço do corpo; responsabilizar-se pelo serviço da guarda da cadeia, da casa de prisão com trabalhos, do Palácio do Governo e das repartições; o serviço da guarda das prisões ou trabalhos públicos em qualquer ponto da Província a que o governo remeter presos condenados à galés, ou quaisquer outros, em número maior de seis, para cumprirem sentença; conduzir os presos por crimes; capturar os indivíduos e o destacamento de barreiras e escoltas. (PEDROSO, 2005: 72).

O Decreto nº 120, de 31 de janeiro de 1842, organizou a estrutura jurídica da Instituição Policial no Brasil e modificou o Código de Processo Criminal, criando o cargo de Chefe de Polícia. Porém, a organização das Corporações Policiais não foi uniforme em todo o Brasil. Cada Província efetuou mudanças específicas em suas Corporações.

No entanto, no geral podemos destacar algumas características comuns. Por um lado, a Reforma de 1842 suscitou a centralização do poder policial nas mãos do Chefe de Polícia, o qual exercia funções policiais e jurídicas; definiu as atribuições – dos delegados e funcionários da administração – a partir de “critérios” desprovidos de qualquer tipo de profissionalismo. Por outro lado, a Reforma de 1842 promoveu a centralização administrativa da polícia, no âmbito das Províncias, uma vez que seu Artigo 1 determinava: *haverá no município da Corte e em cada província, um chefe de polícia, com os delegados e subdelegados necessários, ao quais, sob proposta, serão nomeados pelo Imperador ou pelos Presidentes*. (SOUZA, 1992: 85). No Artigo 2, determinava: *os chefes de polícia serão escolhidos dentre os desembargadores e juízes de direito; os delegados e subdelegados, dentre quaisquer juízes e cidadãos, sendo todos amovíveis e obrigados a aceitar*. (SOUZA, 1992: 85).

As atribuições que antes eram exercidas pelos juízes de paz tornam-se atribuições da polícia. Importante salientar que a polícia civil em São Paulo exercia funções administrativas e judiciárias, tudo de forma muito confusa, como: fiscalização de ajuntamentos ilícitos, inspeção de pessoas de teatro, espetáculos e divertimentos públicos e, ainda, questões jurídicas, tais como: concessão de mandados de busca e apreensão e julgamentos dos crimes previstos no Código Penal. O Decreto nº 4824 de 18 de novembro de 1871 determinou a separação entre Justiça e Polícia. Isso significou na prática a separação entre as atribuições dos delegados de polícia e dos juízes. O ponto relevante dessa separação foi que ao delegado de polícia caberia a administração da segurança pública e aos juízes caberia a responsabilidade pela condenação dos indivíduos transgressores da lei.

Em 1871 foi promulgada nova lei, que estabeleceu regras para a prisão preventiva e separou as funções dos delegados de polícia dos juízes. Esta representou uma ruptura das atribuições dadas aos responsáveis pelo gerenciamento da segurança pública, no caso do delegado de polícia e, os Juízes, responsáveis em última instância, condenando os indivíduos transgressores da lei. (PEDROSO, 2005:74).

Com relação à organização da Polícia da Província em São Paulo, em 1885, era formada por:

Polícia Local, Corpo Policial Permanente, Companhia de Urbanos da Capital e Seção de Bombeiros da Capital. Com o Decreto Estadual, de 14 de novembro de 1891, a Força Militar de Polícia do Estado de São Paulo, chamada também de Força Pública³⁴ passa a ser composta por: Guarda Nacional, Guarda de Polícia Local, Companhia de Cavalaria de Linha, Companhia de Infantaria de Linha, Contingente do 7º Batalhão. (PEDROSO, 2005: 77).

Percebemos que no final do século XIX ocorre um processo de estadualização e burocratização das Corporações Policiais. E no decorrer da chamada Primeira República (1889-1930) a organização da polícia tornou-se atribuição do governo do Estado, o qual centralizou o poder decisório e dissuasório com relação à organização e à administração da Corporação da Polícia Civil. Esse processo de estadualização decorreu da necessidade do auxílio policial à organização dos Estados, que começavam a ser instituídos pelo Brasil, para garantir a ordem, a segurança, o cumprimento das leis e até mesmo fazer frente ao Exército.

Em termos organizacionais, a polícia civil compreendeu, ao longo de toda a Primeira República, o chefe de polícia, os delegados auxiliares, delegados regionais, especializados e de circunscrição, subdelegados, comissários,

³⁴ A Força Pública, criada em 1891, era anteriormente chamada de Corpo Policial Permanente. A Força Pública era uma Corporação Militar do Estado de São Paulo.

escrivães, inspetores de quartirão, um corpo de segurança, alguns destacamentos de policiais fardados e um diversificado corpo de especialistas (médicos, químicos, legistas, peritos, enfermeiros etc.) que funcionava como auxiliar daquelas autoridades policiais. As relações entre esses diversos representantes foram se burocratizando vertical e horizontalmente. Ao mesmo tempo em que cada peça da maquinaria policial dependia da anuência de seus superiores hierárquicos na tomada de decisões e apesar do intrincado procedimento administrativo e processual que deveria ser respeitado, toda uma esfera de livre arbítrio permaneceu aberta à ação diária. (SOUZA, 1992: 99-100).

No dia 23 de dezembro de 1905, por meio da Lei nº 979, o Congresso Estadual de São Paulo criou a Polícia Civil de Carreira, cabendo ao Secretário da Justiça Washington Luís Pereira organizá-la.

Cada classe correspondia a uma remuneração e a uma hierarquia das cidades nas quais o bacharel prestava serviços. Afora o chefe de polícia, todos os delegados foram classificados. Os cargos policiais permaneceram como livre nomeação do presidente do Estado; contudo, somente poderiam ser nomeados delegados de uma classe aqueles que já estivessem servindo na classe imediatamente inferior. (SOUZA, 1992: 105-106).

Com esta Lei, os delegados, em início de carreira, eram designados para cidades de menor importância e, aos poucos, iam assumindo em cidades mais desenvolvidas. Essa medida foi uma tentativa para evitar uma prática bastante comum durante o Império, qual seja: o envolvimento de delegados em atividades políticas, como, por exemplo, o contato com chefes políticos locais. Além disso, imprimiria à polícia um caráter de profissionalismo.

Devemos salientar que a Lei nº 979 teve um caráter disciplinador, pois, havia a preocupação das autoridades públicas com o crescimento do contingente populacional no Estado de São Paulo e, conseqüentemente, com a possibilidade do aumento dos casos de desordens, vadiagem e crimes. Além disso, a Lei nº 979 pretendeu promover a consolidação da autoridade

superior dos delegados, pois predominava o poder político e de polícia do coronel – principalmente nos períodos eleitorais – o que desacreditava a Corporação Policial.

O mandonismo do interior, animado pela figura clássica do 'coronel' que encarnava o poder local da polícia política, vinha-se alastrando enormemente. Os excessos que se praticavam, principalmente nas fases eleitorais, punham sombras espessas no painel das realizações policiais. Continuamente a capital do Estado a crescer vertiginosamente, bem como as suas Comunas municipais do interior, um número infinito de casos negativos começou a refletir a ação heterogênea das raças diversas que aqui se iam radicando. Impunha-se, assim, uma aplicação mais enérgica, mais uniforme e mais ampla das medidas policiais, por meio da qual o espírito de unidade das ordens distribuídas pela autoridade superior fosse observado sob a mística de uma disciplina exemplar, de uma coerência edificante. E isso foi o que a lei 979, de 23 de dezembro de 1905 teve em mira principal.” (VIEIRA & SILVA, 1955: 202).

Em 1906, Washington Luís Pereira assumiu o cargo de Secretário da Justiça e extinguiu o cargo de chefe de polícia. O Secretário opunha-se ao fato do chefe de polícia ter um grande poder decisório e de reportar-se diretamente à Secretaria de Estado, sendo que o superior na hierarquia administrativa era o Secretário de Justiça. Para resolver esse impasse hierárquico, Washington Luís Pereira centralizou, para si, as funções policiais e políticas da Secretaria de Justiça e de Segurança Pública.

Em 17 de novembro de 1916, com a Lei nº 1510, foi criado o cargo de Delegado Geral e instituída a Delegacia Geral de Polícia, diminuindo a sobrecarga de funções sob a responsabilidade do Secretário da Justiça. O Delegado Geral era nomeado pelo Presidente do Estado, a partir da indicação do Secretário da Justiça. Dessa forma, a administração da polícia do Estado tornou-se responsabilidade do Delegado Geral. A Lei nº 1510 instituiu Delegacias Regionais, de modo que em cada cidade sede de comarca havia um delegado regional responsável pela fiscalização das delegacias, prestação de auxílio aos delegados da região, fornecimento de posse aos médicos, entre outras funções. Contudo, a Lei nº 2034, de 30 de novembro de 1924, extinguiu o cargo de delegado geral e restabeleceu o cargo de chefe de polícia, com todas as suas

atribuições que haviam sido estabelecidas pelo Decreto de nº 120, de 31 de janeiro de 1842³⁵. Esta Lei também criou as seguintes Delegacias Especializadas: *Delegacia de Segurança Pessoal; de Ordem Política e Social; de Investigações de Furtos e Roubos; de Vigilância Geral e Capturas; Delegacia de Investigações e Falsificações em geral; de Fiscalização de Costumes e Jogos; Delegacia de Técnica Policial e demais repartições anexas*. (SOUZA, 1992:144).

Estas Leis contribuíram para descentralizar e agilizar processos que, na estrutura anterior, eram morosos. Também promoveram um *aumento do papel do aparelho policial na constituição e manutenção da 'normalidade' social*. (SOUZA, 1992:121). Nesse contexto, em que o Brasil

³⁵Art. 58. Aos Chefes de Policia na Côrte e em toda a Provincia, a quem pertencerem, competem as seguintes attribuições policiaes: 1º Tomar conhecimento das pessoas, que de novo vierem habitar no seu districto, sendo desconhecidas, ou suspeitas, e conceder, na fórma da Secção 1ª do Capitulo 5º deste Regulamento, passaportes ás pessoas, que lh'o requererem. 2º Obrigar a assignar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bebados por habito, prostitutas, que perturbão o socego publico; e aos turbulentos, que por palavras ou acções offendem os bons costumes, tranquillidade publica, e a paz das familias. 3º Obrigar a assignar termo de segurança aos legalmente suspeitos da pretensão de commetter algum crime, podendo comminar neste caso, assim como aos comprehendidos no paragrapho antecedente, multa até 30\$000 rs., prisão até 30 dias, e 3 mezes de Casa de Correção, ou officinas publicas. 4º Proceder a auto de corpo de delicto. 5º Prender os culpados, ou o seião no seu, ou em qualquer outro Juizo. 6º Julgar as contravenções ás Posturas das Camaras Municipaes, e os crimes, a que não esteja imposta pena maior que multa até 100\$000, prisão de gredo ou desterro até seis mezes, com multa correspondente á metade desse tempo, ou sem ella, e 3 mezes de Casa de Correção, ou officinas publicas, onde as houver. 7º Exercer as attribuições, que ácerca das sociedades secretas, e ajuntamentos illicitos competião aos Juizes de Paz. 8º Vigiar e providenciar, na fórma das Leis, sobre tudo o que pertencer á prevenção dos delictos, e manutenção da segurança e tranquillidade publica. 9º Examinar se as Camaras Municipaes tem providenciado sobre os objectos de policia, que por Lei se achão a seu cargo, representando-lhes com civilidade sobre as medidas que entenderem convenientes, para que se convertão em Posturas, e usando do recurso do art. 73 da Lei do 1º de Outubro de 1828, quando não forem attendidos. 10. Inspeccionar os Theatros e espectaculos publicos fiscalizando a execução dos seus respectivos Regulamentos e podendo delegar esta inspecção, no caso de impossibilidade de a exercer por si mesmos, na fórma dos respectivos Regulamentos, ás autoridades judiciais, ou administrativas dos lugares. 11. Inspeccionar, na fórma dos Regulamentos, as prisões da Provincia. 12. Conceder mandado de busca, na fórma da Lei. 13. Remetter, quando julgarem conveniente, todos os dados, provas e esclarecimentos que houverem obtido sobre um delicto, com uma exposição do caso e de suas circumstancias, aos Juizes competentes, a fim de formarem a culpa. 14. Velar em que os seus Delegados, Subdelegados, e subalternos, cumprão os seus Regimentos e desempenhem os seus deveres, no que toca á Policia. 15. Dar-lhes as instrucções, que forem necessarias, para melhor desempenho das attribuições policiaes, que lhes forem incumbidas. 16. Organisar a estatistica criminal da Provincia e a do Municipio da Côrte. 17. Organisar, por meio dos seus Delegados, Subdelegados, Juizes de Paz e Parochos, o arrolamento da população da Provincia. 18. Fazer ao Ministro da Justiça e aos Presidentes das Provincias as devidas participações, na fórma prescripta no Capitulo 6º das disposições policiaes deste Regulamento. 19. Nomear os Carcereiros e demitti-los quando lhes não mereção confiança. (Disponível em: <www.planalto.gov.br>)

passava pelo processo de transição de um Regime Imperial para um Regime Republicano – no qual os Estados precisavam implantar e consolidar as novas estruturas de poder – o aparelho policial adquire importância porque se torna o instrumento utilizado pelo Estado para consolidar sua autoridade.

Em 22 de outubro de 1926, a Lei nº 2141 criou a Guarda Civil da Capital, que ficou encarregada da vigilância e do policiamento, além de outras atribuições, a fim de garantir o controle e a ordem pública.

Relativo aos deveres gerais dos guardas, o regulamento estabelecia que os policiais deveriam fazer o policiamento da capital, buscando a tranquilidade, a segurança e a manutenção da ordem pública. Era indispensável a qualificação profissional do guarda para que a população pudesse confiar em sua atuação e respeitá-lo, bem como habituar-se a ver na presença e intervenção deste nada mais que uma proteção para todos sem outro fim que não fosse o bem-estar geral (...). Quanto à conduta operacional, a principal recomendação era a ação preventiva, isto é, o impedimento da realização de crimes ou qualquer outro acontecimento que viesse a alterar a ordem, tranquilidade e segurança pública, além de prestar auxílio à população quando preciso. (PEDROSO, 2005:87-88).

Durante a denominada Primeira República, a Instituição Policial exerceu duas funções principais: garantir a manutenção da segurança interna do país e auxiliar na consolidação da nova ordem política. Quanto à Polícia Civil do Estado de São Paulo, sua organização foi orientada por um objetivo específico: a manutenção do enquadramento social (SOUZA, 1992). Esta preocupação está relacionada ao crescimento econômico e populacional do Estado, principalmente com relação às classes trabalhadores, às mobilizações do operariado e ao movimento anarquista. Esta conjuntura promoveu grandes agitações sociais, causando preocupações das autoridades e das elites econômicas dominantes. Um elemento fundamental da Polícia Civil do Estado de São Paulo foi a solidificação de seu caráter discricionário. Segundo Souza,

Embora também constituísse um 'dispositivo' através do qual o próprio Estado pôde encontrar sua definição e seu caráter, a polícia civil, e com ela boa parte das instituições de repressão e sequestro, assumiu um caráter discricionário praticamente autosuficiente. Sob a influência de uma burocratização acelerada bem como de uma especialização de sua atuação sobre a sociedade, a polícia foi ganhando, nas discussões parlamentares e jurídicas, a dimensão de um segundo direito. Isto é, enquanto o direito criminal delimitava o espaço destinado à preservação da liberdade individual, o direito policial, ou melhor, a ação policial delimitava a atuação do Estado, permitindo que este exercesse, sobre os indivíduos, toda a sua soberania. No entanto, não havia a necessidade do legislador definir a atuação policial, o próprio policial, desde que autoridade competente, decidiria em quais circunstâncias a ação repressiva ou preventiva da polícia seria necessária". (SOUZA, 1992:73-74).

O poder discricionário da Polícia permitiu aos policiais terem um espaço de autonomia, de livre arbítrio na tomada de suas decisões, principalmente em situações emergentes e cotidianas. Este poder discricionário é legalizado pelo poder de polícia que, segundo os juristas da Primeira República, decorre de um espaço deixado aberto pelas leis ao livre julgamento das autoridades, não como defeito da matéria legal, mas como seu complemento necessário (SOUZA, 1998:16, vol.1), ou seja, o policial estava resguardado por um "direito de polícia" que lhe garantia o exercício do poder discricionário, qual seja: a auto regulação de suas ações.

Durante a Era Vargas (1930-1945) a Instituição Policial será um órgão fundamental para a estruturação do sistema político que culminará no Estado Novo (1937-1945). Após a tomada do poder, Getúlio Vargas iniciou uma reestruturação na Polícia. O ponto principal foi subordinar as polícias estaduais à polícia do Distrito Federal (Rio de Janeiro), a qual ficou sob o controle do Presidente da República. Nesse processo, a polícia do Distrito Federal assume o papel de Polícia Federal do Brasil. Dentre as medidas tomadas para a reorganização da Instituição Policial, podemos citar:

- Em 1932 ocorreu a substituição de todos os chefes de polícia dos Estados brasileiros;
- Ao chefe de polícia do Distrito Federal ficaram subordinadas: delegacias auxiliares, delegacias distritais, delegacia de Estrangeiro, Diretoria Geral de Investigações, Inspetoria Geral de Polícia e a Corregedoria, Diretoria Geral de Comunicação e Estatística e a Diretoria Geral de Expediente e Contabilidade. (CANCELLI, 1994: 51-52);

- Pelo Decreto nº 22.332, de 10 de janeiro de 1933, foi criada a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS),

(...) com o objetivo de entrever e coibir comportamentos políticos divergentes, considerados capazes de comprometer a ordem e a segurança pública”. Era diretamente subordinada à Chefia de Polícia do Distrito Federal e possuía uma tropa de elite, a Polícia Especial. Constavam de suas atribuições examinar publicações nacionais e estrangeiras e manter dossiês de todas as organizações políticas e de indivíduos considerados suspeito (Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies>>).

- Em 1935, foram instituídas as seguintes Delegacias Especializadas: Delegacia de Segurança Pessoal, Delegacias de Investigações sobre Furtos, Delegacia de Investigações sobre Roubo, Delegacia de Vigilância e Captura, Delegacia de Investigações sobre Falsificações e Fraudes, Delegacia de Fiscalização de Costumes, Delegacias de Investigações sobre Jogos, Delegacia de Repressão à Vadiagem e Delegacia de Investigações sobre Incêndios e Danos (BATTIBUGLI, 2006:213);
- Em 1935 foi instituído o Departamento de Comunicações e Serviço e Radiopatrulha;
- Em 1945 foi instituído o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)³⁶ com as seguintes Delegacias Especializadas: Delegacia de Ordem Política; Delegacia de Ordem Social; Delegacia de Ordem Econômica; Delegacia de Explosivos, Armas e Munições; Delegacia de Estrangeiros.

³⁶ Podemos apontar o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) como o órgão de fundamental importância para a manutenção da ordem. No governo de Getúlio Vargas, tinha por função realizar as investigações de caráter político. Com o retorno à democracia, o DOPS foi mantido em suas atribuições de controle e repressão, uma vez que a Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, definiu o crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. No contexto da Guerra Fria, os comunistas tornaram-se o principal alvo do aparelho repressivo. Além disso, o DOPS se manteve como instrumento de manutenção da ordem pública. Durante o Regime Militar o DOPS será um dos principais órgãos da repressão.

De acordo com Cancelli (1994) Getúlio Vargas exerceu um poder marcado pela dualidade e instabilidade. No plano político, não se posicionava claramente para, justamente, evidenciar que a decisão final estava a seu encargo. Esta prática também marcou seu relacionamento com as elites políticas, nas quais cultivava inimizades mas, oportunamente, restabelecia os laços políticos. Getúlio Vargas exerceu sua dominação por meio de mecanismos de terror, liquidando os opositores de seu governo. Importante assinalar que o Estado de terror foi um instrumento de controle social exercido pelo aparato policial, conforme destaca Cancelli,

Por isso, o projeto político do Estado previu a existência de um aparato policial capaz de exercer o controle social, disciplinar o dia-a-dia dos trabalhadores e da sociedade como um todo e, ainda, negar a individualidade dos homens a partir do estabelecimento de parâmetros comuns de comportamento e sentimento. (CANCELLI, 1994:26).

Durante o Estado Novo (1937-1945) Getúlio Vargas utilizou o aparato policial para garantir a manutenção da ordem. Foi a ordem que garantiu o funcionamento de todo o corpo social e do país. O sentimento de instabilidade foi permanente, pois “o medo havia se generalizado intensamente através do exemplo concreto de caça aos ‘inimigos de governo e da nacionalidade’.” (CANCELLI, 1994:45). Neste contexto, o aparato policial cuidava para que o clima de instabilidade fosse permanente e assim garantisse a estabilidade da sociedade e a manutenção do poder de Getúlio Vargas.

Através da ação policial, o governo pretendia demonstrar à sociedade que agia de forma dinâmica e eficiente para assegurar definitivamente a estabilidade social que toda a população, envolta pelo sonho totalitário, imaginava. Na realidade, este domínio totalitário era garantido justamente pela instabilidade que o exercício do poder garantia. (CANCELLI, 1994:37).

Durante os anos de 1946 a 1964³⁷ a Polícia Civil exercerá mais atribuições comparadas à Força Pública e à Guarda Civil. Esta Corporação tinha como principal autoridade o Delegado. Dentre as competências da Polícia Civil, podemos destacar:

[...] autuar em flagrante, efetuar buscas e apreensões, controle e investigação da conduta política de organizações civis e militares, partidos e personalidades políticas; organização e administração de arquivos policiais; fiscalização de hotéis e pensões, casas de jogos; serviço de identificação; controle sobre empregados domésticos, menores infratores, prostitutas, mendigos, além de realizar trabalho de assistência social. (BATTIBUGLI, 2006:43).

Havia oito Divisões Policiais, constituídas por Departamentos encarregados desde o policiamento, investigações, serviços de proteção, transporte de prisioneiros até o controle de atividades políticas.³⁸ Quanto ao policiamento, este ficava sob a responsabilidade do delegado, porém deveria ser efetuado pela Guarda Civil. Portanto, essa Corporação estava subordinada ao Delegado da Polícia Civil – situação que provocava conflitos entre as duas Corporações.

Em relação à Guarda Civil, a Lei nº 16743, de 17 de janeiro de 1947, reorganizou essa Corporação, que passou a dividir o policiamento urbano com a Força Pública. Em 1968, ocorreu outra reforma, que transferiu para a Guarda Civil o controle do trânsito – antes efetuado pela Força Pública – e as atividades de Rádio Patrulha passaram a ser atribuições da Força Pública – anteriormente exercida pela Guarda Civil. A Guarda Civil sofreu outras reformas com a anexação de outras corporações: Polícia Especial do Estado (1949), Guarda Noturna (1954), Polícia Feminina (1968) e a Polícia Marítima e Aérea (1968). Com o decorrer do tempo, a Guarda Civil

³⁷ Nesse período as Corporações Policiais eram as seguintes: Força Pública, Guarda Civil, Divisão de Polícia Marítima e Aérea, Corpo de Bombeiros, Guarda Noturna (anexada à GC em 1954) e a Polícia Feminina (criada em 1955). (BATTIBUGLI, 2006:212).

³⁸ Um estudo detalhado sobre a Polícia Civil do Estado de São Paulo encontra-se na Tese defendida por Thaís Battibugli: *Democracia e Segurança Pública em São Paulo (1946-1964)*, Universidade de São Paulo, 2006.

foi abrangendo áreas policiais antes pertencentes à Força Pública, o que a fez aproximar-se dos desígnos da Corporação Militar. (PEDROSO, 2005: 89). Com o Decreto-Lei nº 217, de 8 de abril de 1970, a Força Pública e a Guarda Civil fundiram-se dando origem à Polícia Militar do Estado de São Paulo caracterizada pelo hibridismo, tendo o segmento militar e o segmento civil numa mesma Corporação. (PEDROSO, 2005: 89-90).

Segundo Battibugli (2006), as rivalidades entre as Corporações do Estado de São Paulo foram constantes durante o período de redemocratização do Brasil (1946-1964) e transpareceram nas propostas de reformas quanto às atribuições das Corporações Policiais. Battibugli assinala que:

Esses conflitos podem ser percebidos no debate do projeto de equivalência de cargos entre a FP e a PC, apresentado na Assembleia Legislativa em 1953 (nº 83-853). Segundo o qual, sargentos e oficiais da FP seriam considerados autoridades policiais e poderiam acumular as atribuições de delegado de polícia nos serviços de policiamento.

[...].

Enquanto a FP apoiava o projeto de equivalência, a PC o rejeitava, já que o mesmo visava a ampliar competências da FP, ao tirar a exclusividade de certos atributos do cargo de delegado. (BATTIBUGLI, 2006:68).

A disputa por repasses de verbas também acirrava as rivalidades entre a Força Pública e a Polícia Civil do Estado de São Paulo, conforme aponta Battibugli:

Um tenente da FP, em 1960, afirmou que o governador Carvalho Pinto concedia maiores verbas para a Polícia Civil. Segundo o tenente, parte do dinheiro fora destinada para a compra de armamento, cassetetes e três carros blindados, o que teriam sido entregues a uma *quadrilha de delegados para que os mesmos espancassem o povo.* (BATTIBUGLI, 2006:71).

O resultado dessa intensa rivalidade entre as Corporações Policiais provocava competições e prejuízos à imagem das Polícias. Como também, causava danos ao funcionamento do Sistema de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Havia uma intensa rivalidade entre as corporações policiais do Estado, e as polícias estavam em constante competição por verbas, por maiores atribuições e poder. Cada qual agia como se fosse única, auto-suficiente, defendia os valores de sua instituição e denegria a imagem da rival para a população, imprensa e esfera política. Nesse contexto, prejudicava-se o sistema de segurança pública como um todo, pois a falta de ações coordenadas, conjuntas, entre as instituições acarretava não só desperdício orçamentário devido à existência de sistemas administrativos autônomos em cada corporação, de policiamento concorrente nas mesmas áreas, como ineficiência de um trabalho sem planejamento. (BATTIBUGLI, 2006:72).

As tensões entre as Corporações Policiais do Estado de São Paulo transvazavam para o policiamento das ruas e, como consequência, os policiais para ressaltar a eficiência de sua Corporação agiam com arbitrariedade e violência contra os indivíduos. Nesse sentido, compreendemos que esse quadro de conflitos entre as Corporações Policiais pode ter contribuído para o processo de degeneração das Instituições Policiais, culminando no surgimento do Esquadrão da Morte.

Olho por olho, e o mundo acabará cego.

Mahatma Gandhi

CAPÍTULO 2 – Origem do Esquadrão da Morte: um ato de vingança?

2.1. O Esquadrão da Morte do Rio de Janeiro

O Esquadrão da Morte do Rio de Janeiro era formado por policiais que caçavam e executavam indivíduos que eram considerados transgressores das leis. Os policiais cariocas, integrantes do Esquadrão da Morte, instituíram um *modus operandi*, que foi adotado pelos demais policiais participantes de Esquadrões da Morte que se organizaram pelo Brasil³⁹. Tal *modus operandi* consistia em executar a vítima com muitos tiros de diversos calibres, seveciá-las e abandonar os corpos em lugares ermos.

A partir do levantamento historiográfico realizado, é possível associarmos a origem da organização criminosa, denominada Esquadrão da Morte⁴⁰, com a formação da Equipe *Le Cocq*, que foi constituída, progressivamente, pelo detetive Milton Le Cocq de Oliveira, conhecido com o “Gringo”, que deixa a extinta Polícia Especial no ano de 1952 – órgão de repressão de manifestações de massa da Era Vargas – ao passar no concurso para detetive da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Nesta função, durante as diligências, Milton Le Cocq forma, gradativamente, um grupo de policiais encarregados de perseguir e eliminar os marginais considerados “perigosos” e “irrecuperáveis”. A equipe de Le Cocq era formada por: Guilherme Gocinho (Sivuca), Jaime de Lima, Euclides Nascimento (Garotão), Hélio Guaíba Nunes, Hermenegildo de Souza Cavalcanti Filho (Jacaré), Lincoln Monteiro, Ivo Americano, Aníbal Beckman dos Santos (Cartola), Hélio Vígio e Milton “Malvadeza”.

Em 1964, Milton Le Cocq foi morto em uma diligência por um indivíduo apelidado de *Cara de Cavalo*. Alguns dias depois de sua morte, o Esquadrão da Morte carioca perseguiu e assassinou Manoel Moreira, conhecido como *Cara de Cavalo*, deixando, ao lado do corpo, um cartaz com a sigla “E.M.”, provavelmente, segundo a imprensa, iniciais relativas ao Esquadrão da Morte.

³⁹ No Estado de São Paulo, também atuava um Esquadrão da Morte na cidade de Santos. Foram organizados Esquadrões da Morte no Estado do Espírito Santo e em Brasília, durante os anos de 1970 e 1980.

⁴⁰ A categoria Esquadrão da Morte foi utilizada, primeiramente, pelo jornal *O Globo* – em 20 de janeiro de 1958 – para nomear um grupo de policiais envolvidos em execuções sumárias e atividades ilícitas.

Após a morte de Milton Le Cocq, policiais criam a *Scuderie Lê Cocq*, no ano de 1964, supostamente com o objetivo de prestar auxílio às famílias de policiais mortos no cumprimento de suas funções. No entanto, foi sobre a égide da *Scuderie Lê Cocq* que o Esquadrão da Morte carioca passará a vingar a morte de policiais e caçar e executar indivíduos.

Em agosto de 1957 na cidade do Rio de Janeiro, os bandidos Benedito de Lima, vulgo *Sete Dedos*, e Luiz Fernandes, apelidado de *Carne Seca*, praticavam muitos assaltos. Diante desses crimes, o general Amauri Kruel⁴¹, então chefe de Polícia do Departamento Federal de Força Pública, convocou o detetive Eurípedes Malta de Sá para formar um grupo especial na polícia com a função de combater a criminalidade⁴². Esse grupo foi denominado Turma Volante de Repressão aos Assaltos à Mão Armada (TVRAMA) e era formado pelos policiais Salvador Correa Gonçalves, João de Deus Dornelles, Itagiba José de Oliveira, Agenor Rondon, Rinaldo Corrêa da Costa, Perpétuo de Freitas e Ivo Americano – todos liderados pelo detetive Eurípedes Malta. Com o aumento dos crimes na cidade do Rio de Janeiro, setores da Imprensa e a Associação Comercial cobravam, do general Amauri Kruel, medidas mais rígidas. A medida tomada foi a criação do Serviço de Diligências Especiais, com autorização de “caçar bandido à

⁴¹ O General Amauri Kruel foi nomeado, em setembro de 1962, Ministro da Guerra pelo presidente João Goulart (1961-1964). O General Amauri Kruel era bastante próximo de Jango. Sua nomeação foi uma estratégia política de Jango para amenizar os ânimos dos militares e conseguir a aprovação, pelo Congresso Nacional, do plebiscito que definiria a continuação ou não do Parlamentarismo. O General Amauri Kruel permaneceu no cargo de Ministro da Guerra até junho de 1963, quando foi substituído pelo General Jair Dantas Ribeiro. Mas em novembro do mesmo ano o General Amauri substituiu o General Peri Bevilacqua no Comando do Segundo Exército do Estado de São Paulo. No final de 1963 e início de 1964, a crise política do governo de João Goulart se agrava, assinalando para a tomada de estratégias extralegais, que colocariam em risco o jogo político democrático. Neste contexto, crescia a conspiração militar contra o governo. Próximos ao presidente estavam o Chefe da Casa Civil, General Assis Brasil, e o Ministro da Guerra, o General Jair Dantas Ribeiro. Ambos estavam cientes da conspiração militar para depor o presidente João Goulart. No entanto, o General Jair Dantas estava confiante de que o General Amauri Kruel, amigo de Jango, asseguraria a lealdade ao presidente no Comando do Segundo Exército. Segundo SKDIMORE (1982), Amauri Kruel tentou convencer João Goulart a se afastar da “esquerda radical”. - Se fizesse isso, dizia Kruel, podia ainda salvar o seu mandato. Jango respondeu: - Não posso também deixar de lado as forças populares que me apóiam. (SKIDIMORE, 1982:363). Todavia, “Na tarde de 31 de março, Kruel finalmente deu ordens para que seus tanques se deslocassem rumo ao Rio. Essa manobra era essencial para a revolta, devido à importância estratégica do Vale do Paraíba em caso de guerra civil”. (SKIDIMORE, 1982:363).

⁴² Na obra *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*, Martha K. Huggins assinala que a formação deste grupo especial de policiais, organizado pelo general Amauri Kruel, estava vinculado à política intervencionista dos Estados Unidos nas polícias da América Latina.

bala”. Em 26 de fevereiro de 1958, os policiais do Serviço de Diligências Especiais mataram o motorista da TV Tupi, Edgar Farias de Oliveira, durante diligência no Morro do Jacaré, Chamcabi, Rio de Janeiro.

Por uma foto publicada em 26 de fevereiro de 1958 (O DIA, 26/02/1958), é possível ver que Edgar Farias de Oliveira era um jovem mulato de 22 anos, cabelos curtos e rentes, nariz levemente achatado. Morador do Morro do Jacaré [...]. Trabalhava como motorista na extinta TV Tupi. Na noite de 25 de fevereiro de 1958, ele e sua mulher voltavam de uma festa na casa de um amigo, o gráfico Nelson, na mesma favela. Antes de partirem, ela pede ao marido que vá comprar inseticida para mosquitos. Nelson se oferece para acompanhar Edgar e os dois partem. No caminho de volta, topam com um grupo que jogava ronda, antigo jogo de carteados considerado pela Polícia atividade típica de malandros e marginais. Edgar e seu amigo param alguns minutos para apreciar a partida. Instantes depois, a TVRAMA, liderada pelo detetive Malta, chega ao local. Quando jogadores e policiais se avistam, tem início um tiroteio. O grupo de ronda se dispersa em debandada. Edgar e Nelson tomam caminhos opostos. Já de madrugada, moradores encontram o corpo do motorista da TV Tupi numa das ruelas da favela. Junto a ele, quatro cápsulas de calibre 45 e outras duas de 7.05. Baleado na cabeça e nas costas, Edgar tombara de bruços. (NETO, 2017:143)⁴³

No Rio de Janeiro, a atuação do Esquadrão da Morte adquire grande visibilidade na década de 1960 na Baixada Fluminense⁴⁴. Conforme apontado por José Cláudio S. Alves (1998),

⁴³ NETO, David Maciel de Mello. “‘Esquadrão da Morte’: Uma outra categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. *DILEMAS*- Vol.10 – nº 1 – JAN-ABR 2017 – pp.132-162

⁴⁴ Em sua tese *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder* defendida no Departamento de Sociologia FFLCH USP (1998), José Cláudio S. Alves desenvolve a hipótese de que no final dos anos de 1960, na Baixada Fluminense, a estrutura das execuções sumárias corresponde a um modelo de dominação política implantado pelo poder local e relacionado com os interesses “supralocais” de outros grupos políticos. O Estado, o Sistema Judiciário, os setores econômicos e os processos eleitorais são elementos constitutivos desta forma de poder, que será extremamente permeável ao uso da violência e àqueles que a empregam. “O que se pretende com este trabalho é compreender de que forma, ao longo da formação histórica da Baixada, as relações entre a violência, o poder local e as esferas “supra-locais” de poder terminaram por possibilitar a utilização desta violência como estratégia de consolidação dos grupos políticos e econômicos que controlam o poder local”. (ALVES,1998:23.). Segundo Alves, no caso específico do surgimento e atuação do Esquadrão da Morte na Baixada

o que ocorre nesta região é um processo de “criminalização da pobreza”. Este processo se intensificou com uma revolta popular, ocorrida em 5 de julho de 1962. A revolta popular de 5 de julho de 1962 teve como principal causa a especulação dos preços dos alimentos por parte dos comerciantes, que não respeitavam o tabelamento de preços e monopolizavam a distribuição de alimentos. A população já carente não tinha condições de comprar os alimentos. Uma conjuntura política foi o estopim da revolta. A recusa, por parte do Congresso Nacional, da nomeação San Tiago Dantas para compor o Ministério de João Goulart, levou os sindicatos a chamarem uma greve geral. Os moradores da Baixada Fluminense, temendo perder seus empregos, tentaram em vão ir trabalhar (os transportes públicos aderiram à greve). Cerca de 20 mil trabalhadores, aglomerados na Praça dos Pacificados (centro do município de Duque de Caxias), iniciaram saques aos estabelecimentos alimentícios sob o grito de “Queremos comer”. Os estabelecimentos de gêneros alimentícios foram todos saqueados. De Duque de Caxias o saque estendeu-se para outros municípios como Nova Iguaçu e São João do Meriti (ALVES, 1998:96). É importante salientar que somente estes estabelecimentos foram saqueados. Os demais, como farmácias e padarias, não foram alvos dos saques.

A situação da população da Baixada Fluminense⁴⁵ era de total carência de alimentos. Quatro dias anteriores à revolta de 5 de julho,

[...] os moradores de Saracuruna, bairro de Duque de Caxias, após terem descoberto um depósito clandestino de feijão da casa Maracanã, obrigaram o gerente a vender o produto à população; e que no mesmo dia encerrava-se a

Fluminense, há uma relação entre o Esquadrão da Morte e o uso histórico da violência na região. O estudo demonstra que entre os anos de 1930 até início dos anos de 1960, a violência será utilizada como um instrumento de manutenção de poder tanto por empresários interessados na especulação imobiliária, nos conflitos com posseiros e lavradores – pela demarcação e posse de propriedades – e na disputa por poder político local, quanto pelos setores populares, na busca de superação de suas dificuldades econômicas. No período do Regime Militar (1964-1985) se desenvolve um processo de criminalização da pobreza, que levará a uma nova fase do uso da violência na Baixada Fluminense, caracterizada pela atuação do Esquadrão da Morte. (ALVES, 1998:102).

⁴⁵ À época, a região da Baixada do Fluminense era composta pelos seguintes municípios: Duque de Caxias, São João do Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belfort Roxo, Queimados e Japeri. Atualmente, é formada por: Duque de Caxias, São João do Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belfort Roxo, Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Mesquita e Magé.

coleta de assinaturas, em São João de Meriti, num abaixo-assinado contra [...] os grupos econômicos que controlavam e distribuíam os gêneros de primeira necessidade e que se enriqueciam com a especulação, escondendo produtos. (ALVES, 1998: 95).

Abordamos essa revolta porque um de seus resultados foi a formação de uma força paramilitar com a responsabilidade de policiar a cidade de Duque de Caxias. O delegado Amil Ney Reichaid convocou voluntários que formariam a Brigada de Defesa da Família Caxiense (ALVES, 1998:99). Diante da ocorrência de outros saques, a ACIDC (Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias), o Sindicato do Comércio Varejista, a Sociedade de Medicina Cirúrgica e a Associação Odontológica passaram a financiar a Polícia Militar para o policiamento da região.

O Golpe Militar de 1964, da mesma forma que cerceara o voto popular (...) legitimara um período no qual o uso da violência por parte das camadas dominantes na região será cada vez mais intenso na defesa dos seus interesses. Desde o 5 de julho de 1962 essa classe dominante, sobretudo o setor comercial, havia experimentado a definitiva ruptura com uma visão que os aproximava da população, encarada como grande mercado consumidor. Se a privatização dos serviços da PM não podia ser obtida de forma legal, restaria a recorrente possibilidade da ilegalidade, usada agora na formação de grupos paramilitares que auxiliassem os setores na classificação de quem era o consumidor e quem era o saqueador, o marginal ou o ladrão. (ALVES, 1992: 135).

Em sua pesquisa Alves demonstra que o grande saque de 1962 resultou num processo de criminalização da pobreza. A violência será usada, de fato e indistintamente, entre a população faminta e os saqueadores com a atuação de grupos paramilitares. A violência torna-se um instrumento de estratégia coletiva, assume seu caráter político; e por meio da violência os setores

econômicos⁴⁶ e políticos defendem sua família e seu patrimônio contra aqueles que estão na luta pela sobrevivência. O Esquadrão da Morte na Baixada Fluminense ressurgiu enquanto um aparelho ilegítimo, formado por policiais que atuavam com o consentimento das autoridades, para dar proteção aos grupos econômicos da região.

[...] numa reunião com representantes do ramo comercial da região, onde ficara acertado que cada veículo de entregas e distribuição sairia com um policial encarregado, indagado pelo representante da Companhia Minas Gás, Vicente Francisco da Silva, sobre as consequências para a empresa se um policial matasse algum assaltante, Péricles Gonçalves [delegado] seria enfático. Apesar de ser obrigado a instaurar inquérito, daria medalha ao autor da façanha, que ao seu ver teria agido em legítima defesa, sendo passível de absolvição quase sumária. (ALVES, 1998:134).

Outro grupo de policiais, no Rio de Janeiro, que passou a agir à margem da lei foi “Os 12 Homens de Ouro”. Era um grupo considerado a elite da polícia que foi oficialmente escolhido, em 1969, pelo Secretário de Segurança, o general Luíz França Oliveira.⁴⁷ Os “Homens de Ouro” foram recrutados para coibir a criminalidade e proteger os motoristas de táxi, que eram vítimas constantes de assaltos. Na verdade, a criação de um grupo de policiais com licença para matar foi, segundo um de seus integrantes – o policial José Guilherme Godinho, vulgo “Sivuca” – para “(...) acalmar a imprensa, dar satisfação à sociedade” (...).⁴⁸ Entre os integrantes do grupo estava

⁴⁶Com a revolta de 5 de julho, grande parte dos comerciantes não conseguiram reerguer-se. Terminaram por vender seus estabelecimentos a grandes redes de supermercados, as quais exercerão o controle do comércio na região.

⁴⁷ Luíz de França Oliveira foi general do Exército e ocupou o cargo de Secretário de Segurança Pública do Estado da Guanabara, em 1968, durante o governo de Negrão de Lima. No período em que foi Secretário de Segurança Pública ocorreu o sequestro do Embaixador dos EUA Charles Burke Elbrick. O general Luíz de França Oliveira morreu no dia 12 de junho de 1988, aos 78 anos. Cometeu suicídio, atirando-se do 6º andar do Pavilhão do Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro.

⁴⁸ RIBEIRO, Octávio. *Barra Pesada*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1977, p. 23.

o policial Mariel Mariscott, que também fazia a proteção em boates da zona sul do Rio de Janeiro, onde circulava a elite e a classe média carioca. Mariscott foi acusado, entre outros crimes, de envolvimento com bicheiros e traficantes de drogas, o que o levou à condenação e prisão no Presídio de Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Em 8 de outubro de 1981, Mariel Mariscott foi fuzilado no centro da cidade do Rio de Janeiro.

O ex-policial **Mariel Mariscot de Matos** foi assassinado em consequência da guerra que os banqueiros do jogo-do-bicho vêm travando no Rio; o ex-homem de ouro estava associado com o banqueiro **Raul Capitão**, um dos mais poderosos do Rio, e vinha invadindo postos de outros contraventores, principalmente em Niterói. No mês passado, o banqueiro do bicho, criador de cavalos e compositor de samba José Batista da Costa, o **China da Saúde**, foi sequestrado e jogado do alto da ponte Rio-Niterói, com pedras amarradas ao corpo. Ele foi o primeiro a morrer na disputa pelos pontos do bicho, e como **Raul Capitão** continuava invadindo pontos em Niterói, recebeu mais um “aviso”, a morte de Mariel. (8 tiros de metralhadora. O fim do ‘homem de ouro’. O Estado de São Paulo. 09.10.1981).

Na década de 1970 e início de 1980 surgiram outras organizações criminosas, como o *Killing*. O *Killing*⁴⁹ era um grupo de extermínio que atuou na Baixada Fluminense na década de 1970. Era formado por policiais que estavam na ativa e ex-policiais civis e militares. Esse grupo matou aproximadamente quinhentas pessoas. Os Esquadrões da Morte do Rio de Janeiro “evoluíram” para grupos de extermínio e milícias – organizações criminosas formadas por policiais envolvidos em assassinatos, tráfico de entorpecentes e armas, corrupção e jogo do bicho.

⁴⁹ A denominação “*Killing*” se deve ao fato da organização criminosa deixar junto aos corpos das vítimas capas da Revista *Killing*.

2.2. O Esquadrão da Morte da cidade de São Paulo

Na cidade de São Paulo, segundo os jornais estudados nesta pesquisa, a origem do Esquadrão da Morte foi explicada como um ato de vingança. Carlos Eduardo da Silva, conhecido por Saponga, foi acusado de ter assassinado o investigador Davi Romero Parré, em 19 de novembro de 1968. A morte do investigador ocorreu durante um tiroteio entre a equipe 10 da Delegacia de Roubos e indivíduos escondidos em uma casa, no bairro de Americanópolis. Portanto, não havia certeza se foi realmente “Saponga” que disparou o tiro que acertou o rosto do investigador Parré. Após a morte do investigador, Carlos Eduardo da Silva passou a ser perseguido por policiais, pois teria sido jurado de morte por policiais.

A reportagem do jornalista Percival de Souza, “Saponga quer entregar-se”⁵⁰, inicia assinalando que o delegado-geral da Secretaria da Segurança René Mota recebeu um telefonema informando que Carlos Eduardo da Silva queria se entregar à Polícia, pois estava com medo do Esquadrão da Morte. Carlos Eduardo da Silva se entregaria em troca da Polícia garantir sua vida.

O delegado-geral da Secretaria da Segurança René Mota, recebeu um telefonema de Sorocaba, ontem, informando que **Saponga** só queria garantia de vida para entregar-se à Polícia, porque está com medo do Esquadrão da Morte. (“Saponga quer entregar-se”. *Jornal da Tarde*, 05.12.1968).

A matéria prossegue destacando que Carlos Eduardo da Silva ainda não foi encontrado, mas seu destino está selado: será executado pelos integrantes do Esquadrão da Morte, visto que está marcado para morrer devido ao fato de ter assassinado o investigador Davi Romero Parré. Além disso, Carlos Eduardo da Silva cometeu outros homicídios. Portanto, não sairá vivo da perseguição: será morto pelos integrantes do Esquadrão da Morte.

⁵⁰ “Saponga quer entregar-se”. *Jornal da Tarde*, 05.12.1968.

Na Divisão de Crimes Contra a Pessoa, quatro delegados falavam do Esquadrão da Morte e comentavam que **Saponga** está mesmo marcado para morrer: - Não há dúvida: foi ele mesmo quem matou o investigador Davi Romero. O **Saponga** já deve ter cometido, assim por baixo, uns 7 ou 8 homicídios. [...]. - Dificilmente o **Saponga** poderá ser pego vivo. Agora, com toda essa onda de Esquadrão da Morte, pior ainda. (“Saponga quer entregar-se”. *Jornal da Tarde*, 05.12.1968).

A reportagem apresenta o discurso de um delegado, o qual afirma que Carlos Eduardo da Silva é um bandido bastante perigoso, pois, além de conseguir fugir da Penitenciária, onde estava preso, teria afirmado que mataria os policiais que viessem prendê-lo.

A improvisada mesa-redonda continuou. Outro delegado falava do perigo que Carlos Eduardo da Silva, o **Saponga**, representa: - Veja só como ele fugiu da Penitenciária: [...]. Com um pedaço de pau, que arrumou da cama ou de uma mesinha, improvisou um gancho. Serrou as grades da sua sela e desceu por um comprido pedaço de pano, cheio de nós, para suportar o peso. Já embaixo, ele tinha de passar por duas muralhas. Gastou mais de duas horas para conseguir passar por elas. [...]. O delegado que contou isso acha **Saponga** bastante perigoso: - Espalhou entre os ladrões que andavam com ele: “Se vierem atrás de mim, não me entrego vivo”. Contou as seis balas de seu revólver e disse: “Cinco balas eu guardo para os que quiserem me prender. E uma fica guardada: se não der para fugir, meto essa bala na minha cabeça mesmo”. (“Saponga quer entregar-se”. *Jornal da Tarde*, 05.12.1968).

Enquanto Carlos Eduardo da Silva não era encontrado, os integrantes do Esquadrão da Morte iniciaram execuções arbitrárias de indivíduos que não tiveram qualquer relação com a morte do investigador Davi Romero Parré. Essas execuções foram abordadas na reportagem da *Folha de São Paulo*, “Mais cadáveres e novas acusações ao ‘Esquadrão da Morte’ ”⁵¹.

⁵¹“Mais cadáveres e novas acusações ao ‘Esquadrão da Morte’”. *Folha de São Paulo*, 13. 12.1968.

Num local ermo, a 1.200 metros da av. Giovanni Gronchi, Vila das Belezas, investigadores do 11º Distrito encontraram ontem de manhã o corpo de um homem de cor parda, com aproximadamente 30 anos, que tinha 12 balas de calibre 44 cravadas no corpo, da cabeça aos pés. Segundo a Polícia, seria mais uma vítima do chamado “Esquadrão da Morte” [...]. No 11º Distrito, nem mesmo os policiais mais antigos conseguiram identificar o morto, mas o delegado Alberto Barbour acredita que ele seja Geraldo Figueiras, ladrão, egresso da penitenciária do Estado e com várias passagens pela Polícia. Em Moji das Cruzes, o esquadrão parece ter feito mais duas vítimas. Na manhã de ontem, cadáveres não identificados, foram encontrados, cada qual com perfuração na nuca, provocada por bala 45, no quilometro 337 da Via Dutra, pela Polícia Rodoviária Federal. [...]. As duas vítimas, uma aparentando ter 45 anos, a outra 35, parecem ter sido estranguladas, antes de receberem o tiro de misericórdia. [...]. Presume-se que tenham sido levadas vivas para o local [...]. Junto aos cadáveres um cartaz de cartolina branca, com a figura de uma caveira, indicava que aquelas eram vítimas do Esquadrão da Morte. No cartaz, as siglas “E.M.” e “S.P.” Supôs-se, ontem, que uma moça, cujo corpo foi encontrado boiando no rio Casqueiro, também seria uma das vítimas do Esquadrão da Morte que estavam “marcados para morrer”. (“Mais cadáveres e novas acusações ao ‘Esquadrão da Morte’”. *Folha de São Paulo*, 13. 12.1968).

A matéria da *Folha de São Paulo*, citada acima, apresenta o *modus operandi* do Esquadrão da Morte, que consistia em executar suas vítimas com vários tiros de diferentes calibres e desovar os corpos em lugares ermos. Porém, devemos assinalar que no caso de Moji das Cruzes as vítimas foram levadas vivas para o local da desova e sofreram estrangulamento, o que denota um desvio no *modus operandi* do Esquadrão da Morte.

Importante destacar que ao se referir à moça, cujo corpo foi encontrado no rio Casqueiro, a reportagem indica que essa “seria uma das vítimas do Esquadrão da Morte que estavam ‘marcadas para morrer’”. A morte do investigador Davi Romero Parré ocorreu no dia 19 de novembro de 1968 e desde este dia ocorreram execuções arbitrárias que, segundo as matérias estudadas, foram atribuídas aos integrantes do Esquadrão da Morte e justificadas como vingança pela morte do investigador Davi Romero Parré.

A reportagem de *O Estado de São Paulo* “‘Esquadrão’ teria voltado a atuar”⁵² apresenta mais três assassinatos atribuídos aos integrantes do Esquadrão da Morte, que foram executados após a morte do investigador Davi Romero Parré. A reportagem inicia fazendo referência ao

⁵² “‘Esquadrão’ teria voltado a atuar”. *O Estado de São Paulo*, 19.12.1968.

modus operandi do Esquadrão da Morte – corpos encontrados em lugares êrmos e com dezenas de perfurações à bala.

Uma placa – **Granada Clube da Montanha** – uma estrada – a de Nazaré Paulista-Mairiporã – e 42 perfurações a bala – são as indicações de mais três homicídios atribuídos ao **Esquadrão da Morte**. (“‘Esquadrão’ teria voltado a atuar”. *O Estado de São Paulo*, 19.12.1968).

Uma das vítimas do Esquadrão da Morte, pela descrição apresentada na reportagem, descrevendo as roupas que a vítima vestia e o cuidado com a aparência e o fato de ninguém conhecê-la, indicava que muito provavelmente não fosse um indivíduo procurado pela polícia.

CJC – as iniciais inscritas em um isqueiro – é a única indicação relativa ao segundo morto. E outros objetos encontrados ao lado desse cadáver: uma escova de cabelo, um prendedor de gravatas, fósforos, uma carteira velha de couro marrom, com notas de 5 cruzeiros e uma fotografia. Ninguém o conhecia, nem se lembrava de tê-lo visto na região. Cabelos lisos, unhas bem cortadas esmaltadas, terno e camisa branca, meia de seda e sapato engraxado – com um furo pequeno na sola e outro na parte lateral, feito por um tiro – e aparência de latino-americano – é tudo o que a Polícia viu, além dos 12 tiros que ele levou. (“‘Esquadrão’ teria voltado a atuar”. *O Estado de São Paulo*, 19.12.1968).

Os dois outros homens assassinados eram Antonio Dallava (Nico), apresentado como delinquente, e Italianinho, ladrão de automóveis segundo as informações do delegado Arnado de Almeida.

Nico era muito conhecido na região, como delinquente. Vinte e dois tiros foi a carga disparada contra ele, que tinha, ainda, um dos pulsos cortado. O delegado Arnaldo de Almeida Borges, de Guarulhos, em cuja jurisdição foram encontrados os cadáveres, supõe que **Nico** tenha tentado fugir, quebrando os vidros do carro em que era conduzido, recebendo, então, os 22 tiros. [...]. Terceiro cadáver: encostado a uma cerca; com oito perfurações a bala, sapatos jogados no meio do mato. Segundo os policiais, era o **Italianinho**, ladrão de automóveis e, nas horas vagas, poeta. [...]. Segundo o delegado Almeida Borges, as armas usadas para a execução foram Winchesters 44 - reconhecidas pelas capsulas vazias encontradas no chão - e revólveres 38 - identificados pelas perfurações nos cadáveres. Os policiais acreditam que os três tenham sido executados no meio da pista e, depois, arrastados para perto da cerca onde foram encontrados. A prova: poças de sangue, longe dos corpos, sinais de corpos arrastados e marcas de barro nas vítimas. (“‘Esquadrão’ teria voltado a atuar”. *O Estado de São Paulo*, 19.12.1968).

O jornal *Folha de São Paulo*, em sua matéria “Esquadrão teria começado em 1956”⁵³, aponta, a partir do relato do investigador Dyvingon Smith, que:

A Formação (?) em dezembro de 1956, pelo então governador Jânio Quadros, de um setor de choque, subordinado à Delegacia de Roubos do DEIC para combater os assaltantes mais perigosos da cidade, teria dado início ao Esquadrão da Morte, segundo o investigador Dyvingon Smith, um dos elementos nomeados para aquele setor. Lembra que o sr. Jânio Quadros tomou aquela medida porque a cidade vivia num estado de calamidade (?) em matéria de criminalidade [...]. Época de marginais, indivíduos irre recuperáveis e perigosos (?) como Colerinha, Cobrinha, Pinotti(?). (“Esquadrão teria começado em 1956”. *Folha de São Paulo*, 22.12.1968).

⁵³ “Esquadrão teria começado em 1956”. *Folha de São Paulo*, 22.12.1968. Esta matéria da *Folha de São Paulo* está com alguns trechos inelegíveis. Na citação, os pontos de interrogação referem-se a estes trechos.

Partindo deste relato, a origem do Esquadrão da Morte da cidade de São Paulo estaria na criação do setor de choque, em dezembro de 1956, durante o governo de Jânio Quadros, no Estado de São Paulo (1955-1959), com a justificativa do aumento da criminalidade e da necessidade de combater os “marginais irrecuperáveis e perigosos”. Este setor de choque, posteriormente, “se transforma no setor de assaltos do DEIC⁵⁴”.

A reportagem continua, apresentando o relato do investigador Dyvingon Smith o qual afirma que a criminalidade em São Paulo diminuiu com a atuação do setor de choque, da mesma forma que com as execuções cometidas pelo Esquadrão da Morte a criminalidade também estaria diminuindo.

Lembra que o número de assaltos baixou muito como vem acontecendo agora, com as atividades do Esquadrão da Morte. (“Esquadrão teria começado em 1956”. *Folha de São Paulo*, 22.12.1968).

A reportagem da *Folha de São Paulo* é significativa, pois, num contexto em que os jornais atribuíam a origem do Esquadrão da Morte à vingança pela morte do investigador Davi Romero Parré, a *Folha de São Paulo* apresenta a hipótese da existência de um Esquadrão da Morte já em 1956 - o setor de choque criado para “combater” criminosos perigosos e irrecuperáveis.

No entanto, a justificativa da vingança para a origem do Esquadrão da Morte é predominante. A matéria de *O Estado de São Paulo*, “Saponga abatido em tiroteio”⁵⁵, assinala que Saponga é quem provocou a origem do Esquadrão da Morte: “[...] o marginal, que deu origem ao Esquadrão da Morte[...]”, por ter matado o investigador Davi Romero Parré.

Ontem à tarde morreu Saponga, Carlos Eduardo da Silva, o marginal, que deu origem ao Esquadrão da Morte em São Paulo, após haver assassinado o investigador Davi Romero Parré [...]. (“Saponga abatido em tiroteio”. *O Estado de São Paulo*. 09.01.1969).

⁵⁴ Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC).

⁵⁵ “Saponga abatido em tiroteio”. *O Estado de São Paulo*. 09.01.1969.

E esta explicação para o surgimento do Esquadrão da Morte é reiterada em outra passagem da reportagem: “Alguns policiais perguntavam se o Esquadrão da Morte deixaria de existir já que 'abateu sua presa'.” (“Saponga abatido em tiroteio”. *O Estado de São Paulo*. 09.01.1969).

Em outra parte da reportagem, por meio da menção ao relações públicas do Esquadrão da Morte, a vingança da morte do investigador Davi Romero Parré é anunciada como uma “missão” do Esquadrão da Morte.

O famoso relações públicas do Esquadrão, que anunciava sempre que algum crime era cometido, também desta vez funciona, dizendo que os homens da caveira haviam encerrado com chave de ouro sua missão. Saponga morreu lutando como sempre desejou. Viveu e morreu pela violência. (“Saponga abatido em tiroteio”. *O Estado de São Paulo*. 09.01.1969).

O Esquadrão da Morte tinha um “relações públicas” que se identificava como Lírio Branco. O Lírio Branco ligava para as redações dos jornais e para a delegacia informando o local onde os corpos das vítimas do Esquadrão da Morte foram abandonados. À época dos assassinatos cometidos pelos integrantes do Esquadrão da Morte, nos meses de novembro e dezembro de 1968, os jornais citavam o delegado Alberto Barbour como sendo o “Lírio Branco”. O delegado Alberto Barbour chegou a confessar que era o relações públicas do Esquadrão da Morte para o Juiz Corregedor Nelson Fonseca, em novembro de 1970. No entanto, desmentiu perante o Juiz Mário Fernandes Braga, da Comarca de Guarulhos. O delegado Alberto Barbour atribuiu à acusação de ser o “Lírio Branco” a “extremistas de esquerda e de direita”, interessados em prejudicá-lo.

Logo no início do depoimento, o delegado desmentiu uma das respostas dadas na Corregedoria: - Realmente, na Corregedoria dos Presídios, por ocasião da sindicância ali instaurada, confessei que era o **relações públicas do Esquadrão da Morte**. [...]. Para se defender, disse que apenas duas vezes os jornais o citaram como relações públicas: “Mas a maioria sempre informou que havia tomado conhecimento das mortes através de outra pessoa”. (“As contradições de Barbour”. *O Estado de São Paulo*, 23.10.1970).

A justificativa da vingança é apontada em outros trechos da matéria, destacando que a vingança não se restringiu ao assassino do investigador Davi Romero Parré, mas outras pessoas foram executadas porque a promessa de vingança foi declarada no dia do sepultamento do investigador, quando alguns policiais afirmavam que “para cada policial morto, dez bandidos vão morrer”. (“Saponga abatido em tiroteio”. *O Estado de São Paulo*. 09.01.1969).

Este crime ocorreu dia 19 de novembro, em Americanópolis e, daí em diante, vários corpos foram encontrados às margens de estradas, todos anunciados aos jornais como **presuntos fornecidos pelo Esquadrão**. (“Saponga abatido em tiroteio”. *O Estado de São Paulo*. 09.01.1969).

A reportagem de *O Estado de São Paulo*, citada acima, atribui a origem do Esquadrão da Morte à vingança da morte do investigador Davi Romero Parré, representando o assassinato de “Saponga” como uma missão cumprida. Mas aponta a questão da continuidade da atuação do Esquadrão da Morte mesmo após ter “cumprido sua missão de ‘abater’ Saponga”. Quanto a esta questão, a matéria demonstra o contrário, apresenta o argumento contrário, mesmo com o assassinato de Carlos Eduardo da Silva o Esquadrão da Morte matou outras pessoas.

A “tese” da vingança reaparece, nos jornais, em 1970 quando da morte do investigador Agostinho Gonçalves Carvalho. Na matéria de *O Estado de São Paulo*, “Esquadrão quer vingar policial”⁵⁶, há os seguintes fatos relatados:

O Esquadrão da Morte promete 28 'presuntos' até amanhã. Seis cadáveres já foram encontrados. Acredita-se que esta ação do 'Esquadrão' esteja ligada à morte do investigador Agostinho Gonçalves Carvalho, que morreu num tiroteio com bandidos, no dia 17. [...]. Um detalhe importante, observado nos 4 cadáveres encontrados na fazenda perto de Guarulhos: eles não tinham marcas de algemas nos pulsos. Pode significar uma vingança do Esquadrão. [...]. Todos são ladrões, criminosos comuns, e não têm relação nenhuma com a morte do investigador. (“Esquadrão quer vingar policial”. *O Estado de São Paulo*, 19.07.1970).

⁵⁶ “Esquadrão quer vingar policial”. *O Estado de São Paulo*, 19.07.1970.

Figura 4 - Esquadrão quer vingar policial

A morte do investigador Agostinho Gonçalves Carvalho foi vingada com a execução de 28 pessoas que não estavam implicadas no assassinato do investigador. Segundo a reportagem, as vítimas que já foram encontradas são criminosos, mas não tiveram participação no crime de Agostinho Gonçalves Carvalho. A reportagem afirma ainda que a “prova” da vingança estaria no fato de que os 4 corpos estavam sem marcas de algemas.

A ausência de marca das algemas revela que esses indivíduos foram pegos arbitrariamente e assassinados, fugindo ao *modus operandi* do Esquadrão da Morte, que retirava do Presídio Tiradentes as pessoas que seriam executadas. Hélio Pereira Bicudo⁵⁷ nos relatou a seguinte situação em relação à retirada dos presos do Presídio Tiradentes⁵⁸,

⁵⁷ Entrevista concedida em 25.02.2016.

⁵⁸ No ano de 1730 foi construído, de taipa, o primeiro calabouço de São Paulo. Um lugar que os condenados furavam suas paredes com facilidade para fugirem em decorrência de uma epidemia de varíola. Como consequência disso, em 1743 foi construído “uma edificação mais sólida, localizada na esquina da rua São Bento com o largo de São Francisco”. (CAMARGO & SACCHETA, 1997:485). A partir da metade do século XIX, a cidade de São Paulo sofre um grande aumento populacional, principalmente com a chegada de imigrantes em decorrência da produção cafeeira. Porém, o desenvolvimento econômico da cidade acarreta o processo de concentração de renda e o crescimento da miséria e da mendicância. Diante deste quadro, as autoridades vêem a necessidade da criação de um aparato penal, para reabilitar os indivíduos que foram retirados da sociedade, devido à prática de criminalidade. Para atender a esta demanda, em 1825 foi iniciada a construção da primeira Casa de Correção da cidade de São Paulo, pelo Visconde São Leopoldo, presidente da Província de São Paulo. A Casa da Administração, que era chamada de Casa de Correção e localizada no bairro da Luz, levou 20 anos para ser construída. Sendo inaugurada em 1852. No entanto, é em 1938 que é inaugurada a Casa de Correção (Presídio Tiradentes). Em 1958 já havia denúncias sobre as precárias instalações do Presídio Tiradentes e as péssimas condições de vida dos detentos. Tanto que o governador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto governou São Paulo entre os anos de 1959-1963 e determinou a transferência dos detentos para o Carandiru, além da retomada das obras do novo prédio de Tiradentes. Em 1962, a Casa de Detenção foi transformada em Recolhimento de Presos Tiradentes, para onde eram levados os presos correccionais – presos que eram detidos para ficarem à disposição da Justiça Comum. Havia também a prisão especial, onde eram encaminhados os indivíduos que deveriam ficar à disposição da Justiça, por motivos de Segurança Nacional – eram os denominados presos políticos por serem acusados de atos contra a ordem política e social. Por fim, havia a prisão de indivíduos para averiguação, os quais ficavam à disposição da polícia; - eram estes as vítimas do Esquadrão da Morte. Com o Golpe Militar de 1964, e a instituição do Regime Militar, o Presídio Tiradentes tornou-se um presídio político, no ano de 1968. Nele estiveram presos Caio Prado Júnior, Jacob Gorender e Emília Viotti Costa juntamente com estudantes e militantes das organizações que se opunham aos militares. Em 1972 o Presídio Tiradentes foi demolido.

Na verdade os policiais jogavam os “pés-de-chinelo” dentro do Presídio Tiradentes para depois retirá-los para serem mortos na periferia. Eu me lembro de um fato em que o diretor do Presídio Tiradentes, não me lembro o nome, provocava alguns eventos dentro do Presídio para justificar a retirada de presos.

A reportagem do *Jornal da Tarde*, “Todos contra os assassinos”⁵⁹, denuncia o temor dos presos do Presídio Tirantes com a prática dos integrantes do Esquadrão da Morte de retirá-los do Presídio para serem executados. A matéria traz a publicação da carta de Jan Josef Barta, que estava preso no Presídio Tiradentes e marcado para morrer pelos integrantes do Esquadrão da Morte. O título da matéria, que reproduz a carta, é “Jan nos avisa que o Esquadrão vai matá-lo”. Esta carta foi entregue ao jornalista Percival de Souza por um senhor⁶⁰ que esteve preso no Presídio Tiradentes. A reportagem sobre a carta de Jan Josef Barta faz a denúncia de uma morte anunciada.

Mamãe eu estou preso a 2 meses aqui na Detenção Tiradentes aqui na Av. Tiradentes [...]. Estou preso pela Equipe 2 do Dr. Frade e pelo que eu estou vendo eu vou morrer pelas mãos do Esquadrão da Morte como o dr. Frade já me falou. Mãe eu lhe peço providenciar um advogado mais depressa possível porque eu posso ser morto de uma hora para outra, vá no Dr. Abílio e explique o caso para ele, eu tenho dinheiro para receber lá onde eu trabalhava lá em Mairiporã. [...]. Sabe que nesses últimos dias diariamente os policiais do Esquadrão têm retirado de lá, pela madrugada, vários detentos, cujos corpos surgem na imprensa. Todos aqueles que foram mortos pelo EM saíram do Tiradentes, onde o DEIC guarda seus detentos, em situação irregular. Mãe estou esperando a resposta da Sra. o mais depressa possível porque eu estou muito mal, como a Sra. sabe o Esquadrão está matando mesmo e eu estou com medo. Mãe veja esta coisa o mais depressa possível. De seu filho Jan Josef Barta. Estou com fé que só a Sra. e o pai podem me tirar disto. Estou à Beira da Morte.

⁵⁹ “Todos contra os assassinos”. *Jornal da Tarde*, 25. 07.1970.

⁶⁰ A reportagem não cita o nome do senhor que entregou a carta ao jornalista Percival de Souza.

Figura 5 – Reprodução da Carta de Jan Josef Barta entregue a Percival de Souza e publicada no Jornal da Tarde (25.07.1970)

Fonte: fotografia do *Jornal da Tarde* (25.07.1970) retirada no Acervo do *Jornal da Tarde*

A reportagem de *O Estado de São Paulo* “Esquadrão quer vingar policial” prossegue apresentando as vítimas assassinadas pelo Esquadrão da Morte como vingança pela morte do investigador Agostinho Gonçalves Carvalho.

[...]. Toma-se, porém, os 28 “presuntos” prometidos pelo Esquadrão da Morte, como uma espécie de vingança pela morte do investigador. [...]. Três dos “presuntos” puderam ser identificados como sendo “Bodão”, “Saturnino” e

“Climério”. O quarto elemento não foi identificado ainda. (“Esquadrão quer vingar policial”. *O Estado de São Paulo*, 19.07.1970).

Na reportagem de *O Estado de São Paulo*, “Após a vingança, os crimes param?” o motivo da existência do Esquadrão da Morte já é sugestionado no próprio título da matéria. Afirma que a morte de Adjuvan Nunes era certa desde o momento em que matou o investigador Agostinho Gonçalves Carvalho. E a justificativa da vingança, para os assassinatos cometidos pelo Esquadrão da Morte, é reforçada quando a matéria questiona se o Esquadrão da Morte morre com Adjuvan Nunes ou ficará em recesso até que outro policial morra em serviço.

Desde sexta-feira, quando atirou no investigador Agostinho, Guri já estava marcado para morrer. Tudo dependia de como. Ao fugir, naquele dia, ele fora baleado por duas vezes nas costas e era muito difícil procurar socorro. E, o que é mais importante, ser socorrido. Assim, se não fôsse morto pelas balas dos investigadores (150 ao todo, o que é muito para a equipe 2 do setor de Crimes contra o Patrimônio), **Guri** acabaria morrendo pelos ferimentos recebidos na sexta-feira. [...]. Adjuvan Nunes, o **Guri**, já está morto. Com êle, morre também o Esquadrão da Morte? Ou êsse verdadeiro sindicato do crime permanecerá em recesso apenas até que outro policial caia no cumprimento do dever? (“Após a vingança, os crimes param?” *O Estado de São Paulo*, 23.07.1970).

No entanto, devemos destacar que esta matéria de *O Estado de São Paulo* questiona a possibilidade de Adjuvan Nunes ter reagido à prisão, explicação que os policiais deram para sua morte.

Há também outro fator: dizem os policiais que **Guri** reagiu à prisão, disparando seu revólver antes de qualquer iniciativa das autoridades. Ele realmente pode ter disparado os 9 tiros de que falaram os policiais. Mas, só no rosto, ele recebeu 14 balas. Além disso, tinha uma perfuração de bala calibre 12 na altura do coração (um homem nunca conseguiria reagir ao ponto de ser necessário um tiro à queima roupa com uma arma de caça). **Guri** tinha o corpo todo perfurado

pelos projeteis e – o que também chamou a atenção – o dedo indicador da mão direita decepado por um tiro, o que impediria sua ação com um revólver. (“Após a vingança, os crimes param?” *O Estado de São Paulo*, 23.07.1970).

Adjuvan Nunes, quem matou Agostinho Gonçalves Carvalho (morto em 17.07.1970), foi “sentenciado” e “condenado” à morte pelos membros do Esquadrão. A reportagem “Agora os assassinos estão com medo”⁶¹ relata que os integrantes do Esquadrão “julgaram” e “condenaram” Adjuvan Nunes à morte por ter assassinado o investigador Agostinho Gonçalves Carvalho. Neste ponto, a reportagem faz referência à mesma atitude dos policiais quanto à morte do investigador Davi Romero Parré, quando executaram Carlos Eduardo da Silva – acusado e “condenado”, pelo Esquadrão da Morte, pela morte de Davi Romero Parré.

E **Esquadrão da Morte**, um grupo organizado de policiais, decidiu na sexta-feira de manhã, horas depois que o investigador Agostinho Gonçalves foi baleado por **Guri**, que este ladrão de 21 anos deveria ser executado. Os policiais, entre si, fizeram este juramento, o mesmo que foi feito em fins de 1968, quando o ladrão **Saponga** matou o investigador Romero Parré, da mesma Delegacia de Roubos do DEIC. (“Agora os assassinos estão com medo”. *Jornal da Tarde*, 26.07.1970).

⁶¹ “Agora os assassinos estão com medo”. *Jornal da Tarde*, 26.07.1970.

Figura 6 - Agora os assassinos estão com medo

Fonte: “Agora os assassinos estão com medo”⁶². (26.07.1970). *Jornal da Tarde*.

⁶² Segundo a reportagem os investigadores que integravam o Esquadrão da Morte estariam com medo da Justiça, devido aos 150 assassinatos que cometeram em dois anos. Os investigadores acusavam os jornalistas de terem atraído a atenção da Justiça.

A reportagem prossegue apresentando a defesa dos policiais em relação ao Esquadrão da Morte, que devido à sua atuação a criminalidade diminuiu e que a sociedade nada perde com a morte dos marginais. Segundo a reportagem, os policiais defendem a morte dos criminosos perigosos e irrecuperáveis; afirmando que os integrantes do Esquadrão da Morte prestam um bem à sociedade, pois as execuções perpetradas pelos integrantes do Esquadrão da Morte servem de “exemplo” para os marginais.

Os policiais, que defendem a existência do **Esquadrão**, dizem que essa é a 'única forma de impedir o aumento do índice de criminalidade', e que a 'sociedade nada perde com as execuções, muito pelo contrário. [...]. Estes mesmos policiais acreditam que têm a opinião pública favorável à sua tese. E dizem que assassinos, ladrões perigosos e marginais irrecuperáveis têm mesmo de morrer. - Não sei como vocês não compreendem a nossa intenção, que é pura e honesta. Queremos apenas prestar um serviço à sociedade. Outro policial dizia, como argumento: - Se a gente deixar correr as coisas como estão, os ladrões vão cercar qualquer pessoa no meio da rua e assaltá-la. Os bandidos estão cada vez mais audaciosos e, se a gente não der lições exemplares, eles continuarão matando e roubando. [...]. (“Agora os assassinos estão com medo”. *Jornal da Tarde*, 26.07.1970).

E a execução de Adjuvan Nunes foi comemorada entre os policiais do DEIC, tanto que um dos policiais para ter uma “lembrança” da morte de “Guri” costura em seu boné algumas balas que executaram Adjuvan Nunes.

Delegacia de Roubos, DEIC, quarta-feira à tarde: os policiais estão sorridentes, contando uns para os outros as principais cenas da execução de Adjuvan Nunes, o **Guri**, fuzilado com quase 150 tiros. Um dos policiais manda costurar no seu boné algumas das balas usadas no fuzilamento. (“Agora os assassinos estão com medo”. *Jornal da Tarde*, 26.07.1970).

Adjuvan Nunes era um jovem de 21 anos tinha um mandato de prisão expedido pela 8ª Vara Criminal, pois estava condenado a um ano e três meses de prisão por furto qualificado. Adjuvan Nunes foi caçado por cerca de 60 policiais. Na perseguição a Adjuvan Nunes os policiais prenderam seus pais, João Vicente Nunes e Bernardete Daltro Nunes, para obterem informações sobre o paradeiro de Adjuvan Nunes. Os policiais prenderam Hélio Lossurdo, amigo de Adjuvan Nunes, o qual confessou aos policiais que Adjuvan Nunes estava escondido na Mata de São Mateus. Os policiais empreenderam uma verdadeira caçada a Adjuvan Nunes; haviam feito a promessa de vingança no sepultamento do investigador Agostinho Gonçalves Carvalho. Encontrado, Adjuvan Nunes foi fuzilado com 150 tiros⁶³.

A explicação do delegado Getúlio Prado, que chefiou a caçada a Adjuvan Nunes, para a morte de Adjuvan Nunes é que quando se viu cercado este começou a atirar.

Delegado Getúlio Prado: “Guri já havia matado um e ferido outro colega nosso: quando se viu cercado, começou a atirar. A gente não podia se arriscar a ter novas baixas, tivemos de atirar (“Por que matá-lo 86 vezes?” *Jornal da Tarde*, 31.07.1970).

A reportagem “Agora os assassinos estão com medo” relata o “julgamento” feito pelos integrantes do Esquadrão da Morte que decidiram matar Adjuvan Nunes para vingar a morte do investigador Agostinho Gonçalves Carvalho. Assinala que houve também um “julgamento” para decidir sobre o assassinato de Carlos Eduardo da Silva, responsável pela morte do investigador Romero Davi Parré. Ainda destaca a defesa dos policiais quanto os assassinatos cometidos pelo Esquadrão da Morte, pois essas “ações” do Esquadrão da Morte impedem o aumento da criminalidade e protegem a sociedade. Segundo os policiais, o Esquadrão da Morte presta um bem à sociedade.

⁶³ A execução de Adjuvan Nunes foi artisticamente narrado na letra da canção utilizada como epígrafe em nossa tese. O título da música é “O meu Guri”, de Chico Buarque.

Figura 8 - Por que matá-lo 86 vezes?

Fonte: *Jornal da Tarde*, 31.07.1970. Foto de Ywane Yamasaki.

A partir do estudo das reportagens, no período de novembro de 1968 a julho de 1970, constatamos que os jornais *O Jornal da Tarde*, o *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo* atribuíram a origem do Esquadrão da Morte a um ato de vingança, praticado por um grupo de policiais, em represália a indivíduos que teriam matado policiais durante tiroteios. Segundo as reportagens, o Esquadrão da Morte surgiu para vingar a morte do investigador Davi Romero Parré, supostamente morto por Carlos Eduardo da Silva, conhecido por “Saponga”. Em função da justificativa da vingança, verificamos que dezenas de indivíduos foram executados sumariamente pelos integrantes do Esquadrão da Morte.

A tese da vingança foi retomada pelos jornais para explicar a perseguição e a execução de Adjuvan Nunes, conhecido por “Guri” – alvejado com 150 tiros –, que matou o investigador Agostinho Gonçalves Carvalho. Novamente, em nome da vingança, dezenas de indivíduos foram executados sumariamente pelo Esquadrão da Morte.

Todavia, o estudo das reportagens apontou que junto à tese da vingança havia a justificativa, principalmente entre os policiais, de que a eliminação de criminosos – pelo Esquadrão da Morte – era um “serviço prestado para o bem da sociedade”, que a execução de marginais visava a um bem maior: proteger a coletividade. A reportagem do *Jornal da Tarde* “Agora os assassinos estão com medo” apresenta esse discurso dos policiais.

Os policiais, que defendem a existência do **Esquadrão**, dizem que essa é a ‘única forma de impedir o aumento do índice de criminalidade’, e que a ‘sociedade nada perde com as execuções, muito pelo contrário’. [...]. Estes mesmos policiais acreditam que têm a opinião pública favorável à sua tese. E dizem que assassinos, ladrões perigosos e marginais irrecuperáveis têm mesmo de morrer. [...]. ‘– Não sei como vocês não compreendem a nossa intenção, que é pura e honesta. Queremos apenas prestar um serviço à sociedade’. (Agora os assassinos estão com medo. *Jornal da Tarde*. 26.07.1970).

Nesse sentido, é relevante a reportagem da *Folha de São Paulo* “Esquadrão teria começado em 1956”⁶⁴ que apresentou outra versão para a origem do Esquadrão da Morte da cidade de São Paulo. Sua origem estaria no Setor de Choque, criado no ano de 1956 pelo então

⁶⁴ “Esquadrão teria começado em 1956”. *Folha de São Paulo*, 22.12.1968.

governador Jânio Quadros, organizado para combater os “marginais irrecuperáveis e perigosos”. Esta versão além de ratificar o discurso de policiais, de que os assassinatos perpetrados pelos integrantes do Esquadrão da Morte promoviam o bem à sociedade, se aproxima da tese de Martha K. Huggins⁶⁵ que analisaremos a seguir.

2.3. Uma proposta de compreensão sobre a origem do Esquadrão da Morte

A pesquisadora Martha K. Huggins⁶⁶ assinala que os Esquadrões da Morte têm sua origem no processo de treinamento, profissionalização e especialização das polícias da América Latina pelos Estados Unidos da América, o que teria resultado na degeneração das Instituições Policiais.

O livro *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina* foi fruto de uma pesquisa de Martha K. Huggins de dez anos. A estudiosa utilizou como fontes documentos de órgãos do governo dos Estados Unidos da América e do Brasil e entrevistas com funcionários públicos, militares e policiais. Nos Estados Unidos o acesso aos documentos foi obtido por meio de requisição de informações através da Lei de Liberdade de Informação (FOIA) e de outras leis que tornaram obrigatórios o fornecimento de informações (*Mandatory Review legislation*)⁶⁷ e, por fim, por meio de negociações com autoridades e policiais do Brasil.

Martha K. Huggins assinala que desde o final do século XIX, os EUA exerciam uma política externa com o intuito de garantir interesses econômicos e promover a Segurança Interna no país beneficiário da colaboração norte-americana. Demonstra que esse processo desencadeou

⁶⁵ HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/ América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

⁶⁶ HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/ América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

⁶⁷ A *Mandatory Review legislation* é usada para solicitar um estudo formal para fins de pesquisa dos documentos dos presidentes dos Estados Unidos da América anteriores a Richard M. Nixon.

uma degenerescência do sistema policial no Brasil, particularmente quanto ao surgimento dos Esquadrões da Morte.

Os Estados Unidos da América intervinham no sistema policial por meio de vários programas e órgãos. O principal foi o OPS (*Office of Public Safety*), Setor de Segurança Pública⁶⁸. O OPS era responsável pelo treinamento e profissionalização das polícias estrangeiras. Havia também o OCB (Grupo Coordenador de Operações), que propunha o Programa do Ponto Quatro. Segundo Huggins:

[...] a maioria dos treinamentos policiais da OPS durava apenas algumas semanas. Esse treinamento cobria técnicas de vigilância e coleta de informações, procedimentos de interrogatório, métodos de realização de batidas, e controle de motins e de multidões. O objetivo formal para esse tipo de treinamento era contribuir para que as forças de segurança desenvolvessem capacidade investigativa para detectar e identificar indivíduos e organizações criminosas e/ou subversivas e neutralizar suas atividades, bem como [infundir] neles uma capacidade de controlar as atividades de militantes, desde as manifestações, desordens ou motins, até operações de guerrilha em pequena escala. (HUGGINS, 1998:129).

⁶⁸ Foram muitos os programas de cooperação dos EUA à América Latina. O OPS foi criado em 1962, quando passou a atuar na América Latina. Os Programas criados e implantados pelos EUA na América Latina foram: Programa de Ajuda Antiterrorismo (Anti-Terrorismi Assistance Program - ATA), Órgão norte-americano de controle de drogas (Drug Enforcement Administration - DEA); Programa Internacional de Ajuda ao Treinamento em Investigação Criminal (Internacional Criminal Investigative Training Assistance Program-ICITAP), Serviço Especial de Inteligencia (Special Intelligence Service - SIS), Organização para o Desenvolvimento Internacional (Agency for International Development - AID), Grupo de Coordenação de Operações da NSC (Operations Coordinating Board-OCB), Programa de Segurança Interna Além-Mar (Overseas Internal Security Program-OISP), Agência de Informação dos EUA (United States Information Agency-USIA), Administração de Cooperação Internacional (Internacional Cooperation Administration-ICA), Serviços de Polícia Internacional (Internacional Police Services-INPOLSE), (Overseas Internal Defense Policy -OIDP), Grupo de Antiinsurreição (Counter-Insurgency Group - C-I 1962), Academia Interamericana de Polícia (Inter-American Police Academy - IAPA).

Foi durante o segundo mandato do Presidente norte-americano Harry Truman (1949-1953) que os blocos organizacionais – que promoveriam a internacionalização da Segurança dos EUA – se desenvolveram por meio do trabalho do Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council* - NSC) e da Organização Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency* – CIA) e do Programa do Ponto Quatro. Importante assinalar que estes blocos foram legitimados pela ideologia da Guerra Fria (HUGGINS, 1998:87). Particularmente, a partir da Teoria de Contenção que se atrelava, cada vez mais, ao discurso do “desenvolvimento econômico”. Neste sentido, os EUA utilizavam estas doutrinas “para legitimar o planejamento de Segurança preventivo e prospectivo em tempo de paz”. (HUGGINS, 1998:87). Essa legitimação funcionava como uma base racional para que os EUA interviessem no treinamento das polícias estrangeiras “como remédio preventivo contra o comunismo” (HUGGINS, 1998:87).

O Programa do Ponto Quatro, transformado em lei em 1951, originou-se justamente da união da Teoria de Contenção com a Teoria do Desenvolvimento Econômico. A Teoria de Contenção foi elaborada pelo diplomata norte-americano George Frost Kennan, o qual propôs uma política para conter o expansionismo da URSS⁶⁹. Tal diplomata defendia uma política de contenção por meio da ajuda econômica para a reconstrução da Europa e da Ásia e do fortalecimento das instituições democráticas nestas regiões. A política de contenção deveria estabelecer uma estratégia de equilíbrio de poderes, de caráter diplomático, e deveria ser assumida pelos Estados Unidos da América, o qual conteria a pressão dos soviéticos em pontos geográficos e políticos estratégicos, contrapondo-se às manobras da URSS. Os EUA deveriam

⁶⁹ Ao final da II Guerra Mundial (1939-1945), os EUA e a URSS emergem como principais potências mundiais. Os EUA tornam-se a maior força política, econômica e militar do mundo. A URSS, apesar de ter perdido cerca de 25 milhões de sua população e de sua economia ter sido destruída, conquistou uma grande área de influência no leste e no centro da Europa. Tais territórios foram conquistados na Conferência de Yalta (realizada entre 4 e 11 de fevereiro de 1945). Contudo, após a morte do presidente norte-americano Franklin Roosevelt (12.04.1945), os setores que discordavam desta política de negociações ganharam força, e na conferência de Potsdam (realizada entre 17 de julho a 8 de agosto de 1945), os conflitos entre os soviéticos e os Aliados ocidentais intensificaram-se. A Europa foi destruída pela guerra, perdurava uma instabilidade social devido à fome, miséria, a falta de moradia, entre outros fatores. Esse quadro era o combustível para a eclosão de movimentos revolucionários. Os comunistas obtiveram êxitos eleitorais na Itália e na França; na China, Turquia e Grécia eclodiu a guerra civil; na Ásia e na África os movimentos anti-colonialistas. Somando-se a este cenário, o poder soviético expandia-se sob a influência dos partidos comunistas em várias regiões do planeta.

estabelecer zonas de influência por todo o mundo, impedindo que os soviéticos desafiassem seu poder. Exemplo desta política de contenção foi o apoio dado aos golpes militares na América Latina.

A Teoria do Desenvolvimento Econômico defendia que a cooperação dos EUA, por meio da atuação de consultores norte-americanos em Ministérios e Órgãos da Administração Pública, contribuiria para o desenvolvimento econômico dos países anfitriões. Com a economia estabilizada os países anfitriões seriam capazes, por si próprios, de implementar uma política de Segurança Interna contra a infiltração e expansão do comunismo em seus territórios.

Partindo destas Teorias, a lógica do Ponto Quatro era de que se um país se tornasse economicamente autossuficiente, mediante assistência técnica dos consultores norte-americanos, tornar-se-ia capaz de proteger-se contra a subversão comunista. Para tanto, o Ponto Quatro autorizava a cooperação técnica bilateral – consultoria, treinamento e equipamento “de demonstração – mediante contribuições em espécie dos Estados Unidos e financiamento do país beneficiário”. (HUGGINS, 1998:88). O Programa do Ponto Quatro foi aplicado na Ásia, Oriente Médio e na América Latina.

Com relação à América Latina, a implantação do Ponto Quatro ocorreu a partir da “posição relativa” dos países em uma escala de “pressão subversiva”. Em 1952, a “pressão subversiva” no Brasil atingiu o grau de 95, o que resultou na implantação, não automaticamente, do Programa do Ponto Quatro.

A ajuda do Ponto Quatro superaria a vulnerabilidade daqueles países ao comunismo, mediante apoio técnico para reformas nas áreas da agricultura, saúde e 'administração pública'; a ajuda para treinamento policial encaixava-se na administração pública. (HUGGINS, 1998:88).

O procedimento para a intervenção dos EUA, por meio do Ponto Quatro, era o estabelecimento de um “serviço” no qual uma equipe de consultores estadunidenses e funcionários do governo beneficiário trabalhariam juntos, nos Ministérios ou outros setores do poder público do país anfitrião.

O general Amaury Kruehl, então chefe das Forças Policiais do Rio de Janeiro, se associou aos órgãos de segurança pública dos Estados Unidos da América; e motivado pelo programa de

treinamento, profissionalização e especialização das polícias do Ponto Quatro formou um grupo especial para “caçar” assaltantes e bandidos. É preciso ressaltar que esses policiais pertenciam, oficialmente, à organização policial; no entanto, burocraticamente⁷⁰ agiam em paralelo. Isso porque agiam fora da lei, mas tinham a autorização do general Amaury Kruel para eliminar, de qualquer forma, os bandidos.

O “Esquadrão da morte” secreto de Kruel pode assinalar o início de uma nova degenerescência desses grupos “informais” oriundos do aparelho policial formal (...). Esta atividade dos esquadrões da morte estava em pleno florescimento no Brasil, no momento em que os Estados Unidos ali ampliavam seu programa de treinamento oficial (...). Os registros demonstram que, ao invés de reprimir os esquadrões da morte, alguns consultores de segurança pública norte-americanos de fato cooperaram com membros do governo brasileiro e com policiais locais envolvidos com esquadrões da morte. “A ajuda policial norte-americana dava sustentação à degenerescência do sistema policial brasileiro”. (HUGGINS, 1998:114-115)

O processo de treinamento, profissionalização e especialização da polícia, com a cooperação dos Estados Unidos da América iniciou por volta do final do século XIX na América Latina. Em relação ao Brasil e ao período estudado, vou me ater a partir da década de 1960, porque foi em 1962, nos EUA, que ocorreu a criação da Academia Internacional de Polícia (*International Police Academy* - IPA), cuja função era policiar o mundo não comunista. O IPA funcionou em Washington de 1963 a 1975; foi uma instituição de treinamento de policiais, que recebeu estudantes brasileiros antes do Golpe Militar de 1964. O perfil destes estudantes era serem anticomunistas, católicos e conservadores. Muitos deles eram bacharéis em Direito e eram recrutados entre policiais civis e militares e funcionários da administração pública. O IPA ofereceu cursos de guerrilha urbana e rural e métodos científicos de interrogatório, ou seja, tortura. Ensinou-se o que no Brasil ficou conhecido como Ação Cívico Social (ACISO): militares fardados tinham por função realizar tarefas que beneficiassem a comunidade. Os estudantes da

⁷⁰ Segundo Martha Huggins, o grupo de policiais que agia burocraticamente em paralelo está relacionado à existência de uma burocracia multinacional, formada por consultores estadunidenses e agentes públicos brasileiros.

IPA vão colaborar na implantação dos Regimes Autoritários que, durante os anos de 1960 e 1970, foram impostos à América Latina⁷¹.

[...] os estrategistas estadunidenses orientaram as Forças Armadas locais para que contribuíssem na estabilização regional através da realização de atividades que gerassem simpatias junto à população mais pobre, principalmente obras de infra-estrutura física ou de assistência social. [...]. Portanto, junto às atividades, envolvendo a luta contra a “subversão”, os EUA patrocinaram programas de ação cívica. Estes visavam, fundamentalmente, recuperar a imagem pouco popular dos militares junto às camadas populares e fomentar maior aproximação entre eles. [...] destacava a necessidade das Forças Armadas se aproximarem da população mais carente, mediante iniciativas de ação cívica, principalmente em conjunturas de instabilidade.⁷² (PADRÓS, 2007:18).

O estabelecimento do Regime Militar resultou num processo crescente de centralização de poder. No que diz respeito à polícia, o marco foi o Decreto- Lei nº 317, estabelecido em março de 1967, denominado Lei Orgânica da Polícia,

“(...) A nova lei, porém, submetia as forças policiais regionais e municipais de cada estado ao secretário estadual de Segurança Pública, que passou então a ser indicado pelos militares, ainda que não necessariamente ele próprio fosse militar. De acordo com a Lei 317, era de responsabilidade do secretário da Segurança Pública, de cada estado estabelecer as respectivas funções e jurisdições da Polícia Civil e da Polícia Militar.” (HUGGINS, 1998: 151).

⁷¹ Disponível em: www.institutojoaogoulart.org.br.

⁷² PADRÓS, Enrique Serra. “As Escolas Militares dos Estados Unidos e a Pentagonização das Forças Armadas da América Latina”. *Outros Tempos*. Vol. 1, 2007, p.13-31. Disponível: www.outrostempos.uema.br.

O Decreto- Lei nº 317 organizou a Polícia Militar, atribuindo-lhe competências para garantir a manutenção da ordem pública e segurança interna dos Estados. Segundo o Decreto à Polícia Militar caberia:

Executar o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos; atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presuma ser possível a perturbação da ordem; atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas [...].

Essa Lei irá exacerbar conflitos e rivalidades entre a Polícia Civil e a Polícia Militar, que já ocorriam desde longa data. Diante do clima de rivalidades entre as polícias e o aumento dos conflitos sociais, os esquadrões “oficiais”⁷³ proliferam. Esses esquadrões oficiais serão criados para combater as ameaças à segurança interna, manter a ordem pública e garantir a eficiência no policiamento. Portanto, num primeiro momento, os alvos desses esquadrões formais serão os chamados “indivíduos irrecuperáveis”, “os bandidos perigosos”, ou seja, as pessoas “indesejáveis”, “supérfluas”. Com o estabelecimento do Regime Militar, os opositores ao Regime também se tornam vítimas dos Esquadrões da Morte, uma vez que seus integrantes constituíram o aparato repressivo do Regime Militar.

Para concluirmos, devemos relacionar a cooperação estadunidense no treinamento, profissionalização e especialização dos policiais da América Latina com o processo de degenerescência das Corporações Policiais e com o surgimento dos Esquadrões da Morte. A política de profissionalização e especialização de policiais levou à formação de Esquadrões Policiais Especiais, que serviam na Polícia Civil, dotados de absoluta autonomia para resolver os casos de marginais que a Polícia e a Justiça não conseguiam solucionar. Exemplo disto foi a criação do Esquadrão Motorizado no Rio de Janeiro, por Amaury Kruel – era um grupo de

⁷³ Esses esquadrões “oficiais” se referem aos grupos de policiais especiais encarregados de “caçar” os bandidos perigosos e que tinham autorização para matar. Exemplo desses esquadrões “oficiais” foi o Esquadrão Motorizado do Rio de Janeiro criado por Amaury Kruel.

policiais que tinham autorização para matar “marginais”. Em São Paulo, foram organizadas as Patrulhas Motorizadas da Polícia Civil (RUDI, RONE e ROSA), compostas por policiais treinados e especializados no combate ao tráfico de entorpecentes, assaltos a banco e a residências e roubo de automóveis. Estas equipes tinham total independência para agir e liquidar os criminosos. As Patrulhas Motorizadas eram chefiadas por delegados, bacharéis em Direito e advogados, que legalizavam as ações criminosas dos policiais. As mortes dos “criminosos” eram justificadas como resistência à prisão, por parte dos “marginais”, e como legítima defesa, por parte dos policiais. Esses grupos especializados de policiais, cada vez mais profissionalizados e compartimentalizados em funções específicas e chefias imediatas, adquirem um *status* de liberdade e autonomia de ação que se configuraria em atitudes arbitrárias, na violência, no assassinato de pessoas, no envolvimento com traficantes de entorpecentes, no jogo do bicho e na montagem e participação em esquemas de corrupção.

Segundo Martha K. Huggins

[...] alguns policiais do início da década de 1960 descreveram-nos, em entrevistas, como tendo surgido [o Esquadrão da Morte] das patrulhas motorizadas da Polícia Civil chamadas Rondas Unificadas do Departamento de Investigações (RUDI), patrulhas móveis de investigação, e das Rondas Noturnas Especiais da Polícia Civil (RONE). A RUDI e a RONE [...] foram instituídas inicialmente, em 1958 e 1959, respectivamente, para combater roubos de carros e assaltos a residências, exatamente no momento em que as primeiras fábricas de carro estrangeiras chegavam à Grande São Paulo (HUGGINS, 1998:159).

A RUDI estava encarregada de deter integrantes de gangues, assaltantes e traficantes de drogas. A RONE e a RUDI e, posteriormente, a ROSA (Ronda do Setor de Assaltos), todas da Polícia Civil, eram conhecidas pelo uso da violência. Essas Rondas tinham autonomia operacional, atuavam sempre à noite e eram comandadas por um delegado que, por ser advogado, podia “legalizar qualquer ação como parte da missão legítima de seu esquadrão” (HUGGINS, 1998: 160). Portanto, a morte de um indivíduo, tido como perigoso, era legitimada facilmente pelo delegado, pelo argumento de que o policial atirou em legítima defesa, ou pelo fato do indivíduo resistir à prisão. Sem questionamentos ou investigação, esses crimes revelavam

uma política de eliminação sumária de bandidos, de uma limpeza social com o objetivo de garantir a manutenção da ordem pública. Conforme afirma um ex-delegado⁷⁴ da RONE: “restabelecer a ordem pública – fazer alguma coisa boa pela comunidade mat[ando]....criminosos, porque a sociedade precisava de uma limpeza – a justiça era muito lenta para resolver as coisas e a lei os deixava de mãos amarradas”. (HUGGINS, 1998:160)

Martha K. Huggins aponta que no início da década de 1960 um diretor do DEIC⁷⁵ montou uma equipe especial de policiais que matavam os “fora-da-lei”. A partir dessa unidade de “serviço pesado”, segundo este diretor, foram criados outros Esquadrões da Morte. Nesse momento, tem-se o início do processo de degenerescência de um Esquadrão da Morte, que faz parte oficialmente da instituição policial, para um Esquadrão da Morte não sujeito a um comando direto, que trabalha na “clandestinidade”.

Dessa forma, a degenerescência da Instituição Policial ocorreu como consequência da perda do controle estatal e da autonomização das equipes especiais de policiais. Uma das causas dessa manifestação pode ser atribuída ao surgimento de conflitos, disputas e contradições internas inerentes às Corporações Policiais e à ação de seus atores. Esse quadro gerou um processo de desburocratização desencadeado pela diminuição do controle sobre os policiais, conferindo-lhes autonomia nas suas ações.

⁷⁴ Não há referência ao nome do ex-delegado.

⁷⁵ HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/ América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998:161.

**PARTE II – ESQUADRÃO DA MORTE: OMISSÃO DAS AUTORIDADES X
COMPROMETIMENTO DA JUSTIÇA**

Nunca a polícia terá espiões comparáveis aos que se colocam ao serviço do ódio.

Honoré de Balzac

CAPÍTULO 3 – A Repressão Militar e o Delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury

3.1. Órgãos de repressão

Tratarei neste capítulo acerca de alguns órgãos repressivos implantados pelo Regime Militar que foram responsáveis pela perseguição e eliminação de militantes que lutaram contra o Regime Militar. Os órgãos abordados serão a Operação Bandeirante (OBAN), o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) e o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) de São Paulo. A relevância na abordagem desses órgãos da repressão, para um estudo sobre o Esquadrão da Morte, está no fato de que policiais do Esquadrão da Morte, especialmente Sérgio Fernando Paranhos Fleury, integrarão o DOPS/SP⁷⁶, o qual trabalhará conjuntamente com a OBAN e, posteriormente, com o DOI-CODI. Além disso, as técnicas de investigação e de interrogatório desses policiais civis, ou seja, seu *know-how* será relevante para o sucesso das operações dos agentes da repressão. Por fim, e o ponto mais importante, é a figura do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, que se tornará o homem do "*establishment*" do Regime Militar, segundo as palavras de Hélio Bicudo. O "diamante da repressão", segundo o jornalista Percival de Souza. Nas palavras do Capitão Paz⁷⁷,

Fleury era Delegado da Polícia Civil, diretor do DOPS, tinha forte atuação na repressão política a serviço da ditadura civil-militar. Era de confiança do Regime. Então as prisões, as torturas, as mortes de presos políticos, isto a gente tinha notícia, além de organizador do Esquadrão da Morte.

O Regime Militar, implantado em 31 de março de 1964, vigorou durante 21 anos, e durante todo este período muita violência foi praticada contra aqueles que se opuseram aos militares. Muitos foram perseguidos, presos, torturados e assassinados em nome da Segurança

⁷⁶ Segundo o jornalista Percival de Souza, que nesse período era jornalista policial e cobria as atividades do Esquadrão da Morte, além de ter uma certa proximidade com Sérgio Fernando Paranhos Fleury, quando este vai para o DOPS leva para trabalhar consigo alguns investigadores de sua equipe.

⁷⁷ Entrevista concedida em 24.07.2017.

Nacional, da manutenção da ordem pública e da luta contra o comunismo e o terrorismo. Para isto foi criado um eficiente aparato repressivo, com a finalidade de eliminar os chamados “subversivos”, principalmente homens e mulheres que se envolveram com a luta armada. Mas não somente. Os órgãos da repressão perseguiram e torturaram trabalhadores comuns, estudantes, professores, intelectuais – todos que decidiram enfrentar o Regime Militar foram vítimas de violenta repressão.

3.1.1. Operação Bandeirante (OBAN)

Em 1º julho de 1969 foi criada a Operação Bandeirante (OBAN). Sua sede foi instalada na rua Tutoia nº 921, onde utilizava algumas dependências do 36º Distrito Policial. A criação da OBAN está relacionada, diretamente, com a Diretriz para a Política de Segurança Pública, a qual determinava que “os comandantes militares de cada área deveriam centralizar informações de caráter subversivo em um único órgão e sob um único comando”. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade. *Órgãos e Procedimentos da Repressão Política*. Volume I. Dezembro/2014. p.127). O objetivo central para a criação da Operação Bandeirante era promover a integração dos órgãos de repressão com o intuito de organizar um aparato repressivo eficiente para combater a subversão. Nesse contexto, segundo avaliação do II Exército, São Paulo tornara-se o alvo dos diferentes grupos de opositores do Regime Militar. Desse modo:

A OBAN foi criada com a missão de “identificar, localizar e capturar os elementos dos integrantes dos grupos subversivos que atuam na área do II Exército, particularmente em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam”. Para isso, eram fundamentais a qualidade das informações e a forma como deveriam ser coletadas – o mais rápido possível, obrigando a que os diversos órgãos de repressão atuassem de forma conjunta e coordenada. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade. *Órgãos e Procedimentos da Repressão Política*. Volume I. Dezembro/2014. P.127).

As ordens para a criação da OBAN foram dadas pelo Ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva e pelo general Carlos de Meira Matos - Chefe da Inspetoria Geral das Polícias Militares. Esse fato ocorreu em fevereiro de 1969 em Brasília, no "I Seminário de Segurança Interna", numa reunião em que estavam presentes os Secretários Estaduais de Segurança Pública, os comandantes das Polícias Militares e os Superintendentes Regionais da Polícia Federal.

O comando da Operação Bandeirante ficava a cargo do II Exército encarregado de chefiar o Centro de Coordenação, o qual promovia a ligação entre a Central de Informações – chefiada pelo titular do Estado-Maior do II Exército – e a Central de Operações – comandada pelo subchefe do Estado-Maior do II Exército. Nessas três Centrais havia oficiais e agentes do II Exército, do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Força Pública e da Guarda Civil e do Serviço Nacional de Informação (SNI).

Da "inauguração" da OBAN participaram o governador Roberto Costa de Abreu Sodré, o secretário de Segurança Pública Hely Lopes Meirelles, o prefeito da capital Paulo Salim Maluf, o general José Canavarro Pereira, comandante do II Exército, e empresários paulistas como Luiz Macedo Quentel, Henning Albert Boilesen e Paulo Sawaya. Quanto ao empresariado paulista, é de relevância assinalarmos que a OBAN recebeu financiamento de diversas empresas como o Grupo Ultra, a Ford, a General Motors, o Grupo Camargo Corrêa, o Grupo Objetivo, o Grupo Folha, o Banco Bradesco entre outras. As empresas forneciam além de dinheiro, materiais de escritório, carros e pessoal.

A OBAN operava a partir de um Centro de Coordenação composto pelos comandantes do II Exército, da 2ª Região Militar, da 2ª Divisão de Infantaria, do 6º Distrito Naval, da 4ª Zona Aérea, pelo diretor do DOPS, pelo Secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, pelo superintendente da Polícia Federal de São Paulo e pelo chefe da agência São Paulo SNI. Esse Centro de Coordenação funcionava em três áreas – Central de Informações, Central de Operações e Central de Difusão –, e contava com uma Coordenação de Execução⁷⁸ subordinada à Central de Informações. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade. *Órgãos e Procedimentos da Repressão Política*. Volume I. Dezembro/2014. p.129).

⁷⁸ A Coordenação de Execução era subordinada à Central de Informações e chefiada pelo tenente-coronel Waldyr Coelho. Os agentes da Coordenação de Execução eram os responsáveis pelas prisões ilegais, interrogatórios, torturas, execuções e desaparecimentos de militantes.

A OBAN operava conjuntamente com outros órgãos, recebendo informações e atendendo aos pedidos de busca e diligências. Os indivíduos capturados pela OBAN e pelos demais órgãos repressivos eram levados para sua sede para serem interrogados, ou seja, torturados. Os agentes da OBAN trabalhavam em esquema de plantões, o que lhes permitia prender e interrogar a qualquer hora do dia e da noite.

Os relatórios na OBAN eram preliminares. Assim que o indivíduo era preso e chegava à sede da Operação Bandeirante, era submetido ao “interrogatório”. Os agentes precisavam de informações imediatas do prisioneiro, como locais, dias e horários dos pontos de encontro com outros militantes, nomes e endereços. Obter informações rápidas do prisioneiro era essencial, porque caso esse não comparecesse ao ponto seus companheiros desconfiariam de uma possível prisão pelos agentes da repressão. Além disso, obtendo rapidamente informações antes dos dias dos encontros entre os militantes, os agentes da repressão poderiam dismantelar as organizações opositoras ao Regime Militar.

As informações obtidas nos interrogatórios eram encaminhadas ao SNI e aos Centros de Informações das Forças Armadas. A partir dessas informações eram organizados os processos do Superior Tribunal Militar e do Conselho de Segurança Nacional contra os militantes acusados de crimes contra a Lei de Segurança Nacional. Em 1970, a Operação Bandeirante será substituída pelo DOI-CODI/II Exército.

3.1.2. DOI – CODI

Os DOI-CODI são criados seguindo as diretrizes que implantaram o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN). Essas diretrizes determinavam que cada comando militar tivesse um Conselho de Defesa Interna (Condi), um Destacamento de Operações de Informações (DOI) e um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), devendo todos esses órgãos ser comandados pelo Exército da área⁷⁹. Ao assumir a presidência da República em 1970, Emílio Garrastazu Médici difundirá o modelo da Operação Bandeirante pelo Brasil, por meio da implantação do DOI-CODI nas seguintes capitais: Rio de Janeiro (I Exército), São Paulo (II Exército), Porto

⁷⁹ O Brasil foi dividido em seis Zonas de Defesa Interna (ZDI), que eram áreas sob a jurisdição de um Exército ou Comando Militar da Área, para garantir a Segurança Interna. As Zonas de Defesa Interna foram estabelecidas em: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Brasília, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Alegre (III Exército), Recife (IV Exército), Brasília (Comando Militar do Planalto), Belo Horizonte (4ª Divisão do Exército), Curitiba (5ª Região Militar), Salvador (6ª Região Militar) Belém (8ª Região Militar) e Fortaleza (10ª Região Militar).

O Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) era um órgão subordinado ao Exército e encarregado dos serviços de inteligência e repressão. Sua principal função era combater aqueles que eram considerados inimigos internos do Regime Militar e que eram acusados de ameaçar a Segurança Nacional. A atuação do DOI-CODI foi pautada pela Doutrina de Segurança Nacional, que foi introduzida pelos EUA visando combater a expansão do comunismo nas regiões onde havia atuação do Partido Comunista e nas áreas vulneráveis à sua penetração. Nesse sentido, o DOI-CODI deveria perseguir e eliminar os comunistas e todos aqueles que poderiam pôr em risco a Segurança Nacional e o Regime Militar.

Em cada CODI havia um ou mais DOI com a função de executar investigações, prisões e interrogatórios. O DOI-CODI era comandado por um oficial do Exército, Major ou Coronel, funcionando da seguinte forma:

Para a instrução de inquéritos encaminhados à Justiça, os DOI se articulavam com o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o DPF. Assim, o DOI-CODI se encarregava dos interrogatórios e remetia os presos indiciados ao DOPS ou à DPF para a formalização do inquérito. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade. *Órgãos e Procedimentos da Repressão Política*. Volume I. Dezembro/2014. p.138).

Os DOI eram órgãos operacionais do CODI e encarregados de combater, diretamente, os grupos opositores ao Regime Militar. Eram compostos por policiais civis e por militares das três Forças Armadas. Essa composição do DOI-CODI permitia conciliar a experiência das polícias no combate ao crime e suas técnicas de investigação e interrogatórios com a organização e disciplina das Forças Armadas. O Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) deveria analisar informações, coordenar os órgãos militares e elaborar o planejamento estratégico de combate aos grupos classificados pelo aparato repressivo do Regime Militar como "subversivos", isto é, àqueles que se opunham ao Regime.

O DOI-CODI era formado por três Seções: Seção de Informações, Seção de Análise e a Seção de Busca e Apreensão.

A Seção de Informações e de Análise produzia informes, informações, estudos e conclusões sobre organizações tidas como subversivas. Havia uma subseção de análise e outra de interrogatório. A subseção de Análise examinava depoimentos e material apreendidos, além de organizar o arquivo geral e os álbuns fotográficos dos presos e procurados. Esses álbuns eram muito utilizados pelas turmas de investigação em suas diligências e rondas. A Subseção de Interrogatório possuía três turmas de interrogatórios preliminares, cada uma composta por seis agentes; uma turma auxiliar, subordinada ao chefe de cada turma de interrogatório preliminar, encarregava-se do centro de comunicações, da carceragem e da datilografia dos documentos. Era comum que, do interrogatório, participasse um delegado ou investigador, chefiado por um oficial do Exército, normalmente capitão. Era o know-how policial contaminando investigações militares e as práticas de interrogatório e torturas. Cabia à Seção de Busca e Apreensão realizar as diligências quando se pretendesse realizar uma ação ofensiva - como estourar aparelhos, efetuar prisões, cobrir pontos, conduzir presos, apreender documentos e materiais dos militantes. Por estar na ação mais direta com esses militantes, dada à possibilidade de embates armados, era a seção mais sujeita a sofrer baixas. Cada turma de busca possuía de três a cinco indivíduos, que saíam para as missões em C-14, Kombi ou Opala, todos equipados com rádio, algo importante numa época em que ainda não havia celulares. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade. *Órgãos e Procedimentos da Repressão Política*. Volume I. Dezembro/2014. p.144).

Como podemos verificar nas passagens acima sobre a organização e funcionamento do DOI-CODI, foi um órgão repressivo muito bem estruturado e integrado por agentes bem treinados e especializados. É relevante salientar o papel da polícia civil com seu *know-how* nas investigações, nos interrogatórios e nas torturas dos prisioneiros. Com relação ao *know-how* da polícia civil, Percival de Souza relata que o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury foi "convocado" para integrar os órgãos repressivos do Regime Militar justamente devido à sua "experiência" no combate à criminalidade:

Eu me lembro de que uma vez (tinha uma sala de imprensa, nesse prédio que hoje é o Palácio da Polícia) e um dia eu estou descendo para ir embora, já era noite, e no 3º andar ficava a delegacia de roubos e a carceragem e vi uma fila imensa pelo corredor. Então eu olhei aquilo... mas fui embora. Depois eu procurei saber: era a fila dos presos esperando a vez de serem pendurado no pau de arara! Assim! Como uma rotina para os policiais, algo absolutamente rotineiro. Normal para eles isso em 66, 67, 68... Preso comum... Era um negócio incrível. Então eu o conheci assim [refere-se a Sérgio Fernando Paranhos Fleury]. O que eu posso dizer é o seguinte: na cabeça dele, se eu tiver algo para resolver, esclarecer eu vou esclarecer! Como? O estilo é meu. Mas que eu vou esclarecer eu vou. Esse *know-how* da tortura é da polícia civil. Para o Exército é novidade o negócio da OBAN. Então muitos policiais foram para lá, convocados – os mais conhecidos, famosos, menos conhecidos, muitos policiais e alguns policiais militares.⁸⁰

O Capitão Paz também nos relatou sobre a importância do *know how* da polícia civil para os militares, que seria uma experiência relevante para as perseguições políticas e o combate aos opositores do Regime Militar. Apontou também a influência e a relação estreita que Sérgio Fernando Paranhos Fleury estabeleceu com os militares.

O Esquadrão da Morte foi cooptado pelo Regime Militar porque seus integrantes tinham um *know how* de tortura, de interrogatórios, de prisões, de perseguições de interesse da ditadura. O delegado Fleury tinha uma influência, tinha uma relação muito estreita com os militares, com o núcleo de poder militar.⁸¹

O DOI-CODI mais atuante foi do II Exército, do Estado de São Paulo. Foi instalado nas dependências da OBAN, na Rua Tutoia, nº 921. Esse órgão repressivo contou com a ajuda do

⁸⁰ Entrevista concedida em 12 .06. 2014.

⁸¹ Entrevista concedida em 14.07. 2017.

empresariado, como, por exemplo, o empresário Carlos Eduardo D'Alamo Louzada; na época presidente da Santana de Iguapé Empreendimento e Projetos, que entre os anos de 1969 e 1970 ajudou o DOI-CODI de São Paulo com viaturas, transporte aéreo, armamentos e munições, aparelhos de comunicação, entre outros recursos.

Importante destacar que havia uma intensa colaboração entre o DOI-CODI/II Exército e o DOPS/SP. Esses aparelhos repressivos trocavam informações, agentes, presos e táticas de ação. Exemplo disso foi a cooperação entre Enio Pimentel Silveira, o dr. Ney, do DOI-CODI/II Exército e o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, do DOPS/SP. No entanto, umas das figuras mais conhecidas do DOI-CODI de São Paulo foi o Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra⁸², que comandou esse órgão de 1970 a 1974, quando foi transferido para Brasília. No DOI-CODI de São Paulo, centenas de pessoas foram presas e torturadas, militantes e não militantes. Muitas vítimas foram assassinadas durante as torturas.

A Casa da Vovó [como era chamado o DOI-CODI de São Paulo] tinha uma estrutura de apoio, poderes incondicionais e um vigoroso suporte financeiro oferecido permanentemente por um grupo de empresários, todos preocupadíssimos com um eventual avanço do comunismo, ou talvez do socialismo, que aqueles jovens combatentes encarnavam armados, audazes, desafiando perigos e colocando a vida em risco. As ofertas de apoio, em formas de dinheiro, veículos, combustível, recompensas, vinham por intermédio de um representante oficial, um certo *Gama 10*, código que usava ao comunicar-se pelo rádio que equipava seu carro e que permitia sintonizar dia e noite o DOI-

⁸²Calos Alberto Brilhante Ustra (1932-2015) foi Cel. do Exército Brasileiro e ex-Comandante do DOI-CODI de São Paulo, entre os anos de 1970-1974. No ano de 2008, Cel. Carlos Alberto Ustra, por decisão do Juiz Gustavo Santini Teodoro, tornou-se o primeiro oficial condenado em ação declaratória por sequestro e tortura. Assim, foi reconhecido pela Justiça como torturador do Regime Militar. Em julho de 2012, o Cel. Ustra foi condenado a pagar indenização por danos morais à irmã e à esposa do jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino, morto em 1971 após ter sido preso por agentes do DOI-CODI. Em 7 maio de 2013, o Cel Carlos Alberto Brilhante Ustra compareceu à sessão da Comissão da Verdade de posse de um habeas-corpus, o que lhe garantir manter-se em silêncio. No entanto, ele respondeu algumas perguntas para negar que tivesse praticado qualquer crime durante o período em que comandou o DOI-CODI de São Paulo. Alegou que recebeu ordens de seus superiores do Exército para fazer o que fosse preciso no "combate ao terrorismo". O Cel. Carlos Alberto B. Ustra negou que qualquer pessoa foi morta dentro do DOI-CODI, afirmando que todos os mortos "o foram em combate nas ruas".

Codi e o Dops. Ele também entrava e saía destes lugares com a intimidade de quem está em sua própria casa. As gratificações chegavam como salário complementar, emprego paralelo, vantagens pessoais e ajuda material aos que se empenhavam em combater os inimigos da pátria. Tudo funcionava como estímulo para o empenho e a dedicação desses homens do poderoso aparelho repressivo instalado na Casa da Vovó, muitos dos quais acreditavam mesmo que eram patriotas, defensores de um Brasil ameaçado por uma "corja de comunistas". Cabia a eles, exatamente, a luta, com dedicação exclusiva, para salvar o país desses tentáculos ameaçadores. Empresários, no mesmo tom patriótico, comprometiam-se a financiá-los. Os valores sempre foram secretos, mas suficientes para a autonomia financeira de muitos. Havia apoios paralelos, visitas e até almoços reservados com simpatizantes dos métodos empregados que iam ao local "dar uma força" para os militares e civis do DOI-Codi. (SOUZA, 2000:13).

A ideia de uma força policial encarregada das questões sociais preocupava as autoridades públicas desde os anos de 1910. Nesse período, estava em ascensão o movimento anarquista e sindicalista, principalmente em São Paulo, e com a Revolução Bolchevique em 1917 as ideias comunistas começam a difundir-se, preocupando as elites econômicas de São Paulo. Esses movimentos influenciam o emergente operariado, desencadeando mobilizações dos trabalhadores. Para as autoridades públicas e as elites econômicas, a situação deveria ser tratada como "caso de polícia". Nesse contexto, por meio da Lei Estadual n. 2.034 de 30 de dezembro de 1924 (regulamentada pelo Decreto n. 4.405-A de 17 de abril de 1928) é criada a mais antiga polícia política, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

Com o correr dos anos, além do aparato burocrático usual em toda repartição policial - gabinete do delegado (depois diretor), cartório e seção de expediente – o DOPS/SP dividiu-se em quatro delegacias. Duas principais: Delegacia de Ordem Política (para investigar atentados contra a ordem política e social, sindicatos, movimentos sociais, greves); e Delegacia de Ordem Social (para investigar eleições e partidos políticos); e duas de menor expressão: Delegacia de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições e Delegacia de Estrangeiros, além de um Serviço Reservado (que, depois, passou a chamar-se Serviço Secreto), e um Arquivo Geral (boa parte dele, hoje, em poder do Arquivo do Estado de São Paulo), na prática a mais importante atividade da instituição – que, além de arquivar e organizar os prontuários das delegacias, ainda expedia atestados de antecedentes e certidões. (Relatório da Comissão Nacional da

Verdade. *Órgãos e Procedimentos da Repressão Política*. Volume I. Dezembro/2014. p.162).

3.1.3. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)

Durante o Estado Novo (1937-1945), o DOPS/SP estava subordinado ao Departamento Federal de Segurança Pública (órgão do Ministério da Justiça), era encarregado de realizar a repressão política contra as dissidências do governo de Getúlio Vargas. Após a redemocratização em 1946, o DOPS deixou de ser uma delegacia e transformou-se no Departamento de Ordem Política e Social, através do Decreto-Lei nº 14. 854 (09 de julho de 1945).

O DOPS era organizado em cinco delegacias: Delegacia de Ordem Social, Delegacia de Ordem Política, Delegacia de Ordem Econômica, Delegacia de Estrangeiros e Delegacia de Explosivos, de Armas e Munições. A partir desse momento, o DOPS/SP tornou-se um órgão ainda mais importante, concentrando o controle de fluxo de estrangeiros no território nacional; o controle de crimes de caráter político, social e econômico e a operação do Serviço Secreto.

Suas atribuições eram, na prática, tão amplas que lhe permitiam investigar mesmo outras forças policiais de São Paulo. Prova disso é o acompanhamento que fazia sobre militantes comunistas que trabalhavam na Força Pública (FP) e na Guarda Civil - até, pelo menos, 1964 -, com especial destaque para os que estavam sob a égide do Centro Social dos Soldados e Cabos e do Centro Social dos Sargentos. (...). Ponto importante dessa atuação é que, mesmo no período democrático, o órgão não se reportava somente ao Governo de São Paulo. Mantinha ligações, também, com a secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, órgão ligado a Presidência da República. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade. *Órgãos e Procedimentos da Repressão Política*. Volume I. Dezembro/2014. p.163).

Com o Golpe Militar de 1964, os militares viram no DOPS/SP um órgão policial estruturado e capacitado para atuar na repressão política. Possuía um arquivo organizado, agentes especializados, apoio da elite econômica e, o mais essencial para os militares, experiência

em técnicas de investigações e interrogatórios de prisioneiros. Assim, instalado o Regime Militar, os militares integrariam o DOPS/SP ao aparato repressivo do Regime. Em 1969, o investigador de polícia Sérgio Fernando Paranhos Fleury assume como delegado a Delegacia de Ordem Política com a função de combater os opositores ao Regime Militar.

3.2. Um delegado e seu *modus operandi*

Sérgio Fernando Paranhos Fleury levará para ao DOPS sua equipe de policiais e seu *modus operandi* de trabalho: prisões ilegais, torturas, execuções de prisioneiros e desaparecimento dos corpos das vítimas. Era o *modus operandi* do Esquadrão da Morte institucionalizado para servir aos órgãos repressivos do Regime Militar nas investigações, perseguições, torturas, assassinatos de homens e mulheres que decidiram lutar contra um regime autoritário imposto pelos militares.

É inegável a importância do DOPS/SP para o Regime Militar, principalmente a influência e o prestígio do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Efetivamente, foram desmanteladas importantes organizações que lutavam para derrubar os militares do poder. O DOPS/SP foi responsável por prisões e assassinatos de militantes e suas lideranças, como Carlos Marighella⁸³, da ALN (Ação Libertadora Nacional), e do desmantelamento da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Nessas ações o comando estava nas mãos do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. O "sucesso" da emboscada a Carlos Marighella, que culminou em sua

⁸³ Carlos Marighella (1911-1969) foi um dos principais guerrilheiros que atuou na luta contra o Regime Militar. Foi político pelo Partido Comunista Brasileiro e durante o Estado Novo foi preso duas vezes, sendo libertado com o fim da Ditadura de Getúlio Vargas, em 1945. Em 1945, Carlos Marighella foi eleito Deputado Federal pelo PCB da Bahia, mas no governo de Eurico Gaspar Dutra o PCB foi posto na clandestinidade e Carlos Marighella passou a atuar de forma clandestina. Com a instalação do Regime Militar e discordando dos posicionamentos políticos do PCB, Carlos Marighella rompe com o partido e o modelo do **foquismo** elaborado por Che Guevara. O foquismo consistia na defesa da implantação de pontos de guerrilha pelo continente americano, visando instalar diversos regimes comunistas. Nas palavras de Che Guevara, “muitos Vietnãs”. Em 1967, Carlos Marighella fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN), que se tornou a maior organização promotora da guerrilha urbana no Brasil. Considerado o principal inimigo do Regime Militar, Carlos Marighella foi executado pela equipe do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, na Alameda Casa Branca, em São Paulo, no dia 4 de novembro de 1969.

execução, deveu-se às prisões dos padres dominicanos por Sérgio Fernando Paranhos Fleury e sua equipe. Os dominicanos eram os freis Yves Lebauspain, Carlos Alberto Libânio Christo, Giorgio Callegari, Fernando de Brito e Tito de Alencar Lima, submetidos a sessões de torturas para dizer onde seria o ponto de encontro com Carlos Mariguella. No caso da VPR, o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury conseguiu "cooptar" José Anselmo dos Santos –o Cabo Anselmo –, militante da VPR que se tornou seu informante. Cabo Anselmo informou o delegado Sérgio Fleury sobre o encontro de seis guerrilheiros da VPR na Granja de São Bento (Recife), que ocorreu em 8 de janeiro de 1973. Esses guerrilheiros foram executados por agentes comandados por Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Os guerrilheiros eram: Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Pauline Philippe Reichstul e a esposa do cabo Anselmo Soledad Barrett Viedma, que estava grávida. Segundo o próprio cabo Anselmo, ele colaborou para a prisão e morte de cerca de 200 pessoas. O delegado Sérgio Paranhos Fleury foi convocado para auxiliar na perseguição ao Capitão Carlos Lamarca⁸⁴, à época integrante do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), perseguição que resultou na execução de Carlos Lamarca e José Campos Barreto (Zequinha), que o acompanhava, em 17 de setembro de 1971, em Ipujiara no interior da Bahia.

Ainda nas palavras de Percival de Souza,

Em outros estados ele [Sérgio Fernando Paranhos Fleury] era reverenciado. Até porque o DOPS estava nas vigilâncias de tudo, desde morador de condomínio, quem mora em apartamento, quem mudou? quem chegou? Os juízes entravam nessa também. Fleury era o todo poderoso, muito prestigiado no Exército, na Marinha, na Aeronáutica e nos respectivos Serviços de Informações. Era uma

⁸⁴ Carlos Lamarca (1937-1971) foi promovido Capitão do Exército Brasileiro em 1967, mas em 1969 desertou e tornou-se um guerrilheiro militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Um evento marcante dessa deserção foi a retirada do 4º Regimento de Infantaria de Quintaúna numa Kombi, levando 63 fuzis FAL, três metralhadoras leves e munições. A partir desse momento, passará a viver na clandestinidade e conhece a guerrilheira Iara Iavelberg, do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), que será sua companheira. Carlos Lamarca comandou ações em diversos bancos, organizou um foco guerrilheiro no Vale do Paraíba (Estado de São Paulo) e liderou o grupo que sequestrou o embaixador suíço Giovanni Bucher, no Rio de Janeiro em 1970. Em consequência desse sequestro foram libertados 70 presos políticos. Em 1971 Carlos Lamarca desliga-se da VPR e ingressa no MR-8. Perseguidos pelo aparato repressivo, Carlos Lamarca e Iara Iavelberg deixam o Rio de Janeiro e fogem para a Bahia com o objetivo de criar um dispositivo rural em Feira de Santana. Em agosto de 1971, o DOI-CODI da Bahia – sob o comando do major Nilton Cerqueira – organiza a Operação Pajuçara para prender Carlos Lamarca. Carlos Lamarca é executado com sete tiros.

coisa impressionante.⁸⁵

Porém, as autoridades públicas e os militares tinham que encarar o fato de que o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury era acusado de integrar e liderar o Esquadrão da Morte, que era investigado em sindicâncias do Ministério Público. Algumas dessas sindicâncias promoveram a instalação de processos, nos quais Sérgio Fernando Paranhos Fleury seria réu levado a Júri Popular.

Sérgio Fernando Paranhos Fleury ingressou na polícia em 1952, aos 17 anos de idade, como escrivão da Secretaria de Segurança Pública. Em 1956 se torna investigador de polícia, passando pela Delegacia Especializada de Homicídios (1956-1958), pela Diretoria de Policiamento da Capital e Radiopatrulha e Rondas Unificadas do Departamento Estadual de Investigações (1958-1964). Sua carreira na Polícia ascendeu rapidamente: em nove anos foi da quinta classe à classe especial⁸⁶. Foi nomeado delegado de Polícia de quinta classe em 1964, na Radiopatrulha. Em 1967, torna-se delegado efetivo na 5ª classe, ainda na Radiopatrulha. Em 1968, é comissionado Delegado de Polícia na 3ª Classe, na Radiopatrulha. Em 1969, é promovido por merecimento ao cargo de Delegado de Polícia na 3ª Classe, na Radiopatrulha. Em agosto do mesmo ano, torna-se Delegado Adjunto do DOPS, na Divisão de Ordem Social. Em março de 1970 é promovido para delegado de 2ª classe no Degran (Departamento de Polícia da Grande São Paulo). Em junho do mesmo ano Sérgio Fernando Paranhos Fleury é comissionado delegado de 1ª classe sendo designado Delegado-Titular do 41º Distrito Policial (Vila Rica). Em outubro de 1970 torna-se Delegado-Adjunto do Dops na Divisão de Ordem Social. (SOUZA, 2000:298).

Entre os meses de março e outubro de 1970, Sérgio Fernando Paranhos Fleury foi afastado do DOPS devido a um conflito com o tenente-coronel da OBAN Waldyr Coelho, quando da prisão de Chizuo Osava. Em 28 de fevereiro de 1970, foi preso Chizuo Osava, conhecido por “Mário Japa”, militante da VPR. “Mário Japa” foi levado para o DOPS, mas o delegado Sérgio Fleury havia recebido ordens para levá-lo para a OBAN e descumpriu, atitude que resultou em seu afastamento do DOPS. No entanto, Sérgio Fernando Paranhos Fleury era apoiado pelo

⁸⁵ Entrevista concedida em 12.06. 2014.

⁸⁶ De acordo com a hierarquia na carreira policial, a carreira de delegado começa na quinta classe, podendo chegar até a classe especial - topo da carreira, a partir da qual o delegado pode se tornar diretor de Departamento.

general Ernani Ayrosa da Silva – Chefe do Estado Maior do II Exército – que o reconduziu ao DOPS. Como resultado desse conflito, Waldyr Coelho foi transferido para a Chefia da Seção de Informações da 2ª Divisão de Infantaria. Sérgio Fernando Paranhos Fleury permaneceu no DOPS até 1977, quando assume a Diretoria do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) como delegado de classe especial.

Em seu livro⁸⁷, Percival de Souza relata um diálogo entre o delegado Sérgio Fleury e seu amigo José Vidal Pilar Fernandes, em que esse aconselha Fleury a “pular fora” da polícia, pois está fazendo o trabalho que caberia ao Exército. Sérgio Fernando Paranhos Fleury diz-lhe que não tem mais volta, visto que está envolvido até o “pescoço” e que será promovido o delegado de classe especial.

A frase queria dizer que os militares tornariam suas promoções obrigatórias e a administração teria de cumprir essas vontades sem discussões. Nesse diálogo final, Fleury nem se deu ao trabalho de refutar os argumentos. Pensou ter dado um xeque-mate na questão ao mencionar ao amigo a ascensão compulsória nos degraus hierárquicos. Nesse ponto, tinha razão. O tempo mostraria que somente um outro delegado teria carreira mais rápida: Romeu Tuma, do mesmo Dops [...]. (PERCIVAL, 2000: 27)

Foram investigados, oficialmente, 69 casos de execução: Mário dos Santos (Mário Ladrão), Antônio de Souza Campos (Nego Sete), Ayrton Nery Nazareth (Risadinha), Geraldo Alves da Silva (Paraíba), Domiciano Antunes Filho (Luciano), Paulo Marco Vit, Rubens Saturnino, Climério Rosa de Jesus, João Rosa, Benedito de Moraes, Benedito Conceição da Silva (Bordão), Valdevino Lisboa da Costa, João Piloto, Antônio dos Santos, Piragibe Marinho (Pirata), Francisco Pereira Filho (Neizão), Mário Fernando Brazolim, Joaquim Carlos Corrêa, Antônio Rodrigues Filho, Antônio Rodrigues Falava (Nico), Marcos Pietrafesa (Itálianinho), Antônio Mendonça (Gaúcho), Lindalva Trajano (Baianinha), Manoel Bernardes Lisboa (Estrelinha), José Euclides dos Santos (Baianinho das Tretas), Carlos Alberto do Nascimento (Mato Grosso), Gasolina (não identificado), Antônio Russo (Zoinho), Itaguassu Schumacker

⁸⁷ SOUZA, Percival de. *Autópsia do Medo – Vida e Morte do Delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury*. São Paulo: Editora Globo, 2000.

Cordeiro (Tatu Branco), Roberto Virgílio do Nascimento (Robertinho), Eduardo Augusto Bartolo (Ronnie Von), Cláudio José Faria (Claudião), José Balbino Gomes (Zezé da Vila Míriam), José Maria Martins (Zezé da Santa Catarina), Antônio Pereira dos Santos (Corisco), Jorge Tadeu Gabriel da Silva (Jorge Brucutu), José Luiz Correia (Correinha), Pedro Severino (Professor), José Francisco dos Santos (Cabo Verde), José Maria da Silva (Bugio), Levino Luciano, Horácio Fidalgo, Cláudio Carlos de Oliveira (Claudinho), José de Souza Cruz (Dedé), Walter Tito da Costa, Osvaldo Pereira Taschetti (Vadinho), Antônio Fernandes Nascimento, Roberto da Silva (Prego), Carlos Alberto Dias (Nego do Roque), Américo Alves de Lima (China), Odilon Marcheroni de Queiroz (Carioca), Roberto Teixeira, Advan Martins dos Santos (Bancada), Antônio Lima dos Santos (Satanás), Geraldo dos Santos (Caveirinha), Manoel Batista de Faria (Miguelzinho), Murilo Ignácio da Silva (Baianinho) uma mulher não identificada, Décio da Silva (Darci), Francisco Leite Pereira (Dedo Cortado) e mulher sem identificação, Pedro Adriano dos Santos (Pedrinho), Ladislau Balbino de Lima, Francisco Teixeira de Abreu (Chicão), Gilson Batista de Jesus, José Carlos Prudente (Carlinhos), Pedro Faustino dos Santos (Pedrão), Luiz Antônio Augusto (Arada) e Josué de Souza (Carequinha). De todos esses casos, Sérgio Fernando Paranhos Fleury participou de 22 execuções apuradas oficialmente. O Esquadrão da Morte executou sumariamente cerca de 200 pessoas.

O Dr. João Benedito de A. Marques⁸⁸, na entrevista concedida, explicou como conseguiram obter provas essenciais para associar os crimes investigados aos policiais, que integravam o Esquadrão da Morte.

A gente não sabia direito ainda, desconfiávamos, mas não sabíamos quem eram as pessoas, como isso de certa forma funcionava. Consta até que era um grupo de investigadores do qual fazia parte e foram todos indiciados: Fininho I, Fininho II, o Correinha, o Tralli e o delegado Fleury; que mais ou menos comandava o grupo. [...] No curso das investigações, o que aconteceu foi que nós recebemos através do Padre Agostinho⁸⁹ uma informação de que no Presídio de Tiradentes, na sala do diretor Olintho Denardi, tinha um armário onde havia pastas de arquivos. Dentro dessas pastas tinha um documento, que a polícia usava na época, as Recolhas. Um documento com timbre oficial onde dizia o seguinte: *no dia tal, a tantas horas, fulano de tal foi recolhido no*

⁸⁸ Entrevista concedida em 21.03.2016.

⁸⁹ O Padre Agostinho era o capelão do Presídio de Tiradentes.

*Presídio Tiradentes estando à disposição do delegado Fleury, investigador Tralli. Então, isso estava lá...as Recolhas. [...]. Teve o seguinte desenrolar: o armário estava fechado e o Padre Agostinho disse que tinha essas pastas. Nós chegamos à sala do diretor com Nelson Fonseca, com um juiz presente, e dissemos assim: “Esse armário, o que tem dentro?” O diretor ficou perplexo: “não...tem uns documentos”. “Então abra!” O armário foi aberto e de lá saíram as pastas com as Recolhas. A Recolha dizia assim, por exemplo: *No dia tal, a tantas horas, o Nego Sete foi recolhido no Presídio Tiradentes aos cuidados de fulano de tal, e se encontra recolhido.* Só que durante este período que ele estava recolhido, o jornal noticiou o encontro do sujeito morto em Guarulhos. Então ficou claro que aquelas denúncias que nós estávamos recebendo, de presos que se retirava, porque retirava o preso do Presídio de Tiradentes e matava! E desovava! Daí ficou claro e se fechou o quadro. Somado às Recolhas, tivemos os exames de laudos cadavéricos e os exames do local. Os presos tinham uma característica, foram executados todos com vários disparos de armas de diversos calibres. Teve casos de presos executados com cinco, seis, dez tiros. Executados com tiros na cabeça e tiros nas costas. Isso está nos laudos de exame necroscópico. Porque aí ficou claro que se encontrou preso com arma na mão. Os famosos cabritos, que é uma arma fajuta que se coloca na mão do preso para dizer que teve resistência.*

Sérgio Fernando Paranhos Fleury, considerado pela Justiça o líder do Esquadrão da Morte, foi réu em sete processos, acusado de assassinato como integrante do Esquadrão da Morte. Esteve envolvido no processo de participação no assassinato de Antônio de Sousa Campos (Nego Sete), fuzilado em 23 de novembro de 1968 no município de Guarulhos. Nesse processo mais doze policiais estavam envolvidos: o delegado Ernesto Milton Dias, os investigadores: Walter Brasileiro Polim, Astorige Corrêa de Paula e Silva (Correinha), Angelino Moliterno (Russinho), Antônio Augusto de Oliveira (Fininho II), Eduardo Xavier, Nathaniel Gonçalves de Oliveira, Ademar Augusto de Oliveira (Fininho I), José Gustavo de Oliveira, Cleómenes Antunes (Goiano), João Carlos Tralli (Trailler), José Campos Corrêa Filho (Campão). (BICUDO, 2002:251). O assassinato de Antônio de Souza Campos – componente do bando de “Saponga” – foi praticado pelos integrantes do Esquadrão da Morte como vingança pela morte do investigador Davi Romero Parré, morto em novembro de 1968.

[...] alardeando serem membros do “Esquadrão da Morte” e pretenderem liquidar “Nego Sete”; mantiveram-se, então, próximos ao local, aguardando a chegada da pessoa procurada, o que ocorreu por volta das 16:30 horas. Ao aproximar-se do local, advertido da presença dos policiais, “Nego Sete” levantou seus braços, sendo, em seguida, morto, atingido por tiros disparados com armas de diversos calibres portadas pelos que o esperavam. O cadáver da vítima foi levado para local ermo situado na antiga estrada Rio-São Paulo e sua morte foi anunciada por “Lírio Branco”, relações públicas do Esquadrão, que telefonou à sala de imprensa do Palácio da Polícia. (BICUDO, 2002: 251-252).

Sérgio Fernando Paranhos Fleury foi réu no processo de Ayrton Nery Nazareth (Risadinha), assassinado no dia 27 de dezembro de 1968 no município de Suzano pelos integrantes do Esquadrão da Morte. Seis policiais foram denunciados ao Juiz da Comarca de Barueri: o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury e os investigadores Walter Brasileiro Polim, Ademar Augusto de Oliveira, João Carlos Tralli, Astorige Corrêa de Paula e Silva e José Alves da Silva. Em 12 de dezembro de 1968, Ayrton Nery Nazareth foi preso no Recolhimento Tiradentes, num xadrez conhecido como “xadrez preto”, onde foi torturado.

Finalmente, no dia 27 de dezembro do mesmo ano, foi, na companhia de Marco Antônio Ligabó, retirado do aludido xadrez sob a alegação de que seria posto em liberdade, isto depois de banhar-se e de trocar de roupa. Algemado a Ligabó estava para ganhar a rua, levado pelos policiais denunciados, quando interferiu a irmã deste, a qual, obtendo a boa vontade do policial Geraldo Silvério (Meninão) e do delegado José Carlos Baptista, conseguiu obter que ali permanecesse Ligabó, sendo que Ayrton Nery Nazareth, depois de se armarem, os aludidos policiais, de armamento pesado, foi conduzido ao sítio Pinheirinho, onde foi executado a tiros de calibre 38 e 44, vindo, em consequência, a falecer, como consta do auto do exame de corpo de delito. (BICUDO, 2002: 145).

Outro processo envolvendo o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury foi o assassinato de Piragibe Martinho (Pirata), executado pelo Esquadrão da Morte em 20 de fevereiro de 1969. Os denunciados nesse crime foram: Sérgio Fernando Paranhos Fleury, Ademar Augusto de

Oliveira (Fininho I), Astorige Corrêa de Paula e Silva (Correinha) e José Alves da Silva (Zé Guarda). A denúncia foi apresentada ao Juiz de Direito da Comarca de São Bernardo do Campo.

[...] retiraram Piragibe Martinho [que estava preso no Recolhimento Tiradentes] da cela onde se encontrava, com intenção inequívoca de matá-lo, conduzindo-o, em uma viatura policial, até a estrada Maria Cristina, no bairro de Eldorado, comarca de São Bernardo do Campo, onde todos os denunciados desfecharam, contra êle, inúmeros disparos de arma de fogo de vários calibres, inclusive “44”, causando-lhe a morte, consoante faz certo laudo de exame de corpo de delito, tudo na forma pela qual agia o chamado “Esquadrão da Morte”, associação de determinados policiais para o ilegítimo justicamento de marginais e outras práticas criminosas, atividades que, em processo apartado, estão sendo apuradas, ficando o corpo da vítima oculto à margem daquela estrada. (BICUDO, 2002: 169).

Sérgio Fernando Paranhos Fleury também foi réu no processo de José de Souza Cruz (Dedé). “Dedé” era traficante de entorpecentes e próximo aos policiais que frequentavam sua casa para comprarem e usarem entorpecentes. Dentre esses policiais estavam: Sérgio Fernando Paranhos Fleury, Ademar Augusto de Oliveira e João Carlos Tralli. Além disso, Dedé presenciava as execuções praticadas pelos integrantes do Esquadrão da Morte. José de Souza Cruz foi detido no Presídio de Tiradentes em dezembro de 1968. Executado nesse mês, seu corpo foi jogado no rio Sapucaí, na cidade de Pouso Alegre (MG). Segundo a Justiça, a causa do assassinato de José de Souza Cruz deveu-se ao fato dele ter presenciado assassinatos do Esquadrão da Morte. Foram processados por esse assassinato o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury e os investigadores Ademar Augusto de Oliveira, João Carlos Tralli e Astorige Correia de Paula e Silva.

Outro processo refere-se ao assassinato de Antonio Rodrigues Dalava (Nico), Antonio Mendonça (Gaúcho) e Marcos Pietrafesa (Italianinho). Os acusados dessas execuções foram o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury e os investigadores José Campos Corrêa Filho, João Carlos Tralli, João Bruto, Ademar Augusto de Oliveira. Os cadáveres das três vítimas foram encontrados em 18 de dezembro de 1968. Eles haviam sido presos e recolhidos ao xadrez do DEIC, dali foram retirados para serem executados pelos denunciados. A saída das vítimas foi

testemunhada pelos prisioneiros Walter Tavares, Marco Antonio Ligabó e Marcos Luiz da Costa Figueiredo. Segundo essas testemunhas, os integrantes do Esquadrão da Morte submetiam as vítimas a um ritual:

Determinavam-se aos que seriam imolados que se barbeassem e melhorassem seu aspecto, para serem colocados em “liberdade”. Após essas preliminares, transportados para lugar ermo, passavam a servir de alvos dos disparos de seus algozes. (Mortes em 68, processo em 1971. *Folha de São Paulo* 1978)⁹⁰.

No processo do assassinato de Domiciano Antunes Filho (Luciano), Geraldo Alves da Silva (Paraíba) e Paulo Marco Vit, que ocorreu no dia 3 de dezembro de 1968, foram acusados o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury e os investigadores João Carlos Tralli, José Campos Corrêa Filho, Nelson Querido (Nelson da Rupa), Ademar Augusto de Oliveira e Luiz Carlos Franco Ferreira (Gaúcho-Bigode). Segundo a denúncia do Procurador da Justiça Hélio Pereira Bicudo, “Luciano” e “Paraíba” estavam envolvidos com tráfico de entorpecentes disputando com os policiais acusados o controle da atividade ilícita. Os dois compunham o bando do traficante de entorpecentes Valdemiro Maia (Miroca) rival de José Iglésias (Juca), esse protegido dos policiais denunciados. Por isso, os policiais decidiram eliminá-los.

[...] Luciano e “Paraíba”, envolvidos de igual forma que os denunciados e a vítima, no tráfico de entorpecentes e outras práticas criminosas, onde policiais e marginais – afora aspectos ligados a um ilegítimo justicamento de bandidos – disputavam o controle da situação, surgindo, daí, rivalidades que evoluíram em sucessivas eliminações, como aconteceu, [...], com os próprios Luciano e “Paraíba”. Aliás, tudo indica que, na localização de Luciano e “Paraíba”, outro

⁹⁰ O dia e o mês desta reportagem estão apagados.

[Paulo Marco Vit]⁹¹ não era o propósito dos denunciados. (BICUDO, 2002: 132).

Nesse caso estava envolvido o “alcagueta” dos policiais, Odilon Macheroni de Queiros, que também deveria ter morrido junto com “Luciano” e “Paraíba”. Os denunciados não o executaram porque Odilon disse-lhes que havia entregado para seu advogado uma lista com o nome dos policiais que integravam o Esquadrão da Morte. No entanto, em fins de dezembro do mesmo ano, Odilon Macheroni de Queiros não foi mais visto,

[...] tudo indicando que tenha sido também executado, no Estado da Guanabara, onde foi encontrado um corpo que corresponde à descrição física de mais essa vítima das violências policiais [...]. (BICUDO, 2002: 159).

Sérgio Fernando Paranhos Fleury foi absolvido pela primeira vez no Tribunal de Júri da Capital, pela morte de José de Souza Cruz em 24 de abril de 1974. Sua segunda absolvição foi no Tribunal de Júri de Barueri, em 24 de novembro de 1974, pelo assassinato de Domiciano Antunes Filho (Luciano), Geraldo Alves da Silva (Paraíba) e Paulo Marco Vit. Em novembro de 1974, Sérgio Fernando Paranhos Fleury foi absolvido, no II Tribunal de Júri de São Paulo, pelo assassinato de Itaguassu Schumaker Cordeiro (Tatu Branco)⁹².

O delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury continuou respondendo aos processos de Antonio de Sousa Campos; de Ayrton Nery Nazareth; de Paragide Martinho e no processo que envolveu os assassinatos de Antonio Rodrigues Dalava, Antonio Mendonça e Marcos Petrofese. Porém, o delegado morreu antes da conclusão desses processos.

⁹¹ Paulo Marco Vit foi capturado porque acompanhava Geraldo Alves da Silva (Paraíba).

⁹² Sobre esse processo não há informações no arquivo do Dr. Hélio Pereira Bicudo, que se encontra na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

No dia 1º de maio de 1979, Sérgio Fernando Paranhos Fleury morreu em Ilhabela, no litoral do Estado de São Paulo. Supostamente como vítima de afogamento. Para Hélio Pereira Bicudo, Sérgio Fernando Paranhos Fleury foi assassinado, pois possuía muitas informações e “estava falando além do que devia”, o que poderia prejudicar as autoridades políticas, os militares.

Ele sempre bebeu muito... Nessa ocasião, segundo o que a gente sabe, ele estava falando um pouquinho além do que devia falar para se engrandecer, para mostrar a posição dele. Então eu acho que ele foi eliminado porque deixou de ser útil. Porque estava atrapalhando, evidentemente, a política daquele tempo. Era tempo da ditadura e simplesmente acabaram com ele! Porque o problema era o seguinte, a família não teve acesso ao corpo e ele foi enterrado em caixão fechado. Isso fica claro que essa situação qualifica uma queima de arquivo.⁹³

Sérgio Fernando Paranhos Fleury foi um ator relevante e de grande influência no Regime Militar, segundo Hélio Bicudo:

Ele [Sérgio Fernando Paranhos Fleury] era pau mandado desse pessoal [das autoridades públicas do Estado de São Paulo e dos militares]. Ele foi cooptado pelos militares, inclusive para fazer diligências fora do Brasil. Então ele era um homem do sistema.⁹⁴

Diante do envolvimento do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury no Esquadrão da Morte, as autoridades públicas e os militares protegeram a imagem do delegado Sérgio Fleury

⁹³ Entrevista concedida em 25.02.2016.

⁹⁴ *Idem.*

com a retórica do homem que combate a subversão, que mantém a ordem pública e a estabilidade do Regime Militar.

Nas palavras de Hélio Bicudo, “ele foi nomeado para o setor de investigação política da polícia [Sérgio Fernando Paranhos Fleury foi para o DOPS]. E isso, evidentemente, amparado pelo Exército. [...]. Afinal de contas, era uma pessoa de absoluta confiança do sistema militar”.⁹⁵

A manobra para encobrir o envolvimento de Sérgio Fernando Paranhos Fleury nas execuções do Esquadrão da Morte era uma tática utilizada pelo próprio delegado em seus depoimentos. Muitas vezes utilizava de seu "sucesso" nas operações contra os militantes que se opuseram ao Regime Militar para intimidar os membros do Judiciário, conforme relata Percival de Souza,

Nesse depoimento, Fleury fez um acréscimo para embaraçar o juiz Fonseca e o procurador Bicudo com os órgãos de segurança: “Também me envolvi em tiroteios durante a prisão de elementos subversivos, sendo que dois deles - Marighella e um de sobrenome Fogaça Boldone - resistiram à prisão e morreram no local [referência Luiz Fogaça Balboni, da ALN, que morreu em tiroteio com Fleury e sua equipe na equipe na Alameda Campinas]. Foi graças a uma vigilância demorada e minuciosa a um convento de padres dominicanos que consegui chegar até o líder terrorista Carlos Marighella”. (Souza, 2000:302-303).

O envolvimento do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury nas sindicâncias e processos dos crimes do Esquadrão da Morte causava preocupação às autoridades públicas e aos militares. Houve intimidações e pressões sobre os juízes e promotores que se empenharam nas apurações dos crimes do Esquadrão da Morte e na batalha para levar a julgamento os criminosos. Exemplo dessa situação foram as pressões e intimidações sofridas pelo Procurador Hélio Pereira Bicudo enquanto conduzia as investigações sobre o Esquadrão da Morte. Hélio Bicudo nos relatou o seguinte:

⁹⁵*Idem.*

Na segunda representação eu fui indicado [para assumir as investigações sobre o Esquadrão da Morte]. O Drº Virgílio Lopes da Silva, um membro do Ministério Público, me disse: “*Você está cutucando a onça com a vara curta então você vai fazer isso. Você vai se arrebentar, porque você não vai apurar coisa nenhuma*”. Eu disse: “*Olha, não sei se eu vou apurar ou não, mas vou tentar*” [...]. E eu me lembro que nessa ocasião do pessoal do Esquadrão, a posição do II Exército era, inteiramente, favorável ao Fleury. E eles achando que eu estava exorbitando. Tanto que nessa havia um jornalista [Hélio Bicudo não lembra o nome], que trabalhava no Estadão que era meu amigo, e me disse: “*Olha Hélio tem um oficial do Exército, um coronel [Hélio Bicudo não lembra o nome], que gostaria de conversar com você a respeito do Esquadrão da Morte, ele quer ser bem informado*. Eu fui até o II Exército a noite e ficamos conversando um tempo enorme, o coronel achava que eu era dessa esquerda maluca, que eu queria atrapalhar as coisas porque Fleury era um homem exemplar.”⁹⁶

Podemos constatar que o fato de Sérgio Fernando Paranhos Fleury ser integrante do Esquadrão da Morte não foi um empecilho para que fosse o “homem poderoso do sistema” o “diamante da repressão”. Pelo contrário, o *Know how* do Esquadrão da Morte foi o pré-requisito para que os militares “cooptassem” os policiais civis para integrarem o aparato repressivo. Quando do início das sindicâncias contra os integrantes do Esquadrão da Morte e da instalação dos processos nos quais policiais tornaram-se réus e foram levados a Júri Popular, as autoridades e os militares tentavam negar a existência do Esquadrão da Morte, acusar jornalistas e membros do Poder Judiciário de “subversivos” e encobrir a imagem negativa que se configurava em torno do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury com a retórica da eficiência e coragem deste no combate ao terrorismo para manter a ordem social e a estabilidade do Regime Militar.

⁹⁶ Entrevista concedida em 25.02.2016.

A Esperança não murcha,
Ela não cansa,
Também como ela não
Sucumbe a Crença,
Vão-se sonhos nas asas da Descrença,
Voltam sonhos nas asas da
Esperança

Augusto dos Anjos

CAPÍTULO 4 – Um novo olhar sobre o Esquadrão da Morte

A partir dos anos de 1970, verificamos que os jornais que são objetos desta pesquisa passaram a apresentar reportagens sobre três temáticas: a permanente afirmação das autoridades públicas de que não existia Esquadrão da Morte; o embate travado entre membros do Poder Judiciário – encarregados das investigações e dos processos contra os integrantes do Esquadrão da Morte – e as autoridades públicas do Estado de São Paulo, e, por fim, matérias sobre o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury.

4.1. Um Esquadrão inexistente

Quanto às autoridades públicas do Estado de São Paulo, em especial o ex-governador Roberto Costa de Abreu Sodré e os ex-secretários de Segurança Pública Hely Lopes Meirelles e o Cel. Danilo Darcy de Sá da Cunha e Melo, insistem constantemente – apesar das sindicâncias instaladas que apontavam agentes da polícia civil do Estado como perpetradores de execuções sumárias – na inexistência do Esquadrão da Morte, que, segundo eles, seria invenção da imprensa sensacionalista, que os assassinatos eram praticados por quadrilhas de entorpecentes rivais e que, quando um policial matava um marginal, era em legítima defesa.

Houve um evento emblemático que foi a entrevista do ex-governador Roberto Costa de Abreu Sodré no Programa da Televisão Tupi – *Pinga-Fogo* – no dia 08 de dezembro de 1970. No programa, o governador responde às perguntas do apresentador, sobre o Esquadrão da Morte, no qual nega a existência dessa organização criminosa, apontando que isso é “invenção”, “sensacionalismo”, “oposição” à polícia que é “injustificada”. O governador dá continuidade ao discurso, o mesmo que declarava à imprensa, de que se os policiais matam é por legítima defesa, para protegerem suas vidas e para proteger a sociedade. Desfere seu ataque aos Juízes e Promotores, envolvidos nas sindicâncias sobre os crimes cometidos pelos integrantes do Esquadrão da Morte, assinalando que não são esses que entram nas favelas para enfrentar os marginais; não os juízes e promotores que condenam policiais por matarem marginais, e mantêm-se protegidos por guardas em suas residências.

Repórter: “Governador: para milhões de telespectadores em todo o Estado de São Paulo: a verdade sobre o “Esquadrão da Morte”.

Governador: “Faz-se uma onda muito grande com relação ao “Esquadrão da Morte”. “Esquadrão da Morte” não existe como organização. Isto é invenção, isto é promoção, isto é oposição à polícia que muitas vezes é sacrificada e injustiçada; e ela é injustiçada no mundo inteiro. [...]. Quem é que está no “*front*”, quem é que está na frente da briga, quem é que sobe numa favela para pegar um marginal. “É o juiz togado, é um promotor pequeno, grande, seja do tamanho que tiver, pra ir lá? Não. Quem sobe é um policial da polícia militar ou um da polícia civil, que arrisca a sua vida, o sustento da sua família, porque geralmente são pobres, para tirar um marginal dentro de uma favela, escondido, encurralado, para dar tranquilidade à cidade. Este marginal, por ser marginal, reage. Então queria que o policial dissesse: “Não, não atire em mim, vamos fazer aqui um arreglo, você vai para a cadeia direitinho, eu trato você bem...”. Evidentemente, na hora em que o outro puxa o revólver, o soldado ou o inspetor de polícia reage, porque, ou ele reage ou morre. E tá morrendo todo dia. Porque ele não tem assim uma segurança tão grande quanto aqueles que têm esse pundonor, dizendo que o policial deve morrer e não matar. Pois o policial, quando acuado, para cumprir o seu dever, pode matar para defender a sociedade”.

Governador: “Não existe como forma, como dizem, organizada. Isto é sensacionalismo. [...]. A polícia precisa se defender em termos de não morrer para que nós não morramos nas mãos dos marginais. Porque na hora que a polícia não fizer isto, os marginais entram na nossa casa para violentar nossos lares. É muito fácil atacar a polícia, ficando dentro de casa com dez guardas na porta, para ser valente”. (BICUDO, 2002: 103-104).

O repórter questiona o governador sobre o “relações públicas” do Esquadrão da Morte, que liga para os jornais e comunica as mortes efetuadas por seus integrantes. Isso seria “mito”, “invenção de quem?”, indaga o repórter. O governador justifica que esses telefonemas seriam estratégia da própria polícia para estabelecer um “clima de terror” entre os marginais, que a paz se mantém com o terror e que os marginais devem saber que existem pessoas dispostas a enfrentá-los.

Repórter: “Mas o “Esquadrão” surgiu, Governador, ou o mito do “Esquadrão” surgiu, inclusive com comunicados aos jornais, telefônicos, de membros que se

diziam integrantes do “Esquadrão da Morte”, anunciando a morte de marginais. Isso seria invenção de quem?

Governador: “Isso pode ser até tática policial, pra criar clima, porque você não cria paz apenas com revólver. Você cria paz com clima de temor, porque um marginal, o criminoso, é um homem que se ele não sentir que existe uma polícia disposta a enfrentá-lo, a ousadia dele não tem limites. Pois ele é anormal. Então, o que precisa é fazer criar um clima de quem cometer crimes, ele vai ser preso e quem reagir terá alguém pra enfrentá-lo”. (BICUDO, 2002: 104).

O repórter interpela o governador Roberto Sodré sobre as investigações do Juiz Nelson Fonseca, se terão resultado. O governador é categórico ao afirmar que não existe o Esquadrão da Morte como forma de “*vindita*”, ou seja, de vingança e de ilegalidade como a Justiça está denunciando. O que existe, e novamente a mesma argumentação, são policiais que agem em legítima defesa para proteger a sociedade.

Repórter: “Então, só para complementar: o senhor crê que as investigações presididas pelo Juiz Nelson Fonseca, não chegarão a nada”.

Governador: “Eu tenho convicção plena e conheço o assunto de que não existe isso como forma de *vindita* e como desrespeito à lei. Existe como forma de legítima defesa de homens tão honrados como qualquer um de nós, mas que escolheu, como profissão, defender a sociedade, para que as nossas filhas possam andar na rua sem ser violentadas ou mortas pelos marginais”. (BICUDO, 2002: 104).

Ao ser questionado sobre a retirada de presos do Presídio de Tiradentes para serem executados nas estradas, o governador novamente afirma que isso é “*invencionice*”, que não há provas sobre esses fatos. Nesse ponto ataca a imprensa que divulga o aparecimento de “presuntos” nas estradas crivados de muitas balas de diversos calibres. A explicação do governador é que eram marginais que morreram em tiroteio com a polícia, que se organiza em ronda formada por muitos policiais para capturar marginais perigosos. E esses criminosos são ousados, “têm gana da morte” e atiram para matar.

Repórter: “Governador, e nos casos já investigados e já comprovados de transferência de presos da Penitenciária para as estradas onde teriam sido fuzilados?”

Governador: “eu não vi essa prova, ainda, meu caro Reale. Esse negócio, a invencionice [...]. É evidente que quando a polícia chega para pegar um criminoso de muitas mortes, um facínora, não vai um soldado só para prendê-lo. É evidente que eles juntam quatro, cinco, seis, dez, uma ronda, para cercar uma casa, pois que se for um só, morre. Pois eles estão entrincheirados, sabem às vezes atirar até muito melhor e são muito mais ousados. Eles têm gana da morte e a nossa polícia não tem gana de matar. Ela, se mata, é para não morrer. E quem tem gana para matar, toma a iniciativa de atirar. [...]. Então quando vão... ou quando vai um grupo de policiais, quer de militar ou da civil, para prender um homem perigoso como esse, é evidente que é um tiroteio ferrado, em cima da... do criminoso. E daí aparecer com muitos tiros. Então, aí inventam que fazem aquilo em termos de presunto, essas coisas. (BICUDO, 2002: 105).

Essa entrevista do governador Roberto Costa de Abreu Sodré é representativa do discurso adotado pelas autoridades públicas para explicar à sociedade os assassinatos de marginais e negar a existência do Esquadrão da Morte. Segundo esse discurso, seriam os próprios marginais os responsáveis por suas mortes, pois resistem à prisão e enfrentam os policiais a tiro. Dessa forma, a polícia é obrigada a atirar, a matar para se defender. É esse o contexto em que os marginais são mortos com muitos tiros. Segundo o governador, Não havia execuções sumárias, não havia vingança por parte da polícia. O que existia era uma polícia corajosa e disposta a combater a criminalidade para proteger a sociedade. E até mesmo o “relações públicas” do Esquadrão da Morte foi convertido a “estrategista” da polícia, à medida que suas ligações foram justificadas pelo governador Abreu Sodré como uma forma de “aterrorizar” os criminosos, para que soubessem que os policiais estavam dispostos a combatê-los. Foram esses os argumentos adotados pelas autoridades públicas nas declarações à imprensa para negar a existência do Esquadrão da Morte.

A reportagem do *O Estado de São Paulo* “Sodré é testemunha de Correia”⁹⁷ inicia-se com a afirmação de que o ex-governador Abreu Sodré e o ex-secretário da Segurança Pública Hely Lopes Meirelles “sempre negaram a existência do Esquadrão da Morte”, destacando a explicação dessas autoridades de que o Esquadrão da Morte é invenção da imprensa sensacionalista.

⁹⁷ “Sodré é testemunha de Correia”. *O Estado de São Paulo*, 17.10.1972).

O ex-governador Abreu Sodré e o ex-secretário da Segurança Pública, Hely Lopes Meirelles, que sempre negaram a existência do Esquadrão da Morte paulista, ("O Esquadrão não existe como organização, ele foi inventado pelo sensacionalismo dos jornais") irão depor em novembro na 2ª Vara auxiliar do Júri, como testemunhas de defesa de Astorige Correa de Paula e Silva, "Correinha". ("Sodré é testemunha de Correia". *O Estado de São Paulo*, 17.10.1972).

O ex-governador Roberto de Abreu Sodré e o ex-secretário de Segurança Pública Hely Lopes Meirelles foram arrolados como testemunha de defesa do policial Astorige Corrêa de Paula e Silva, no processo-crime do assassinato de José de Souza Cruz (Dedé)⁹⁸ e de Cláudio Carlos de Oliveira. No entanto, a reportagem não apresenta os testemunhos do ex-governador nem do ex-secretário, mas reproduz trechos recortados da entrevista do ex-governador Roberto de Abreu Sodré realizada no Programa *Pinga-Fogo* da TV Tupi, que analisamos acima.

Em dezembro de 1970, o ex-governador, entrevistado num programa de televisão [*Pinga-Fogo*], assim negava a existência do Esquadrão: "Faz-se uma onda muito grande com relação ao Esquadrão da Morte. O Esquadrão não existe como organização. Isto é invenção, é promoção, isto é oposição à polícia, tantas vezes sacrificada e injustiçada, como é injustiçada no mundo inteiro. A polícia não é simpática. Não sei por que razão, mas não é. Bom, o que existe é o que há em qualquer parte do mundo. Quem é que está no front, quem é que está na frente da briga, quem é que sobe numa favela para pegar um marginal? É o Juiz togado? É o promotor pequeno, grande, seja do tamanho que tiver?". "Eu tenho convicção plena - afirmava o ex-governador - e conheço o assunto. Não existe isso como forma de vindita e como desrespeito à lei. Existe como forma de legítima defesa de homens tão honrados, como qualquer um de nós, mas que escolheram, como profissão, defender a sociedade para que nossas filhas possam andar na rua sem serem violentadas ou mortas pelos marginais". ("Sodré é testemunha de Correia". *O Estado de São Paulo*, 17.10.1972).

⁹⁸ Pelo assassinato de José de Souza Cruz, também foram processados Sérgio Fernando Paranhos Fleury, João Carlos Tralli e Ademar Augusto de Oliveira.

Essa reportagem é significativa porque expõe uma situação contraditória: o ex-governador Roberto de Abreu Sodré e o ex-secretário de Segurança Pública Hely Lopes Meirelles enquanto testemunhas de defesa do policial Astorige Corrêa de Paula e Silva, acusado de pertencer ao Esquadrão da Morte, sendo que ambos sempre negaram a existência dessa organização criminosa formada por policiais. A matéria traz o título: “Sodré é testemunha de Correia”; e em seguida destaca a afirmativa de que o ex-governador, em entrevista ao programa de televisão *Pinga-Fogo*, negava a existência do Esquadrão da Morte. “Em dezembro de 1970, o ex-governador, entrevistado num programa de televisão [*Pinga-Fogo*], assim negava a existência do Esquadrão. (“Sodré é testemunha de Correia”. *O Estado de São Paulo*, 17.10.1972).

Em outra reportagem do *O Estado de São Paulo*, “Sodré volta a negar a existência do ‘Esquadrão’”⁹⁹, o ex-governador Roberto de Abreu Sodré e o ex-secretário de Segurança Pública Hely Lopes Meirelles; arrolados como testemunha de defesa de Astorige Corrêa de Paula e Silva, de Sérgio Fernando Paranhos Fleury e de João Carlos Tralli; em seus depoimentos mantêm o discurso de que o Esquadrão da Morte nunca existiu. Esses depoimentos tratavam do processo crime de José de Souza Cruz (Dedé).

A matéria inicia com a declaração do ex-governador Roberto de Abreu Sodré de que não tem conhecimento sobre a vítima – José de Souza Cruz – nem sobre o réu – Astorige Corrêa de Paula e Silva, que somente sabe de sua existência pelos jornais. Portanto, não tem nada para “esclarecer à Justiça”.

Desconheço totalmente os fatos relatados no presente processo. Portanto, nada posso esclarecer à Justiça nem com relação à vítima nem com relação ao réu **Correinha** que não conheço pessoalmente e apenas sei de sua existência pelo noticiário dos jornais. (“Sodré volta a negar a existência do ‘Esquadrão’”. *O Estado de São Paulo*, 24.01.1973).

A matéria apresenta o depoimento do ex-governador, que responde às perguntas do advogado de defesa de Astorige Corrêa de Paula e Silva. Roberto de Abreu Sodré diz que durante

⁹⁹ “Sodré volta a negar a existência do ‘Esquadrão’”. *O Estado de São Paulo*, 24.01.1973.

seu governo sempre respeitou a lei, tanto na Segurança Pública quanto em outros setores da administração da pública, afirmando que jamais protegeria indivíduos que agissem fora da lei.

Sodré começou a responder às perguntas do advogado José Fernando Rocha, defensor de **Correinha**, que queria saber se durante o tempo que fora governador existiu algum grupo de policiais que gozava de aprovação oficial para a execução de marginais: "Durante o meu governo fomos obedientes, de forma rigorosa, à lei, não só no terreno da segurança como em todos os setores da administração pública. Jamais protegemos qualquer cidadão ou grupo que estivesse fora da lei". ("Sodré volta a negar a existência do 'Esquadrão'". *O Estado de São Paulo*, 24.01.1973).

A matéria prossegue apresentando o depoimento do ex-governador Roberto de Abreu Sodré, o qual assinala que diante das notícias divulgadas pela imprensa sobre elementos da polícia que estavam cometendo "arbitrariedades", determinou a constituição de uma Comissão Especial de Investigação para averiguar as atividades desses elementos. Ressalta que a Comissão foi criada por sugestão do comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira.

Sodré contou que tomou 'medidas rigorosas' para apurar fatos ligados ao Esquadrão: "Constituímos uma comissão para apurar as atividades de elementos que estavam constantemente sendo citados pela imprensa como autores de arbitrariedades. Esta comissão, que era presidida por um general do Exército brasileiro, cujo nome não me ocorre no momento, funcionou até o instante que suas funções foram atribuídas ao Ministério Público. Esta comissão foi constituída por sugestão do então comandante do II Exército, general Canavarro Pereira. ("Sodré volta a negar a existência do 'Esquadrão'". *O Estado de São Paulo*, 24.01.1973).

Devemos ressaltar que as autoridades públicas sempre negaram a existência do Esquadrão da Morte, as constantes execuções que ocorriam eram explicadas pelo ex-governador Abreu

Sodré e pelo ex-secretário de Segurança Pública Hely Lopes como crimes cometidos entre quadrilhas de traficantes. No entanto, a imprensa atribuía essas mortes aos integrantes do Esquadrão da Morte, denunciando o envolvimento de policiais nesses assassinatos. Diante das acusações da imprensa, o governador Abreu Sodré determinou a criação da Comissão Especial de Investigação.

A Comissão Especial de Investigação foi constituída pelo governador Roberto Costa de Abreu Sodré no dia 11 de agosto de 1970. A CEI foi integrada pelo General Luiz Phelipe Galvão Carneiro da Cunha, como Presidente; pelo Dr. Durval Cintra Carneiro, Procurador da Justiça; e pelo Dr. Ulisses Fagundes Neto, Procurador do Estado.

Artigo 1º - Fica constituída Comissão Especial de Investigação para apurar atividades criminosas que têm sido atribuídas a elementos da Polícia do Estado, caracterizada pela eliminação sumária de marginas. (BICUDO, 2002-117).

A Comissão Especial de Investigação poderia atuar em qualquer órgão do Estado e deveria reportar-se, diretamente, às autoridades estaduais e federais. Suas apurações seriam independentes de qualquer processo de investigação realizados por outros órgãos, referente aos crimes atribuídos aos agentes da Polícia do Estado de São Paulo, acusados de pertencerem ao Esquadrão da Morte. No entanto, a atuação da CEI foi breve, pois em 09 de outubro de 1970 o governador Roberto Costa de Abreu Sodré a extinguiu. "Artigo 1º - Fica extinta a Comissão Especial de Investigação criada pelo decreto de 11 de agosto do corrente ano, publicado no Diário Oficial de 12 do mesmo ano". (BICUDO, 2002-118).

A explicação do governador Roberto Costa de Abreu Sodré para a extinção da Comissão foi de que a CEI foi criada com o objetivo específico de investigar o envolvimento de policiais do Estado no Esquadrão da Morte. Mas durante a atuação da CEI o Ministério Público apresentou denúncias arrolando alguns policiais na tentativa de homicídio de Mario dos Santos e no assassinato de Antônio de Souza Campos e como integrantes do Esquadrão da Morte. Diante da denúncia e do seu processamento, o governador alegou que os trabalhos da Comissão entrariam em conflito com o processo judicial.

A denúncia apresentada pelo Ministério Público refere-se à tentativa de homicídio de Mário dos Santos. Os policiais arrolados foram: Nelson Querido, Ademar Augusto de Oliveira e Luiz Carlos Franco Ferreira. A denúncia foi oferecida ao Juiz Luiz Benini Cabral, em 24 de agosto de 1970. Há também a denúncia de policiais no caso do assassinato de Antônio de Souza Campos; os policiais arrolados foram: Ernesto Milton Dias, Sérgio Fernando Paranhos Fleury, Alberto Barbour, Walter Brasileiro Polim, João Bruno, Astorige Corrêa de Paula e Silva, Angelino Moliterno, Antônio Augusto de Oliveira, Eduardo Xavier, Nathaniel Gonçalves de Oliveira, Cleómenes Antunes, João Carlos Tralli, José Campos Corrêa Filho e Abílio Armando Alcarpe.

A Comissão Especial de Investigação produziu um Relatório (17.08.1970), entregue ao Secretário de Segurança Pública Cel. Danilo Darcy de Sá da Cunha e Melo. No Relatório, a Comissão Especial de Investigação¹⁰⁰ acusa os policiais Heliodoro Leite Neto, João de Oliveira, Angelino Moliterno, José Giovanini, Adhemar Costa, João Carlos Tralli, José Astorige Correia, Ademar Augusto de Oliveira, Antônio Augusto de Oliveira, Fernando Valverde, Ary Salvi, José Alves da Silva, Marcos Paranhos Fleury e os conhecidos pelos nomes de "Bruninho", "Meninão", "Campão" e "Ubirajara" por envolvimento em corrupção e subversão da ordem pública, com abuso da função pública. Além dessas acusações, os policiais Angelino Moliterno, José Giovanni, Adhemar Costa, João Tralli, José Astorige Correia, Ademar Augusto de Oliveira, Antônio Augusto de Oliveira, Fernando Valverde, José Alves da Silva e os motoristas Nelson Querido, "Bruno", "Campão", e "Meninão" foram acusados de associação com os traficantes de entorpecentes José Iglesias e Valdomiro Maia, para a venda de entorpecentes apreendidos pelos policiais. Os policiais exigiam dos traficantes o pagamento para não incomodarem o tráfico de entorpecentes. Quando ocorreu o fim da "sociedade" entre José Iglesias ("Juca") e Valdomiro Maia ("Miroca"), os policiais passaram a proteger José Iglesias e a eliminar os integrantes do grupo de Valdomiro Maia.

A reportagem "Sodré volta a negar a existência do 'Esquadrão'" prossegue apresentando o depoimento do ex-governador, agora interpelado pelo advogado Alceu Gonzaga, defensor do investigador João Carlos Tralli e do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Alceu Gonzaga mantém o tema da Comissão, perguntando ao ex-governador se havia interferido nos trabalhos da Comissão. O ex-governador Roberto de Abreu Sodré assinala que poderia ter feito ingerências, mas que nunca interferiu na Comissão, pois confiava em seus integrantes. O ex-

¹⁰⁰ O Relatório da Comissão Especial de Investigação está no "Apêndice 14". In: BICUDO, Hélio Pereira. *Meu Depoimento Sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Martins Fontes, 2002: 147-149.

governador enfatiza também que sempre apurou “responsabilidades dentro da administração pública” e assim que soube das denúncias contra o Esquadrão da Morte solicitou ao Secretário de Segurança Pública que abrisse inquérito.

O advogado Alceu Gonzaga, defensor de Tralli e do delegado Fleury, quis saber se o ex-governador tivera ingerência direta sobre a CEI - Comissão Estadual de Investigação. Sodré, depois de tomar um café, respondeu: "Podia ter, mas nunca procurei exercer nenhuma ingerência, pois confiava em meus auxiliares diretos e em todos aqueles que nomeava para uma missão. Nunca interfeirei diretamente em um setor e nunca fui diretamente a qualquer órgão do Estado sem antes me comunicar com o secretário que respondia pelo setor. Nunca solicitei a nenhum secretário que deixasse de apurar responsabilidades dentro da administração pública". Sodré fez um elogio ao delegado Fleury: "O delegado Fleury sempre se mostrou eficiente e corajoso em sua missão de combate à subversão". O ex-governador salientou que, ao tomar conhecimento da primeira denúncia formulada contra o Esquadrão da Morte, solicitou ao secretário da Segurança a abertura de inquérito para apurar a veracidade dos fatos. ("Sodré volta a negar a existência do 'Esquadrão'". *O Estado de São Paulo*, 24.01.1973).

Importante destacarmos o fato do ex-governador Roberto de Abreu Sodré, fora do contexto da pergunta do advogado, fazer elogios ao delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, destacando sua coragem e eficiência no combate à subversão. Essa situação reforça nossa análise do capítulo anterior: a tentativa de encobrir o envolvimento do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury nas atividades criminosas do Esquadrão da Morte, exaltando seu trabalho no combate à subversão. Percival de Souza relata a indignação do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury com esses processos do Esquadrão da Morte.

O próprio Fleury jamais entendeu. Porque ele era um diamante para a repressão, em nome da Segurança Nacional. E era perseguido por causa da morte de alguns vagabundos pé de chinelo, isso nunca entrou na cabeça dele! *"Mas como? Lá eu mato, tudo bem, sou herói. Aqui por causa desses vagabundos eu sou*

*processado?” Não entrava isso na cabeça dele, criminoso comum, ladrão; não entrava mesmo.*¹⁰¹

O relato de Percival de Souza salienta o fato da consciência do delegado Sérgio Fleury quanto à sua relevância no aparato repressivo do Regime Militar. Tanto que o delegado Fleury era ciente da construção, em torno de si, de um mito de “herói” devido aos seus serviços no combate aos chamados “subversivos”. Quanto ao mito em torno de Sérgio Fernando Paranhos Fleury, Percival de Souza assinala que foi se construindo ao longo de sua carreira na polícia, pois, o delegado Fleury “solucionava” todos os casos.

Eu percebi... Primeiro ele foi se tornando mito, internamente, na polícia. Como ele era o que resolvia todos os casos, qualquer caso intrincado: sequestro, assalto, o que fosse o Fleury resolve. Era um negócio, na polícia construiu-se um mito muito forte. Por exemplo, pegavam alguém e detinham, suspeito de alguma coisa, depois era interrogado e o pessoal falava: “*ou fala aqui ou vou levar para o Fleury*”. Isso era suficiente para a maioria se abrir e contar até o que não soubesse. [...]. Então, esse mito interno foi muito grande, muito forte e foi se ampliando.¹⁰²

Em relação ao depoimento do ex-governador Roberto de Abreu Sodré, a reportagem encerra com a pergunta do promotor Alberto Marino Júnior, que indaga o ex-governador sobre sua resposta no Programa *Pinga-Fogo* quanto à existência do Esquadrão da Morte. Roberto de Abreu Sodré responde o que pensou ter respondido à época. Não sabia da existência do Esquadrão da Morte, o que podia acontecer é que alguns policiais exagerassem de maneira criminosa em suas ações. No entanto, destaca que grupos de criminosos poderiam cometer crimes

¹⁰¹ Entrevista concedida em 12.06.2014.

¹⁰² Entrevista concedida em 12.06.2014.

e culpar a polícia. E afirma que não havia nenhum grupo organizado, dentro da polícia, que praticasse crimes.

O promotor Alberto Marino Júnior perguntou a Sodré se ele lembrava da resposta que deu em um programa de televisão quando foi perguntado a respeito da existência do Esquadrão da Morte. A resposta: “Não tenho conhecimento da existência desse grupo de policiais. O que pode ocorrer é que existam policiais faltosos ou policiais que exageram de forma criminosa a sua ação repressiva, como pode haver também luta de grupos criminosos que cometam crimes para culpar a polícia de sua ação. Não há um grupo organizado para a prática de atos criminosos dentro da polícia”. (“Sodré volta a negar a existência do ‘Esquadrão’”. *O Estado de São Paulo*, 24.01.1973).

A matéria finaliza apresentando partes do depoimento do ex-secretário de Segurança Pública Hely Lopes Meirelles, que foi arrolado como testemunha do investigador Astorige Corrêa de Paula e Silva. O Secretário é enfático: afirma que não existiu, durante sua gestão, policiais que praticassem execuções sumárias.

Não é exato que o governo de São Paulo tivesse mantido na Secretaria da Segurança Pública, durante a minha gestão, qualquer grupo de policiais para a execução sumária de marginais. (“Sodré volta a negar a existência do ‘Esquadrão’”. *O Estado de São Paulo*, 24.01.1973).

Questionado pelo promotor Alberto Marino Júnior sobre dar apoio aos crimes cometidos pelos integrantes do Esquadrão da Morte, Hely Lopes Meirelles afirma que a Secretaria de Segurança Pública e o Governo nunca incentivaram nem apoiaram nenhuma atividade do Esquadrão da Morte, destacando que houve uma má interpretação, por parte de alguns setores, pelo fato do ex-secretário cumprimentar policiais que elucidaram um crime e prenderam os

criminosos. Nessa ocasião, Hely Lopes Meireles disse aos policiais que continuassem sua missão de proteger a sociedade e que teriam seu apoio e do governo.

O promotor perguntou ao ex-secretário se o Esquadrão da Morte teve seu apoio: “Em nenhuma oportunidade dei qualquer incentivo ou apoio a esta atividade do denominado Esquadrão da Morte, denominação que li pela primeira vez nos jornais. Costumam dizer que dei apoio a essa atividade ilegal de policiais pelo fato de ter cumprimentado investigadores quando realizaram a prisão de um grupo de assaltantes que matara barbaramente um chinês no bairro da Zona Sul. Diante da atitude da polícia, elucidando o crime e prendendo os criminosos, fui até a sala dos investigadores e os cumprimentei pelo êxito da missão realizada estritamente dentro da lei, e os exortei a que prosseguissem nessa missão de defender a sociedade, dizendo-lhes que teriam sempre o apoio do secretário e do governo. Essa minha atitude vem sendo interpretada por alguns setores como de apoio à ilícita atividade do denominado Esquadrão da Morte. Nunca recebi do governador Abreu Sodré qualquer instrução, ordem ou sugestão para dar apoio ao Esquadrão. Nunca soube se qualquer autoridade civil ou militar deu apoio a quem eventualmente tenha exercido essa atividade ilegal”. (“Sodré volta a negar a existência do ‘Esquadrão’”. *O Estado de São Paulo*, 24.01.1973).

O jornal *Folha de São Paulo* apresentou uma reportagem sobre a criação da CEI pelo ex-governador Roberto de Abreu Sodré, destacando que a comissão tinha a função de investigar as atividades do Esquadrão da Morte e como seria composta.

O governador Abreu Sodré vai nomear hoje uma comissão para apurar as atividades do Esquadrão da Morte no Estado de São Paulo. Segundo consta, essa comissão será constituída por um oficial do Exército, um advogado do Estado e um promotor público. O ato deverá ser publicado amanhã, no *Diário Oficial*. Ontem, para tratar da formação dessa comissão, o governador esteve reunido no Palácio dos Bandeirantes com os secretários da Justiça e da Segurança Pública, Hely Lopes Meirelles e o coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello, respectivamente. (“Sodré nomeia comissão”. *Folha de São Paulo*, 11.08.1970).

Em 05 de maio de 1975, o jornal *O Estado de São Paulo* na reportagem “Erasmus prefere excesso à omissão”, na qual o Secretário de Segurança Pública, o Cel. Erasmo Dias¹⁰³ concede uma entrevista exclusiva ao *O Estado de São Paulo* sobre a atuação da Rota no caso da morte de menores na rua Argentina. Nessa matéria, o Cel. Erasmo Dias retoma o tema Esquadrão da Morte criticando as acusações feitas ao governo, que foi acusado de criar um método violento de combate ao crime – método que seria o Esquadrão da Morte – e de ter compactuado com ações criminosas do “famigerado” Esquadrão da Morte. Em sua declaração, o Cel. Erasmo Dias utiliza a recorrente retórica das autoridades públicas do Estado de São Paulo de que não existe Esquadrão da Morte, pois não foi criado método algum; a polícia somente cumpre o seu dever de combater a criminalidade e de reagir à violência dos marginais.

Ultimamente – prossegue – chegamos até a ser acusados de criadores de um método repressivo extremamente violento, que pretenderia atirar primeiro e atirar depois. Temos sido acusados de compactuar com o método de ação do famigerado Esquadrão da Morte. Temos sido acusados de incentivar a violência. [...]. No entanto, acentua o coronel “nós não inauguramos nenhum método, estamos apenas cientes e conscientes de que há um dever a cumprir e esse dever, nos últimos tempos, tem sido muito solicitado pela ação violenta dos marginais”. (“Erasmus prefere excessos à omissão”. *O Estado de São Paulo*, 01.05.1975).

A reportagem prossegue com a declaração do Secretário de Segurança Pública, o qual lamenta a morte dos indivíduos, porém assinala que essas mortes são garantia de paz e justiça

¹⁰³ Coronel do Exército Antônio Erasmo Dias (1924-2010). Durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici foi Secretário de Segurança Pública (1974-1979), do Estado de São Paulo. Um episódio que marcou sua administração foi o cerco a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 22 de setembro de 1977, quando prendeu 900 estudante e os levou para o quartel das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) e depois para o DOPS. O Cel. Erasmo Dias sempre negou as violências, alegando que agia amparado na Legislação vigente. Também se opôs ao pagamento de indenização aos presos políticos que sofreram tortura durante o Regime Militar, alegando que eles eram responsáveis pelos seus destinos.

social. Segundo o entendimento de Erasmo Dias, o “bandido” e o “ladrão” devem estar conscientes de que o policial também é valente e que sua vida também corre risco enquanto estiver na criminalidade.

Tenho a certeza – afirma – de que em breve nós vamos dar graças a Deus por esses momentos, tristes talvez, mas de paz segura. Tudo isso representa alguma coisa que deve traduzir-se no futuro em alta rentabilidade de paz e justiça social. Porque o bandido, o ladrão, ao sentir a nossa presença é valente, não mais valente do que o policial. Mas vai ter que pensar três vezes antes de assaltar, quando souber que sua própria vida também está em risco. (“Erasmo prefere excessos à omissão”. *O Estado de São Paulo*, 01.05.1975).

A matéria finaliza com Cel. Erasmo Dias trazendo o argumento, recorrente nos discursos das autoridades públicas e dos Secretários de Segurança Pública, de que o policial só atira em legítima defesa e no seu dever de combater a criminalidade,

E novamente pergunta: “Como se pode medir duas vidas a do policial e a do bandido, quando os dois estão armados? Não há dúvida de que o policial deverá ter mais equilíbrio, que só deverá atirar como última alternativa, só matar, quando estiver para morrer”. (“Erasmo prefere excessos à omissão”. *O Estado de São Paulo*, 01.05.1975).

As reportagens estudadas apresentaram a permanente negativa das autoridades do Estado de São Paulo, especialmente do ex-governador Roberto de Abreu Sodré e do ex-secretário de Segurança Pública Hely Lopes Meirelles, quanto à existência do Esquadrão da Morte. No entanto, a realidade demonstrava o contrário. As investigações do Ministério Público, realizadas pelo Procurador Hélio Bicudo, apresentaram provas da existência do Esquadrão da Morte e de

suas atividades criminosas, resultando na instalação de sindicâncias e, posteriormente, de processos contra os policiais que integravam o Esquadrão da Morte.

4.2. Um embate entre Poderes

Com relação à temática apresentada pela imprensa, no que se refere ao embate entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo do Estado de São Paulo, verificamos que os membros do Poder Judiciário – envolvidos com os processos do Esquadrão da Morte – acusaram as autoridades públicas de omissão, conivência e estímulo com relação às atividades criminosas cometidas pelos integrantes do Esquadrão da Morte.

A matéria do jornalista Percival de Souza, do *Jornal da Tarde*, “O Governo escapa do Esquadrão?”¹⁰⁴ inicia destacando que a Justiça “quer acabar com os crimes do Esquadrão” e para isso o Juiz Nelson Fonseca enviará uma representação ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça e ao Conselho de Segurança Nacional, em que solicita a intervenção do Governo Federal no Estado de São Paulo para que o Exército assuma as investigações dos crimes atribuídos aos integrantes do Esquadrão da Morte. O argumento do Juiz para a intervenção Federal é de que as autoridades públicas de São Paulo estão se omitindo na punição dos integrantes do Esquadrão da Morte e de que a Polícia não pode investigar seus próprios crimes.

Assim a Justiça quer acabar com os crimes do Esquadrão da Morte: pedindo a intervenção do Governo Federal em São Paulo (Sodré seria substituído por um militar, entregando ao Exército as investigações sobre esses crimes). São sugestões feitas pelo juiz Nelson Fonseca, Corregedor Geral dos Presídios e da Polícia Judiciária, em entrevista à imprensa [...]. A representação do juiz Nelson Fonseca será enviada, por decisão do presidente do Tribunal de Justiça, ao presidente da República, ao ministro da Justiça e ao Conselho de Segurança Nacional. [...]. O juiz Nelson Fonseca poderá pedir intervenção federal em São Paulo se o Poder Executivo estadual continuar se omitindo, sem punir os integrantes do Esquadrão da Morte. E pedirá que as investigações sobre as

¹⁰⁴ “O Governo escapa do Esquadrão?”. *Jornal da Tarde*. 23.07.1970.

atividades do Esquadrão sejam feitas pelo Exército, como "única maneira de impedir que a Polícia fique encarregada de investigar seus próprios crimes. ("O Governo escapa do Esquadrão?" *Jornal da Tarde*, 23. 07. 1970).

Figura 10 - O Governo escapa do Esquadrão?

Fonte: "O Governo escapa do Esquadrão?" (23.07.1970). *Jornal da Tarde*.

Evidente que a Justiça não poderia esperar compromisso da Polícia na investigação de crimes envolvendo policiais. Em primeiro lugar, porque parte dos policiais apoiavam os crimes cometidos pelo Esquadrão da Morte. E somente isso já criava grandes dificuldades nas investigações. Em segundo, devemos considerar o corporativismo existente na Corporação Policial. Por fim, o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury estava envolvido nas atividades

criminosas do Esquadrão da Morte. E de acordo com o que analisamos no capítulo anterior, Sérgio Fernando Paranhos Fleury era um agente importante do aparato repressivo do Regime Militar, tinha influência e prestígio entre os militares e as autoridades públicas.

Os membros do Judiciário, que estavam empenhados nas investigações do Esquadrão da Morte, tinham consciência da situação de corporativismo e de proteção a Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Por isso houve a solicitação de uma intervenção Federal, a qual não ocorreu. Nesse contexto, intimidações aos membros do Judiciário foram praticadas por policiais com o intuito de coibir as investigações. Exemplo disso foi o evento relatado pelo Dr. João Benedito de A. Marques:

Bom, com o avançar das investigações, vamos dizer, o pessoal da polícia viu que podia ter consequência. E as tantas, penso ter sido em 1969, eles fizeram...isso foi emblemático! Eles fizeram uma carreata saindo do DEIC numas 20 viaturas policiais com as sirenes ligadas e passaram em frente ao Tribunal de Justiça, como se tivessem intimidando. À época, o Corregedor Geral de Justiça era o Dr. Adriano Marrey e o Presidente era o Dr. Hildebrando Dantas de Freitas.¹⁰⁵

O Procurador Hélio Pereira Bicudo também foi vítima das ameaças dos integrantes do Esquadrão da Morte, conforme noticiou o jornal *Folha de São Paulo*:

O promotor Hélio Pereira Bicudo, designado pela Procuradoria Geral de São Paulo para investigar a atividade do Esquadrão da Morte no Estado, foi ameaçado de morte terça-feira, informou ontem no Rio fonte credenciada do Ministério da Justiça. Uma pessoa que se identificou como membro do Esquadrão telefonou ao promotor aconselhando-o a encerrar as denúncias e investigações, sob pena de morte. (“Esquadrão ameaça matar Bicudo”. *Folha de São Paulo*, 30.07.1970).

¹⁰⁵ Entrevista concedida em 21.03.2016.

Porque houve ameaças, desde ameaças veladas... e tinha uma coisa muito interessante a coragem do Dr. Hélio. [...]. Depois quando as coisas cresceram muito chegou-se a dar segurança para ele e um dos promotores. Fininho fez isso, desparafusou as rodas do carro de um dos promotores.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Entrevista concedida em 21.03.2016.

O jornalista Percival de Souza também foi jurado de morte pelos integrantes do Esquadrão da Morte, devido à cobertura jornalística que fazia das atividades criminosas da organização.

Essa denúncia do Esquadrão da Morte que eu fiz isoladamente, solitariamente. Então me tornei o inimigo número um com isso. [...]. Quando a Justiça começou a agir foram decretadas algumas prisões, entre elas a do Fininho, Ademar Augusto de Oliveira. Ele fugiu para o Paraguai, eu consegui localizá-lo. [...]. Ao final de tudo o Fininho me disse qual era meu caminho... Ele me disse que eu deveria ter sido morto há uns dois anos mais ou menos. Eu soube em *Asunción*. [...]. Então esse era o cenário.¹⁰⁷

Para informar sobre o embate entre o Judiciário e o Executivo, a reportagem do *Jornal da Tarde* “O Governo escapa do Esquadrão?” reproduz na íntegra a representação do Juiz Corregedor dos Presídios e da Polícia Judiciária Nelson Fonseca, encaminhada ao Presidente da República. O Juiz Nelson Fonseca começa assinalando a gravidade dos crimes cometidos pelos integrantes do Esquadrão da Morte em São Paulo. Esses crimes estão colocando em risco a ordem social, sendo preciso que o Poder Judiciário tome “rápidas, emergenciais e decisivas providências”. O problema está no fato das “autoridades responsáveis pela segurança pública” não tomarem providências para impedir os assassinatos, indiscriminados, cometidos pelos membros do Esquadrão da Morte.

Os gravíssimos fatos acontecidos nesta capital estão a exigir rápidas, emergenciais e decisivas providências por parte do Poder Judiciário, pois que a ordem social se encontra seriamente ameaçada pela fúria de marginais que compõem o malsinado bando, inicialmente referido (Esquadrão da Morte), sem que as autoridades responsáveis pela segurança pública esbocem a adoção de quaisquer medidas para coibir a matança indiscriminada de meliantes. (“O Governo escapa do Esquadrão?” *Jornal da Tarde*, 23.07. 1970).

¹⁰⁷ Entrevista concedida em 12.06.2014.

A matéria segue apresentando mais críticas do Poder Judiciário à negligência das autoridades públicas do Estado de São Paulo. Por meio da declaração do Juiz Paulo Restiffe Neto à imprensa, a matéria aponta o “silêncio”, a “inanição”, a “omissão”, o “apoio” e o “estímulo” das autoridades responsáveis pela Segurança Pública às atividades do Esquadrão da Morte.

O mais estranhável, porém, é o silêncio e a inanição da cúpula responsável pela Segurança Pública, que a tudo assiste, sem esboçar a menor reação, ostentando, com essa omissão, apoio e estímulo aos crimes que vêm sendo praticados impunemente por aqueles que, por dever legal, têm a obrigação e a responsabilidade de manter a ordem. (“O Governo escapa do Esquadrão?”, *Jornal da Tarde*, 23.07. 1970).

A reportagem apresenta uma pequena declaração do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, que afirma que o governo não reconhece a existência do Esquadrão da Morte; justificando que as autoridades públicas, no caso a polícia, devem defender os direitos dos indivíduos e não os matar. Ressalta, ainda, que as apurações servirão para descobrir e punir os responsáveis por esses crimes.

Oficialmente, segundo Buzaid, o governo ainda não admite a existência de policiais em qualquer Esquadrão. “- Isso é natural. Partimos do princípio de que a autoridade é feita para resguardar os direitos alheios e se autopreservar, vez que (*sic*) de matar sumariamente. O que for apurado, concretamente, entretanto, só servirá para apontar e punir os culpados”. (“O Governo escapa do Esquadrão?” *Jornal da Tarde*, 07. 1970).

Na reportagem do jornalista Percival de Souza podemos verificar a preocupação do Poder Judiciário com o fato das autoridades públicas do Estado de São Paulo estarem sendo

omissas quanto aos crimes cometidos pelos integrantes do Esquadrão da Morte. Traz o embate do Poder Judiciário com o Poder Executivo do Estado de São Paulo, quanto às atividades criminosas do Esquadrão da Morte, ao abordar que diante do fato do governador Roberto de Abreu Sodré e do Secretário de Segurança Pública Hely Lopes Meirelles não tomarem providências para investigar os crimes cometidos pelo Esquadrão da Morte e punir seus responsáveis, o Juiz Corregedor Nelson Fonseca solicita a intervenção Federal no Estado de São Paulo, para que o Exército assuma as investigações.

Figura 12 - Justiça denuncia escalada

24 - O ESTADO DE S. PAULO

QUINTA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 1970

Justiça denuncia escalada

O juiz corregedor acusa a Polícia

Juiz: Polícia só atrapalha

— A polícia é a grande responsável por todos os acontecimentos que estão acontecendo. Frequentemente, temos notícias de uma série de crimes que não são solucionados. Isso acontece porque a polícia não trabalha de forma correta. Ela só atrapalha. O juiz corregedor acusa a polícia de ser a grande responsável por todos os acontecimentos que estão acontecendo. Frequentemente, temos notícias de uma série de crimes que não são solucionados. Isso acontece porque a polícia não trabalha de forma correta. Ela só atrapalha.

A escalada do Esquadrão da Morte está preocupando o Poder Judiciário de São Paulo a ponto de solicitar providências urgentes, antes que os boatos de bandos voltem-se, amanhã, contra o próprio Ministério Público, tão impune quanto vêm sendo. Em outros, foi assim que se manifestou o desembargador Castilho Garcia de Almeida, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no sessão plenária de ontem, na qual o problema do Esquadrão mereceu destaque. Na íntegra, o discurso do presidente do Tribunal foi o seguinte:

Como é do conhecimento de todos, a situação do Estado de São Paulo, no momento, é a de uma situação de emergência. A situação do Estado de São Paulo, no momento, é a de uma situação de emergência. A situação do Estado de São Paulo, no momento, é a de uma situação de emergência.

escala ascendente que percorreu, desde a criação do Esquadrão da Morte, até o momento atual. O Esquadrão da Morte, desde a criação, tem sido a principal responsável por todos os crimes que estão acontecendo. Frequentemente, temos notícias de uma série de crimes que não são solucionados. Isso acontece porque a polícia não trabalha de forma correta. Ela só atrapalha.

Cúpula é omissa, diz o corregedor

"O mais estranhável, porém, é o silêncio e a inação da cúpula responsável pela Segurança Pública, que a tudo assiste, sem eboçar a menor reação, omissa, com essa omissão, apoio e estímulo aos crimes que vêm sendo praticados impunemente por aqueles que, por dever legal, têm a obrigação e a responsabilidade de manter a ordem". É a acusação que o juiz corregedor do Estado de São Paulo, Nelson Fonseca, faz à cúpula das autoridades policiais, na representação que encaminhava ao presidente do Tribunal de Justiça.

Na íntegra, a representação encaminhada ao presidente do Tribunal de Justiça, pelo juiz corregedor do Estado de São Paulo, Nelson Fonseca, é a seguinte: "O mais estranhável, porém, é o silêncio e a inação da cúpula responsável pela Segurança Pública, que a tudo assiste, sem eboçar a menor reação, omissa, com essa omissão, apoio e estímulo aos crimes que vêm sendo praticados impunemente por aqueles que, por dever legal, têm a obrigação e a responsabilidade de manter a ordem". É a acusação que o juiz corregedor do Estado de São Paulo, Nelson Fonseca, faz à cúpula das autoridades policiais, na representação que encaminhava ao presidente do Tribunal de Justiça.

SECRETARIAS EXECUTIVAS
Atuação em todas as áreas de atuação. O Estado de São Paulo, no momento, é a de uma situação de emergência. A situação do Estado de São Paulo, no momento, é a de uma situação de emergência.

Pensionato para idosos e moças
O Conselho de Nomes Senhores do Estado de São Paulo, no momento, é a de uma situação de emergência. A situação do Estado de São Paulo, no momento, é a de uma situação de emergência.

AS 7 MARAVILHAS AMERICANAS
Tudo que V. senhores desejarem. O Estado de São Paulo, no momento, é a de uma situação de emergência. A situação do Estado de São Paulo, no momento, é a de uma situação de emergência.

STELLA BARROS TURISMO LTDA.
Venda de todos os tipos de turismo. O Estado de São Paulo, no momento, é a de uma situação de emergência. A situação do Estado de São Paulo, no momento, é a de uma situação de emergência.

O REPOUSO DO ARQUEIRO

Você viu as partidas e testou minha? Felix merece um descanso eterno. A Força sentiu isso e obteve o mesmo golpe no Banco Torino reclinado.

Se o Felix, em esse descanso, fechou o gol, imagine agora com o Banco Torino no seu carro.

Banco Reclinável TORINO
Favorável com a legítima preferência.

Reclinação ao gosto
com a legítima preferência.

Reclinação ao gosto
com a legítima preferência.

Reclinação ao gosto
com a legítima preferência.

Reclinação ao gosto
com a legítima preferência.

Reclinação ao gosto
com a legítima preferência.

Reclinação ao gosto
com a legítima preferência.

Reclinação ao gosto
com a legítima preferência.

Reclinação ao gosto
com a legítima preferência.

Reclinação ao gosto
com a legítima preferência.

Reclinação ao gosto
com a legítima preferência.

Reclinação ao gosto
com a legítima preferência.

O *O Estado de São Paulo*, na reportagem “Justiça denuncia escalada”¹⁰⁸, aborda o tema Esquadrão da Morte e as críticas às autoridades públicas do Estado de São Paulo quanto à conivência com os crimes do Esquadrão da Morte. Esses temas são tratados por meio da publicação, na íntegra, do discurso do desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido aos desembargadores.

O desembargador Cantidiano Garcia de Almeida assinala que policiais do Estado, que integram o Esquadrão da Morte – apesar das negativas das autoridades públicas quanto à existência dessa organização criminosa “a despeito negativas paralelas” –, advogaram-se o direito de decidir sobre a vida e morte de indivíduos da cidade de São Paulo, os quais acusados [pelos próprios policiais] de serem marginais “investiram-se elementos da polícia do Estado [...]no poder de vida e morte dos habitantes da cidade de São Paulo, que apodam de marginais”. Segue apontando que a função de julgar “infrações penais” cabe ao Poder Judiciário e não a “meros policiais subalternos”. E reforça a crítica ao fato dos policiais, que integram o Esquadrão da Morte, serem “acobertados” e “apadrinhados” por seus superiores.

Como é do conhecimento dos srs. desembargadores, notório que se oferece o problema, investiram-se elementos da polícia do Estado, a despeito negativas paralelas, no poder de vida e morte dos habitantes da cidade de São Paulo, que apodam de marginais. Possível que o sejam. Mas, a não ser que o sistema político do País tenha, sem nosso conhecimento, se transformado, ainda restaria ao Judiciário o julgamento das infrações penais por aqueles cometidas. Nunca sobraria a meros policiais subalternos, mesmo acobertados pelos respectivos superiores imediatos. (“Justiça denuncia escalada”. *O Estado de São Paulo*. 22.07.1970)

A reportagem prossegue com o discurso do desembargador Cantidiano Garcia de Almeida alertando para o fato da necessidade desses “matadores de marginais” serem punidos, pois esses policiais impunes podem se voltar contra o Judiciário. O que já acontecia em certa medida, pois, eram “apadrinhados” e diante da omissão dos “órgãos superiores” em relação aos crimes do

¹⁰⁸ “Justiça denuncia escala”. *O Estado de São Paulo*, 22.07.2970.

Esquadrão da Morte, os “matadores de marginais” faziam graves críticas ao Poder Judiciário e utilizavam-na como razão para substituí-lo no julgamento e punição daqueles que cometem infrações penais.

Aliás, clamar, pela aplicação da lei, antes que, contra ele próprio se voltem, soberanos, hoje os matadores de marginais e, amanhã, quem sabe, impunes, aqueles que não enxergarão tropeço algum para mais um passo nessa escalada ascendente que percorre. Aliás, já se dão ao desfrute, sempre apadrinhados, sem reação dos órgãos superiores, de espezinhá-lo, pisá-lo, tecendo-lhe críticas acerbas, como razão de substituírem-no, na tarefa constitucional que lhe é atribuída. (“Justiça denuncia escalada”. *O Estado de São Paulo*, 22.07.1970).

A referência do desembargador Cantidiano Garcia de Almeida às críticas de policiais ao Poder Judiciário diz respeito às críticas de que a polícia prende os marginais e passados alguns dias a Justiça os soltam. Essa era uma das justificativas que muitos policiais apresentavam quando defendiam as execuções perpetradas pelos integrantes do Esquadrão da Morte.

Com relação ao "poder" de decidir sobre a vida e morte das pessoas, o Dr. João Benedito de A. Marques¹⁰⁹ relatou a seguinte informação: "Consta até que na Avenida Duque de Caxias tinha um famoso bar do Abrão. Um bar onde eram feitos os julgamentos, com a participação dos policiais, de quem deveria sair de circulação, vamos dizer". Quanto a essa "prática" de policiais decidirem quem iria ser executado, os mesmos explicavam que se baseavam numa "média de melhor qualidade".

Segundo a linguagem dos policiais, somente são executados aqueles que têm uma “média da melhor qualidade”. Isso quer dizer: aqueles que já possuem passagens pela Polícia em número suficiente para a sua morte ser decretada

¹⁰⁹Entrevista realizada em 21.03.2016.

pelos homens do **Esquadrão**. (“Agora, os assassinos estão com medo”. *Jornal da Tarde*, 26.07.1970).

Ainda na mesma reportagem, “Justiça denuncia escalada”, há o subtítulo: *O Juiz Corregedor acusa a Polícia*, em que a matéria apresenta a declaração do Juiz Nelson Fonseca, o qual acusa a polícia de ser a responsável pelos acontecimentos referentes aos assassinatos praticados pelo Esquadrão da Morte.

Segundo o Juiz Nelson Fonseca, a Polícia não colaborava para o esclarecimento dos processos, pois sonegava informações, dificultando o trabalho da Justiça.

A polícia é a grande responsável por todos os acontecimentos que estamos presenciando. Frequentemente, temos solicitado a ajuda de vários órgãos policiais para o esclarecimento de alguns processos. Entretanto, a polícia sonega informações, dificulta o nosso trabalho, impedindo que a verdade venha à tona. (“Justiça denuncia escalada”. *O Estado de São Paulo*, 22.07.1970).

A matéria aborda o conflito entre os membros do Judiciário e o Executivo do Estado de São Paulo reproduzindo a crítica do Juiz Nelson Fonseca às declarações do delegado geral Nemr Jorge, que afirmou que o Esquadrão da Morte era "uma luta entre marginais" (ou seja: para Nemr Jorge não existia Esquadrão da Morte formado por policiais; as mortes ocorriam em consequência de conflitos entre marginais). O Juiz Nelson Fonseca qualifica as declarações do delegado geral Nemr Jorge como "ridículas", na medida em que a Justiça tem provas de que o Esquadrão da Morte era composto por policiais. Inclusive o Juiz Nelson Fonseca destaca que a Justiça possui depoimentos de pessoas que conseguiram escapar do Esquadrão da Morte.

O juiz Nelson Fonseca ficou bastante revoltado com as declarações do delegado geral Nemr Jorge. Ele afirmou que "o Esquadrão da Morte não passa de uma luta entre marginais".

- São ridículas as afirmações do delegado geral Nemr Jorge. Falou como se tudo fosse simplesmente um sonho. Não podemos fugir à realidade. Temos elementos que provam que os integrantes do Esquadrão da Morte são mesmo da polícia. Não é possível que uma autoridade faça uma declaração desse jeito. Particularmente, não temos a menor dúvida que são elementos da polícia. Temos inclusive depoimentos de várias pessoas que conseguiram escapar das mãos desses marginais. O delegado geral disse que não há Esquadrão não sei mais o que pensar. ("Justiça denuncia escalada". *O Estado de São Paulo*, 22.07.1970).

Um caso de uma vítima que sobreviveu à tentativa de assassinato pelos integrantes do Esquadrão da Morte foi de Mário dos Santos, conhecido por "Mário Ladrão". Em depoimento prestado à Justiça, Mário dos Santos relata que em dezembro de 1968 foi pego pelo policial Nelson Querido, que estava acompanhado dos policiais Ademar Augusto de Oliveira (Fininho I), Antônio Augusto de Oliveira (Fininho II) e Belvoir Carpes Fagundes (Gaúcho) e obrigado a entrar num karman Ghia vermelho. Levado à casa de Belvoir Carpes Fagundes foi colocado num pau-de-arara e espancado. Os policiais queriam que Mário dos Santos dissesse onde estavam os traficantes de entorpecentes Geraldo Alves da Silva (Luciano) e Domiciano Antunes Filho (Paraíba). Após cerca de 40 minutos de espancamento, Mário dos Santos foi levado para uma estrada fora de São Paulo. Os policiais mandaram que saísse do carro e corresse. Segundo Mário dos Santos, ele começou a correr e recebeu vários tiros nas costas, quando caiu no chão. De acordo com sua versão, estava agonizando e foi socorrido por um homem que o levou até o Pronto Socorro da Barra Funda. Transferido para Santa Casa de Misericórdia, passou por cirurgia e se recuperou. Internado na Santa Casa de Misericórdia e vítima de tentativa de assassinato, o 23º Distrito Federal Policial precisou abrir inquérito.

Interrogado, Nelson Querido afirmou que prendeu Mário dos Santos porque era um ladrão condenado e tinha um mandato de prisão para ser cumprido. No carro, Mário dos Santos tentou retirar a arma de Nelson Querido e acabou atirando em si mesmo. Segundo o policial, foi ele quem levou Mário dos Santos para o Pronto Socorro. O Corregedor não aceitou a versão de Nelson Querido¹¹⁰.

¹¹⁰ O policial Nelson Querido foi condenado a 7 anos e 6 meses pela tentativa de homicídio de Mário dos Santos.

A matéria prossegue destacando o fato dos policiais, no enterro do investigador Agostinho Gonçalves de Carvalho, terem jurado vingar a morte do policial dando tiros para o alto. Segundo o delegado Nemr Jorge esse fato não ocorreu, teria sido invenção da imprensa e os tiros são uma tradição da polícia. A matéria apresenta a crítica do Juiz Nelson Fonseca à declaração do delegado Nemr Jorge e à atitude dos policiais. O Juiz Nelson Fonseca destaca que nunca soube dessa tradição e que os tiros dados pelos policiais refletem indisciplina na Corporação Policial.

No enterro do investigador Agostinho, policiais à beira do túmulo fizeram várias ameaças. Vários tiros foram dados para o ar. O delegado Nemr Jorge diz que não houve ameaça alguma e que tudo não passava de invenção da imprensa. Afirmou que os tiros são uma tradição. Nelson Fonseca, em sua entrevista, referiu-se às declarações de Nemr Jorge:

- Nunca vi algo assim. É uma tradição que se iniciou agora. Foi uma falta de consideração e respeito, até para o policial morto. É um fato lamentável que demonstra um certo clima de indisciplina na polícia. [...]. (“Justiça denuncia escalada”. *O Estado de São Paulo*, 22.07.1970).

A reportagem segue apresentando a declaração do Juiz Nelson Fonseca, o qual enfatiza que a Justiça não se omitirá quanto aos crimes cometidos pelo Esquadrão da Morte e levará seu trabalho adiante. Porém, o grande problema da Justiça está no fato de não poder contar com a colaboração da polícia para a apuração desses crimes. O Juiz Nelson Fonseca é enfático ao afirmar que há má vontade e tolerância por parte da polícia; a realidade que se apresenta não deixa dúvidas da existência do Esquadrão da Morte.

- O Poder Judiciário não está omissos e levaremos os fatos até as últimas consequências [...]. Não temos elementos para investigar. O Poder Judiciário é um poder estático. Evidentemente não há colaborações da polícia. Há sempre desencontros. Outro dia, solicitei informações a respeito de um processo ao delegado de São Roque. Esse disse que o processo estava com o delegado de Sorocaba. O de Sorocaba disse que estava no DEIC. O DEIC disse que estava

em São Roque. É uma má vontade. Há uma certa tolerância por parte da polícia. [...]. Mas não podemos fugir à realidade. Hoje ninguém mais pode negar a existência do Esquadrão da Morte. (“Justiça denuncia escalada”. *O Estado de São Paulo*, 22.07.1970).

A reportagem do *O Estado de São Paulo* ao abordar as execuções perpetradas pelos integrantes do Esquadrão da Morte, a omissão das autoridades públicas com relação a esses crimes, a urgência na tomada de providências para a apuração dos crimes e punição dos responsáveis e o fato da polícia não colaborar com a Justiça – nas investigações sobre os assassinatos cometidos pelos integrantes do Esquadrão da Morte – apresenta a situação conflituosa instalada entre os membros do Poder Judiciário – empenhados em investigar os assassinatos do Esquadrão da Morte e punir os responsáveis – e as autoridades públicas do Poder Executivo do Estado de São Paulo, que se omitem em relação ao Esquadrão da Morte.

O conflito entre membros do Poder Judiciário e as autoridades públicas do Poder Executivo se evidenciou com o fato de que a Justiça tinha provas da existência do Esquadrão da Morte, que era formado por policiais. Esses policiais estavam assumindo as atribuições da Justiça, advogando-se o direito de punir indivíduos que “julgavam” serem marginais. No entanto, as autoridades públicas eram omissas em relação aos crimes cometidos pelos integrantes do Esquadrão da Morte, ao proteger seus integrantes, negando a existência dessa organização criminosa e negando informações à Justiça.

Quanto à acusação de que as autoridades públicas apoiavam e estimulavam os integrantes do Esquadrão da Morte, é interessante apontar a interpretação de Hélio Pereira Bicudo, para o qual o Esquadrão da Morte foi montado pela Polícia para “servir ao Estado”. Nesse sentido, Hélio Bicudo define o Esquadrão da Morte como um “banditismo orientado pela política”.

Eu acho que o episódio do Esquadrão da Morte não é apenas um episódio de banditismo. É um banditismo orientado pela política. [...]. O Esquadrão da

Morte foi montado pela própria polícia civil, para servir ao Estado. As pessoas que o compunham evidentemente foi o Fleury que escolheu.¹¹¹

A referência ao fato do Esquadrão da Morte servir ao Estado pode ser esclarecida com uma passagem do livro de Hélio Pereira Bicudo:

É que em São Paulo os principais implicados na execução dos crimes do Esquadrão passaram a atuar no campo da polícia política, integrando o sistema de segurança, ao qual transmitiram suas técnicas de ação. (BICUDO, 2002:1).

O Capitão Paz aponta o apoio do governador Roberto de Abreu Sodré ao Esquadrão da Morte. Assinala que aqueles que denunciavam as atividades criminosas do Esquadrão da Morte e o envolvimento de policiais com essa organização eram acusados de comunistas, subversivos e terroristas.

Aqui o Esquadrão da Morte recebeu apoio do governador Roberto de Abreu Sodré. Quem tentava incriminar o Esquadrão da Morte, quem condenava sua prática criminosa, quem contestava as atividades do Esquadrão da Morte era acusado de subversivo, de terrorista, de comunista!¹¹²

¹¹¹ Entrevista concedida em 25.02.2016.

¹¹² Entrevista concedida em 14.07.2017.

A reportagem da *Folha de São Paulo*, “O escândalo não ajuda, diz secretário”¹¹³ apresenta a resposta do Secretário de Segurança Pública, coronel Danilo da Cunha e Mello às denúncias efetuadas pelo Juiz Nelson Fonseca. De imediato, o Secretário de Segurança Pública, coronel Danilo da Cunha e Mello, acusa o Juiz Nelson Fonseca de ter provocado uma celeuma, isto é, um falatório, um tumulto em "torno do Esquadrão da Morte". E segue rebatendo as declarações do Juiz Nelson Fonseca, afirmando que os casos de assassinatos estão sendo investigados, inclusive os que envolvem o Esquadrão da Morte, tanto que, segundo o próprio Juiz Nelson Fonseca, havia 20 sindicâncias abertas à espera de solução. Em outras palavras, o Cel. Danilo da Cunha e Mello responsabilizava a Justiça pela demora na solução dos crimes do Esquadrão da Morte, pois, a polícia estaria efetuando as investigações e passando à Justiça as informações obtidas para a instauração das sindicâncias.

Não fui surpreendido pela celeuma provocada em torno do Esquadrão da Morte em face da representação às autoridades feita pelo Meritíssimo Juiz dr. Nelson Fonseca, mas fiquei estarecido pelo teor e agressividade de algumas das declarações estampadas na imprensa.

A cúpula da Secretaria da Segurança tem cumprido suas atribuições legais, determinando a abertura de inquéritos para a apuração de todos os casos de assassinatos, inclusive quando as vítimas são atribuídas ao Esquadrão da Morte. Infelizmente, não nos foi possível apurar, até o momento, a responsabilidade criminosa em vários casos. Tal fato não pode constituir surpresa, já que o próprio dr. Nelson Fonseca declara que tem mais de 20 sindicâncias abertas sobre o mesmo assunto que ainda não chegaram a uma solução definitiva. (“O escândalo não ajuda, diz secretário”. *Folha de São Paulo*, 24.07.1970).

A reportagem finaliza com o Secretário de Segurança Pública assinalando que as declarações do Juiz Nelson Fonseca não esclareceram nada sobre as atividades do Esquadrão da Morte, que suas palavras foram escandalosas e provocaram um desserviço ao Brasil.

¹¹³ O escândalo não ajuda, diz secretário. *Folha de São Paulo*, 24.07.1970.

Não creio que as declarações do dr. Nelson Fonseca possam elucidar a origem e as atividades do Esquadrão da Morte, mas não tenho dúvidas que o escândalo provocado por suas palavras desserviu ao Estado e ao Brasil. (“O escândalo não ajuda, diz secretário”. *Folha de São Paulo*, 24.07.1970).

A *Folha de São Paulo* publicou a reportagem “Os sintomas de um processo do Esquadrão da Morte”¹¹⁴. A matéria apresenta as razões da apelação do promotor Alberto Marino Jr. contra a sentença do Juiz Manoel A. Veiga de Carvalho, que impronunciou os policiais Sérgio Fernando Paranhos Fleury, Astorige Corrêa de Paula e Silva e João Carlos Tralli, no caso do homicídio de José de Sousa Cruz (Dedé). Na apelação, o Promotor Alberto Marino Jr. afirma a existência do Esquadrão da Morte e acusa o ex-governador Roberto de Abreu Sodré e o ex-secretário de Segurança Pública Hely Lopes Meirelles de terem apoiado e estimulado o prosseguimento das atividades criminosas, pelos integrantes do Esquadrão da Morte.

Não se pode afirmar – continua o promotor Alberto Marino Jr. nas suas razões de apelação – a inexistência do Esquadrão da Morte, apesar dos depoimentos nesse sentido do ex-governador do Estado, Abreu Sodré e do seu secretário da Segurança Hely Lopes Meirelles, ouvidos no processo. Sabe-se apenas que no início das suas atividades foi o bando estimulado a prosseguir com a recomendação de que não estava sozinho. (‘Os sintomas de um processo do Esquadrão da Morte’. *Folha de São Paulo*, 26.07.1973).

O promotor Alberto Marino Jr. aponta a questão da associação das atividades do Esquadrão da Morte às razões de manutenção da ordem pública vigente, referindo-se ao fato do combate à subversão, em especial à figura do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury o qual foi “atualmente convertido em herói nacional”. O promotor assinala que essa associação não tem

¹¹⁴ ‘Os sintomas de um processo do Esquadrão da Morte’. *Folha de São Paulo*. 26.07.1973.

“consistência” e que o seu propósito é encobrir a “violência” e “corrupção” praticadas pelo Esquadrão da Morte.

Quanto ao propósito de relacionar as atividades do Esquadrão da Morte com motivos de preservação da ordem constituída vem sendo colocado em pauta pelos envolvidos, desde há algum tempo, sem nenhuma consistência ou prova, evidenciando apenas o intuito de interpor uma cortina de fumaça à tônica de violência e corrupção que marcava os objetivos do bando. (“Os sintomas de um processo do Esquadrão da Morte”. *Folha de São Paulo*, 26.07.1973).

A reportagem prossegue apresentando as razões da apelação do promotor Alberto Marino Jr. que salienta o fato de que os réus, por serem policiais, mantinham-se impunes, o que os possibilitava permanecer em liberdade. Livres, os policiais praticavam a coação e violências contra as testemunhas. O promotor encerra essa passagem destacando a coragem das testemunhas e a coerência de seus depoimentos.

É obvio – continua o promotor Alberto Marino Jr., nas suas razões de apelação – [...]. A condição de policiais, no caso dos réus, apenas servia de disfarce e proteção para a impunidade [...] a circunstância de os acusados permanecerem em liberdade durante a instrução apenas serviu para aumentar a coação e violências contra as testemunhas que depuseram nestes e em outros processos, testemunhas das quais desejar-se-ia notável coragem, absoluta coerência e nenhuma contradição. (“Os sintomas de um processo do Esquadrão da Morte”. *Folha de São Paulo*, 26.07.1973).

Podemos apontar como exemplo de testemunha que foi coagida o caso do Odilon Machieron de Queirós, o qual presenciou o assassinato de Domiciano Antunes Filho e de Geraldo Alves da Silva. Odilon Machieron de Queirós denunciou os crimes à Justiça. Dias

depois foi preso pela equipe de Sérgio Fernando Paranhos Fleury e redigiu uma retratação negando sua denúncia. Segundo Hélio Bicudo,

Odilon, contudo, alguns dias depois, ter-se-ia retratado dessas acusações, através de carta enviada à Corregedoria dos Presídios e da Polícia, e publicada pela imprensa. Essa retratação – se realmente existiu como tal – é, todavia, irrelevante, sendo óbvio que resultou de inequívocas ameaças ou violências policiais. É que o aludido Odilon, conhecido dos denunciados e “alcagueta” da Polícia, foi preso em condições estranhas, às 3 horas do dia 17 de dezembro [de 1968] e posto à disposição do denunciado Sérgio Fleury, conforme boletim de recolha que instrui a Sindicância anexa, tendo sido retirado do DEIC pelo denunciado Ademar Augusto de Oliveira e levado para a residência deste. Essa retratação, que jamais foi enviada à Corregedoria, como se anunciou, foi publicada pelos jornais de manhã do dia 18, o que importa afirmar fora redigida durante o período de detenção de Odilon ou, logo em seguida, quando se achava sujeito ao denunciado Ademar Augusto de Oliveira, sendo, destarte, inteiramente imprestável ao fim que se destinava. Aliás, tratando-se de pessoa semi-analfabeta, é evidente que só o conteúdo da peça – vasada em razoável português – esclarece a maneira pela qual foi obtida. (BICUDO, 2002:159).

A reportagem finaliza com a declaração do promotor Alberto Marino Jr. destacando, nas suas razões de apelação, as “ameaças” e “represálias” sofridas pelos membros do Poder Judiciário encarregados das investigações dos crimes do Esquadrão da Morte. Refere-se ao Juiz Corregedor Nelson Fonseca e ao Procurador Hélio Pereira Bicudo.

Todas as pessoas – afirma o promotor Alberto Marino Jr. Nas suas razões de apelação – que tiveram a coragem de investigar os casos do Esquadrão da Morte, a começar pelo inelito Juiz Corregedor, na ocasião, pelo ilustre Procurador da Justiça que iniciou as investigações, todos foram objeto de ameaças e frustradas iniciativas de represálias, em verdadeira afronta aos nossos foros de civilização. Se tal ocorria em relação às autoridades judiciárias o que dizer-se das testemunhas que aceitaram depor? (“Os sintomas de um processo do Esquadrão da Morte”. *Folha de São Paulo*, 26.07.1973).

As reportagens estudadas apresentaram o embate travado entre os membros do Poder Judiciário e as autoridades públicas do Estado de São Paulo quanto aos crimes cometidos pelos integrantes do Esquadrão da Morte. Os membros do Poder Judiciário – responsáveis pelos processos do Esquadrão da Morte – trouxeram a público a omissão das autoridades públicas, principalmente do ex-governador Roberto de Abreu Sodré e do ex-secretário de Segurança Pública Hely Lopes Meirelles, na tomada de providências para impedir os assassinatos perpetrados pelo Esquadrão da Morte. Todavia, as autoridades públicas – mesmo diante das provas da existência do Esquadrão da Morte e do fato de ser formado por policiais – permaneceram negando a existência do Esquadrão da Morte e atribuindo os assassinatos a uma luta entre os próprios marginais e quadrilhas de traficantes.

Nesse contexto, é necessário salientarmos a figura do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, integrante do Esquadrão da Morte e acusado de participação em sete assassinatos, que sendo o “homem do *establichment* militar”¹¹⁵ envolvido nos processos do Esquadrão da Morte desabonava as autoridades militares, uma vez que o delegado Sérgio Fleury era relevante para o aparato repressivo do Regime Militar. Segundo Hélio Bicudo¹¹⁶, “Foi por isso que o Exército tentou mostrar que eu era subversivo. Porque o fato dele [Sérgio Fleury] estar sendo processado era um desabono para quem estava por trás dele. Enquanto o Exército estava o Fleury tinha realmente um pé muito grande nessa coisa”. Portanto, negar a existência do Esquadrão da Morte, impedir as investigações sobre seus crimes e aprovar a chamada “Lei Fleury” foram estratégias utilizadas pelas autoridades públicas do Estado de São Paulo e por autoridades militares para proteger o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury.

¹¹⁵ Hélio Pereira Bicudo, entrevista concedida em 25.02.2016.

¹¹⁶ *Idem*.

4.3. Um delegado acima da lei

O jornal *O Estado de São Paulo*, em 24.10.1973, teve sua matéria “Fleury deve apresentar-se hoje” censurada¹¹⁷. A reportagem trata da ordem de prisão contra o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, acusado no processo do homicídio de José de Souza Cruz. A reportagem assinala que o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury irá se apresentar, acompanhado de alguns delegados; aponta que a “cúpula policial” não quis dar esclarecimentos à imprensa, mas que não disfarçava a decepção pela ordem de prisão contra os executores¹¹⁸ de José de Souza Cruz. Além disso, enfatiza que está proibido comentar sobre o assunto da prisão do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury em todas as Delegacias Especializadas do DOPS e nos distritos.

Fleury – que estava em diligência fora do Estado quando tomou conhecimento da decisão do Tribunal – deverá apresentar-se acompanhado do delegado Walter Machado Moraes Suppo e dos presidentes da Associação de Delegados de Polícia do Estado de São Paulo e do Brasil, delegados Ivahir de Freitas Garcia e Ary Bauer, respectivamente. As autoridades ligadas à cúpula policial evitaram ontem maiores contatos com a imprensa, sem, entretanto, disfarçar o desapontamento em face da ordem de prisão expedida contra os autores da execução do traficante José de Souza Cruz - **Dede** - em janeiro de 1969. [...]. Em todas as Delegacias Especializadas, no Departamento de Ordem Política e Social e mesmo nos distritos, o assunto "Fleury" era proibido, além do âmbito restrito dos comentários reservados. (“Fleury deve apresentar-se hoje”. *O Estado de São Paulo*, 24.10.1973).

¹¹⁷ O *O Estado de São Paulo* ficou sob censura a partir de 13 de dezembro de 1968 a 03 de janeiro de 1975.

¹¹⁸ Os investigadores Astorige Corrêa de Paula e João Carlos Tralli.

A reportagem pontua que no Fórum Criminal os membros do Judiciário envolvidos com os processos do Esquadrão da Morte não quiseram se pronunciar a respeito da decretação da prisão do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury.

A pronúncia do delegado Fleury e dos dois investigadores foi também bastante comentada no Fórum Criminal, mas ninguém queria fazer maiores comentários a respeito. O juiz Veiga de Carvalho, da 2ª Vara Auxiliar do Júri, que havia impronunciado os policiais, negou-se a fazer qualquer declaração sobre a decisão do Tribunal de Justiça. O mesmo ocorreu com os promotores Alberto Marino Junior e Djalma Lucio Gabriel Barreto. [...]. (“Fleury deve apresentar-se hoje”. *O Estado de São Paulo*, 24.10.1973)

A matéria do *O Estado de São Paulo* prossegue apresentando a declaração do advogado Alceu de Almeida Gonzaga (defensor do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury e do investigador João Carlos Tralli), que se disse “surpreso” com a decretação da prisão preventiva do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury e do investigador João Carlos Tralli. O advogado ressalta que, segundo a sentença de impronúncia do Juiz Manoel José Arantes Veiga de Carvalho, não há elementos para levar os policiais a julgamento.

O advogado de Fleury e do investigador Tralli, Alceu de Almeida Gonzaga, afirmou que ficou “bastante surpreso” com a decisão do Tribunal. “A sentença de impronúncia proferida pelo juiz Veiga de Carvalho estava bem fundamentada e ele entendia que não havia elementos para mandar os policiais a julgamento”. (“Fleury deve apresentar-se hoje”. *O Estado de São Paulo*, 24.10.1973).

A matéria finaliza com a declaração de Alceu de Almeida Gonzaga de que o processo da morte de José de Souza Cruz “é um processo bom para a defesa” pelo fato do próprio Juiz Manoel

José A. Veiga de Carvalho não ter encontrado elementos no processo para pronunciar e acusar em plenário o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury e o investigador João Carlos Tralli. Em outras palavras, a impronúncia do Juiz Manoel José A. Veiga de Carvalho servirá de argumento na defesa do advogado Alceu de Almeida Gonzaga.

Alceu Gonzaga entende que o processo sobre a morte do traficante "é um processo bom para a defesa", afirmando que "o próprio juiz Veiga de Carvalho não encontrou elementos que justificassem uma pronúncia e uma acusação em plenário". ("Fleury deve apresentar-se hoje". *O Estado de São Paulo*, 24.10.1973)

A mesma reportagem, com o subtítulo *Julgamento dos três deverá ser este ano*, reproduz parte da declaração do Desembargador Antonio Carlos Alves Braga, que deu provimento ao recurso do promotor Alberto Marino Júnior contra a decisão do Juiz Manoel José Arantes Veiga de Carvalho, que impronunciou Sérgio Fernando Paranhos Fleury, Astorige Corrêa de Paula e Silva e João Carlos Tralli no processo de homicídio de José de Souza Cruz.

Conforme o Desembargador Antonio Carlos Alves Braga, há indícios "veementes" que apontam os acusados como responsáveis pela morte de José de Souza Cruz. O Desembargador é explícito ao afirmar que o Esquadrão da Morte é formado por policiais e é liderado pelo delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Assinala que os policiais estão envolvidos com o tráfico de entorpecentes e por isso eliminam "concorrentes e testemunhas incômodas".

Segundo o desembargador Alves Braga, há indícios veementes apontando os acusados - "todos integrantes do Esquadrão da Morte, que tinha por chefe o acusado Fleury" - como os autores da morte de José de Souza Cruz. Para Alves Braga, o Esquadrão da Morte "era um grupo de policiais, chefiados por um delegado de Polícia, a serviço do tráfico de entorpecentes. Esses policiais - disse - interessados no comércio proibido, procuravam eliminar os concorrentes e testemunhas incômodas". (Fleury deve apresentar-se hoje. *O Estado de São Paulo*, 24.10.1973).

Na declaração reproduzida pela reportagem, o Desembargador retoma a questão da tentativa – referência às autoridades públicas – de encobrir as atividades criminosas dos policiais que integram o Esquadrão da Morte, com o combate à subversão. O Desembargador denuncia o envolvimento dos policiais em corrupção – referência à proteção de traficantes de entorpecentes – e novamente o uso do combate à subversão para construir uma imagem positiva diante da Nação.

Pouco importa houvessem esses mesmos policiais se empenhado na luta contra a subversão, não dando tréguas àqueles que vinham intranquilizando o País. Sua coragem física, enfrentando armados os subversivos, não apaga o seu lado negativo, quando se associavam a traficantes para tirar vantagem eliminando àqueles cuja presença os incomodava. Os policiais processados enquanto chafurdavam no lodo da corrupção, mascaravam sua conduta criminosa e imoral, combatendo a subversão. O combate à subversão era para eles o meio de erigir sua imagem positiva aos olhos da Nação [...]. (“Fleury deve apresentar-se hoje”. *O Estado de São Paulo*, 24.10.1973).

No prosseguimento da matéria, temos o enfoque na figura do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. A reportagem apresenta a crítica do Desembargador Antonio Carlos Alves Braga ao promotor Italo Bustamante Paolucci, que, em seu depoimento como testemunha de defesa do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, destacou que o delegado é “um elemento exponencial na manutenção do regime”. O Desembargador questiona o fato de se atribuir a “a sobrevivência do regime” a um delegado de Polícia.

O desembargador Alves Braga continuou afirmando: “Até um promotor, guindado à posição de presidente da CEI, [...] chegou a afirmar que ‘o doutor Fleury é mesmo considerado um elemento exponencial na manutenção do regime’. A preocupação de ressaltar a coragem física desse policial vai a ponto de um funcionário, com a sua alta qualificação e com a responsabilidade de seu cargo, afirmar textualmente que um simples delegado de Polícia com uma equipe de investigadores é um dos sustentáculos do regime. Vale dizer, a

sobrevivência do regime depende de um delegado somente porque, no cumprimento do seu dever, conseguiu matar alguns subversivos". ("Fleury deve apresentar-se hoje". *O Estado de São Paulo*, 24.10.1973).

Por fim, o Desembargador aponta que a razão dos policiais, integrantes do Esquadrão da Morte, para matar José de Souza Cruz é o fato desse saber que esses policiais utilizavam drogas, extorquiam os traficantes e, o que era mais grave, "Dedé" presenciou execuções perpetradas pelo Esquadrão da Morte.

Segundo o desembargador, **Dedé**, sendo traficante e viciado, era ligado ao grupo de policiais do qual faziam parte os denunciados, sob a chefia do doutor Fleury. "Essa ligação – disse – era comprometedora para os policiais, pois também faziam uso de drogas, frequentavam a casa do marginal e participavam de seus lucros. Em razão dessas ligações, **Dedé** sabia muita coisa desse grupo que aparecia com o nome de Esquadrão da Morte. **Dedé** assistira à execução de dois marginais e, quando bebia ou fazia uso de entorpecentes, não fazia segredo". ("Fleury deve apresentar-se hoje". *O Estado de São Paulo*, 24.10.1973).

Figura 13 - Fleury deve apresentar-se hoje

Fleury deve apresentar-se hoje

O delegado, que estava na Guanabara, deve apresentar-se hoje a Justiça

**Julgamento dos três
deverá ser este ano**

[illegible]

O delegado Sérgio Paranhos Fleury e o investigador João Carlos Tralli apresentam-se esta tarde à Justiça. Isso ficou decidido após um encontro do advogado Alceu Gonzaga com o juiz José Fernandes Rama, do 2.º Tribunal de Juízo da Capital, que ontem assinou os mandados de prisão contra o delegado e os dois investigadores, denunciados anteriormente pelo Tribunal de Justiça. Os mandados deverão chegar somente hoje cedo à Polícia.

[illegible][illegible]

Na Justiça

Flavio e sua dupla investigadora foram libertados depois de serem presos no Fórum Criminal, mas não foram acusados de qualquer crime. Os investigadores foram libertados a pedido. O juiz Paulo Henrique de Souza, ao julgar o caso, afirmou que não havia fundamento para a prisão, e que o delegado não havia apresentado nenhuma prova para sustentar a acusação. O juiz também afirmou que o delegado não havia apresentado nenhuma prova para sustentar a acusação.

O delegado de Flávio e de sua dupla investigadora foram libertados depois de serem presos no Fórum Criminal, mas não foram acusados de qualquer crime. Os investigadores foram libertados a pedido. O juiz Paulo Henrique de Souza, ao julgar o caso, afirmou que não havia fundamento para a prisão, e que o delegado não havia apresentado nenhuma prova para sustentar a acusação. O juiz também afirmou que o delegado não havia apresentado nenhuma prova para sustentar a acusação.

O delegado de Flávio e de sua dupla investigadora foram libertados depois de serem presos no Fórum Criminal, mas não foram acusados de qualquer crime. Os investigadores foram libertados a pedido. O juiz Paulo Henrique de Souza, ao julgar o caso, afirmou que não havia fundamento para a prisão, e que o delegado não havia apresentado nenhuma prova para sustentar a acusação. O juiz também afirmou que o delegado não havia apresentado nenhuma prova para sustentar a acusação.

***Hely já admite:
Esquadrão existe***

[illegible]

Recursos

Qualquer medida que possa ser tomada pelos advogados de defesa em relação à decisão do Tribunal, não suspenderá o julgamento que deverá ocorrer nos próximos dois meses. Os réus devem ser presos e aguardar, na prisão, o Juri. A defesa poderia impetrar um habeas

corpus e recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. Também é possível a oposição de embargos de declaração para a própria Câmara que profere a decisão. Os embargos são opostos se o acórdão contiver alguma omissão ou contradição. Tem por finalidade esclarecer ou completar o julgado. "Dentre essas opções — afirmou Alencar — a defesa, após examinar o acor-

...dio, irá tomar uma decisão".

Navigation, Inc.

RADIO

Caixa Econômica Federal
Concorrência Pública N.º 03/73

A CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FEJAL, DE BRASÍLIA, TROCA PUBLICO NAS INTERVENÇÕES QUE FAZ REALIZAR COM CORRENTES PÚBLICAS, SOB REGIME DE EMPRESTADO, BENS, VALORES, LUGARES DE APARTAMENTO, CÔNCELOS, CREDENCIAL, VANTAGEM E DÍGITO: UNIDADES RECONSTITUÍDAS, USANDO 2 (dois) blocos tipo A12 nos artigos 1º e 2º das S.Q.S. 213, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 81

COMISSÃO PERMANENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES

HUMBERTO MARÇAL
De volta à
Bandeirantes.
Todos os dias
5 da tarde.

O BANDEIRANTES

Você não precisa aproveitar uma viagem ao exterior para comprar uma Sheaffer.

Porque agora, as que estão nas melhores lojas estrangeiras, são importadas do Brasil.

Esbanjando sempre essa beleza e acabamento perfeito que constituíram a fama da Sheaffer no mundo inteiro.

E milhões de pessoas de bom gosto as escolherão como um presente de valor.

E é nova a linha Sheaffer.

Apesar de serem feitas com metais nobres, como o ouro e a prata, elas são práticas e resistentes.

Equipadas com simplices cartuchos, evitam a operação de encher a caneta nos

Estas cametas serão agora usadas por um xexex ambe ou um diplomata americano.

E até é possível que um colunista do Times escreva com uma Sheaffer brasileira que estamos forjando nosso futuro com boa letra.

AGORA

EXPORTA

MOS SHE

HAFFER PA

RA QUE E

SCREVA

 

Fala aos pusilânimes

[illegible]

E até é possível que um colunista do Times escreva com uma Sheaffer brasileira que estamos forjando nosso futuro com boa letra.

Você não precisa aproveitar uma viagem ao exterior para comprar uma Sheaffer.

Porque agora, as que estão nas melhores lojas estrangeiras, são importadas do Brasil.

Esbanjando sempre esta beleza e acabamento perfeito que constituíram a fama da Sheaffer no mundo inteiro.

E milhões de pessoas de bom gosto as escolherão como um presente de valor.

E a nova Linha Sheaffer.

Apesar de serem feitas com metais nobres, como o ouro e a prata, elas são práticas e resistentes.

Equipadas com simples cartuchos, evitam a operação de encher a caneta nos

Figueira que estava em diligência fora do Estado quando tomou conhecimento da decisão do Tribunal — deverá apresentar-se no prazo de 15 dias para responder a denúncia do delegado Walter Machado Moraes Tuppo e os dois presidentes da Associação de Dirigentes da Polícia de São Paulo, o delegado João de Deus, delegado do Ivaivir de Freitas Garcia e Ivair Bauer, respectivamente.

16

"Gália ali se verá que nomeada
Co'os Cesáreos triunfos foi no mundo,
Que do Séquana e Rodano é regada,
E do Garuna frio e Reno fundo.
Logo os montes da Ninfa sepultada
Pirene se levantam, que segundo
Antiguidades contam, quando arderam,
Rios de ouro e de prata então correram

17

"Eis aqui se descobre a nobre Espanha,
Como cabeça al de Europa toda,
Em cujo senhorio e glória estranha
Muitas voltas tem dado a fatal roda;
Mas nunca poderá, com força ou manha
A fortuna inquieta pôr-lhe noda,
Que lá não tire o esforço e ousadia
Dos bellicosos peitos que em si cria,

18

"Com Tingitania entesta, e ali parece
Que quer fechar o mar Mediterraneo,
Onde o sabido Estreito se enobrece
Co'o extremo trabalho do Tebano.
Com nações diferentes se engrandece,
Cercadas com as ondas do Oceano;
Todas de tal nobreza e tal valor,
Que qualquer delas cuida que é melhor.

19

"Tem o Tarragonês, que se fez claro
Sujeitando Parténope inquieta;

***Hely já admite:
Esquadrão existe***

O secretário da Segurança Nacional, Celso Amorim, afirmou, que sempre nega a existência de Esquadrão da Morte, e acrescenta: "Se eu existo, ao afirmar que 'o governo não possui Esquadrão da Morte', por certo não estou dizendo a verdade, porque é desagradável. Eu não quero dizer a verdade, porque 'Mas, agora, o caso está na Justiça e prefiro não fazer comentários'".

O esquadreiro Abreu Sodré não quis fazer maiores comentários, alegando que a Câmara Criminal do Tribunal da Justiça que, atualmente, julga o caso, são os desembargadores Plúrio e os investigadores Trajano e José de Fátima, e não o governador, de cidadão ao comparecer a Justiça e dar meu depoimento. Não quero fazer comentários. Portanto, não há mais razão para emitir qualquer opinião sobre o caso e muito menos a mim, o próprio pessoal".

Sodré e Hely Taram, arrastados pelo governador, fizeram a defesa de Investigador Cordeiro no processo sobre a morte de Carlos Roberto de Fátima, e eles prestaram depoimento em 1978.

O Juri. Apesar de ser teste-

munha de Invenção, Sodré não se dá por vencido. Apesar de apenas saber de sua existência pela maledicência das jarnais, "Dedé" não se dá por vencido. Sodré na ocasião — fomos abastados — fez uma longa riposta. A imprensa, porém, não se deu ao trabalho de administrar justiça. E os jornais, com suas mentes limitadas, não tiveram a inteligência de reconhecer a existência no grupo que estivesse de fora.

O governador também fez um eloquio ao delegado Fleury: "O senhor não sabe o que eu tenho encontrado e quero ao mesmo tempo me combato a subestimar".

Mely Lopes, Meireles afirmou, em seu depoimento, que os dois policiais que foram mortos e os policiais foram demitidos por violação de lei e corrupção. Mas, exatamente quando o governador de São Paulo esteve manifestar na Secretaria de Segurança Pública, qualquer grupo de policiais para a execução sumária de manifestação. Em nenhuma oportunidade de qualquer incentivo ou apoio a esta atividade de demitidos. E, portanto, a demissão dos policiais que foram demitidos por violação de lei e corrupção. Mas, exatamente quando o governador de São Paulo esteve manifestar na Secretaria de Segurança Pública, qualquer grupo de policiais para a execução sumária de manifestação. Em nenhuma oportunidade de qualquer incentivo ou apoio a esta atividade de demitidos. E, portanto, a demissão dos policiais que foram demitidos por violação de lei e corrupção.

E em minh'alma — anote
 (canta)
 Os cavalinhos correndo...
 E nós, cavaleiros, comendo...
 Alfonso Reyes partindo...
 E tanta gente ficando...
 Os cavalinhos, correndo...
 E nós, cavaleiros, comendo...
 A Itália falando grosso...
 A Europa se azealhando...
 Os cavalinhos correndo...
 E nós, cavaleiros, comendo...
 O Brasil politicando...
 Nossa! A poesia morrendo...
 O sol tão claro lá fora,
 O sol tão claro, Esmeralda,
 E em minh'alma — anote
 (canta)

A CAIXA ECONOMICA FEDERAL — FILIAL DE BRASÍLIA torna público aos interessados que fará realizar concorrência pública, sob regime de empreitada global, de 2 (dois) blocos de apartamentos totalizando 132 (cento e noventa e duas) unidades residenciais, sendo 2 (dois) blocos tipo A-12 nas projeções 81 e 82 das S.Q.S. 212 e 2 (dois) blocos tipo A-13 nas projeções 83 das S.Q.S. 212 e 86 das S.Q.S. 218 e 1 bloco tipo A-10 na projeção 82 das S.Q.S. 350.

Serão admitidas a concorrer firmas nacionais, cuja atividade social se compreenda no ramo da construção civil, com capital igual ou superior a Cr\$ 70.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros).

O edital dessa concorrência acha-se publicado no DOU n.º 195 de 1973 — seção I, parte II, páginas 3481 e 3482.

Na Comissão Permanente de Compra e Licitações, 9.º andar do edifício sede da Pillat de Brasília, nos dias úteis, das 14 às 18 horas, serão fornecidas cópias do edital e seus anexos, mediante apresentação de comprovante de recolhimento de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) à Seção de Obraça no andar térreo do edifício-sede.

Brasília, 10 de outubro de 1973.

COMISSÃO PERMANENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES

HUMBERTO MARÇAL
De volta à
Bandeirantes.
Todos os dias
5 da tarde.

RADIO BANDEIRANTES

AGORA EXPORTAMOS SHEAFFER PARA QUE ESCRIVAM

Fonte: “Fleury deve apresentar-se hoje”. (24.10.1973). *O Estado de São Paulo*.

A reportagem da *Folha de São Paulo*, “O delegado Sérgio Fleury absolvido por unanimidade”, inicia com a informação da absolvição do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury e do investigador João Carlos Tralli – acusados do assassinato de José de Souza Cruz. Destaca que o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury e o investigador João Carlos Tralli demoraram 4 horas para sair do Tribunal, pois foram cercados por policiais, admiradores e amigos “que faziam questão de felicitá-los”. Ainda reproduz a declaração de Sérgio Fernando Paranhos Fleury, o qual diz que estava certo de sua absolvição porque manteve a fé na Justiça.

Após 14 horas de julgamento, o 11º Tribunal do Júri absolveu, por votação unânime, o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, tido como elemento do “Esquadrão da Morte” paulista e o investigador João Carlos Tralli, acusado de co-autoria no assassinio do traficante de entorpecentes José de Souza Cruz. [...]. Fleury e Tralli somente conseguiram abandonar as dependências daquela Corte Popular depois das 4 horas, pois foram cercados por uma multidão de policiais, amigos e admiradores que faziam questão de felicitá-los. Visivelmente emocionado, Fleury declarou que “já esperava a absolvição, pois em nenhum momento perdi a fé que sempre depusitei no Judiciário Paulista”. (“O delegado Sérgio Fleury absolvido por unanimidade”. *Folha de São Paulo*. 24.11.1974).

Com relação ao depoimento do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, a reportagem destaca o comportamento de Sérgio Fernando Paranhos Fleury enquanto respondia às perguntas do Juiz Manoel José Abranches Veiga de Carvalho. Permaneceu sentado, mas segundo o protocolo deveria ficar em pé, e manteve a voz firme e pausada. Quanto ao fato do tratamento diferenciado concedido ao delegado Sérgio Fleury, Hélio Bicudo¹¹⁹ assinala que: “Eu me lembro que em uma das audiências, o Juiz¹²⁰ que interrogava o Fleury só faltou ajudar o Fleury a sentar na cadeira, cafezinho e tal. Como se fosse uma figura excepcional”.

Indagado sobre o assassinato de José de Souza Cruz, o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury afirmou desconhecer os fatos porque deles não participou e que a “denúncia não é verdadeira”. Sérgio Fernando Paranhos Fleury diz que não sabe porque está sendo processado,

¹¹⁹ Entrevista concedida em 25.02.2016.

¹²⁰ Hélio Bicudo não recorda o nome do Juiz.

na medida em que não conhecia “Dedé”. Sugere que está sendo processado por vingança de marginais, uma vez que todas as testemunhas de acusação são marginais.

O delegado Fleury começa a ser interrogado às 14h05. Permanece sentado durante todo o ato, muito embora pela praxe devesse ficar em pé. As respostas às indagações que lhe são feitas pelo juiz-presidente vem com voz firme e pausada.

- “Não posso narrar sobre os fatos, porque deles não participei. A denúncia não é verdadeira. Não conheci pessoalmente Dedé. Sei, por comentários na polícia que se tratava de marginal, dado ao tráfico de entorpecentes. Não tenho ideia porque estou sendo processado. É possível que se trate de vingança de marginais, uma vez que as testemunhas arroladas, por ocasião da denúncia, eram todos marginais” – diz ele. (“O delegado Sérgio Fleury absolvido por unanimidade”. *Folha de São Paulo*. 24.11.1974).

Quando indagado pelo Juiz sobre o Esquadrão da Morte, o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, a matéria se refere a ele como acusado nesse momento, responde que sabe o que a imprensa publica e que não pertenceria a essa organização devido à sua “formação moral, religiosa, profissional e política”. E questiona a existência do Esquadrão da Morte.

- “O que o Sr. sabe sobre o “Esquadrão da Morte” – indaga o juiz. A resposta do acusado vem pronta: - “Sei apenas o que a imprensa publica. Jamais poderia pertencer a uma organização desse tipo, pela minha formação moral, religiosa, profissional e política, se é que essa entidade existe”. (“O delegado Sérgio Fleury absolvido por unanimidade”. *Folha de São Paulo*. 24.11.1974).

A reportagem passa a apresentar os argumentos da acusação, representada pelo Promotor Leão Vidal Sion, o qual assinala que o objetivo do Judiciário é “entregar à Justiça pessoas que tem contas a ajustar com ela”. Prossegue acusando o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury como o membro mais atuante do Esquadrão da Morte.

O promotor inicia sua acusação com a leitura da denúncia e do libelo acusatório, enfatizando que “queremos entregar à Justiça pessoas que tem contas a ajustar com ela”. Aponta Fleury como “um dos participantes mais ativos” do “Esquadrão da Morte”. (“O delegado Sérgio Fleury absolvido por unanimidade”. *Folha de São Paulo*. 24.11.1974).

O Promotor destaca que as testemunhas de acusação, na maioria marginais presos, sofrem ameaças para que deixem de depor, como também membros do Poder Judiciário têm sofrido ameaças dos integrantes do Esquadrão da Morte. O Promotor cita como exemplo o Juiz Nelson Fonseca.

Afirmou o promotor que, em todo o processo, a tônica são as ameaças feitas às testemunhas de acusação, em sua maioria marginais encarcerados, visando a silenciá-las. Lê uma longa série de depoimentos nesse sentido, para terminar dizendo que até o juiz Nelson Fonseca que em certo período presidiu as sindicâncias contra o “Esquadrão”, foi ameaçado, bem como outros membros do Judiciário, conforme comunicação endereçada pelo aludido magistrado ao presidente do Tribunal de Justiça. (“O delegado Sérgio Fleury absolvido por unanimidade”. *Folha de São Paulo*. 24.11.1974).

Dada a palavra à defesa, os advogados Alceu de Almeida Gonzaga e Waldir Troncoso Peres utilizaram como mecanismo de argumentação a desqualificação da testemunha de acusação, que era o ladrão de automóveis Hélio Rubens de Carvalho. Segundo seu depoimento, presenciou o transporte do cadáver de José de Souza Cruz – que foi colocado no porta-malas de um Sima, dentro de um saco a mando do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Também acusou a Corregedoria de favorecer prisioneiros para que esses passassem a fazer acusações a policiais.

Com a palavra do advogado de defesa Alceu Gonzaga que se concentrou, principalmente, em desmoralizar os depoimentos de Hélio Rubens, apontando-o como “corrupto, corruptor e falsário”. [...]. Diz que a partir de 1970, as testemunhas contra o “Esquadrão” começaram a “obter favores na Corregedoria”, como prisão albergue, transferência para colônias penais etc. A notícia circulou nas cadeias e, assim, virou moda entre os presos acusar policiais, para obter regalias. (“O delegado Sérgio Fleury absolvido por unanimidade”. *Folha de São Paulo*. 24.11.1974).

Na reportagem do *O Estado de São Paulo*, “Júri absolve Fleury em Barueri¹²¹”, o assunto abordado são os argumentos da acusação, representada pela promotora Maria Cláudia Foz, e os argumentos de defesa dos advogados Alceu de Almeida Gonzaga e Waldir Troncoso Peres, referentes ao réu Sérgio Fernando Paranhos Fleury. A matéria inicia destacando a absolvição dos réus Sérgio Fernando Paranhos Fleury, João Carlos Tralli e José Campos Correa Filho, os quais foram acusados do assassinato de Domiciano Antunes Filho, Geraldo Alves da Silva e Paulo Marco Vit. Interessante observar que a reportagem aponta que a absolvição dos réus já era esperada.

Por sete votos a zero e depois de 21 horas de julgamento, que somente terminou às 5 e 30 da madrugada de ontem, os jurados da Comarca de Barueri absolveram o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury e os investigadores João Carlos Tralli e José Campos Correa Filho, o **Campeão**, acusados do assassinio dos traficantes de entorpecentes Domiciano Antunes Filho, o **Luciano**, Geraldo Alves da Silva, **Paraíba**, e Paulo Marco Vit, que a defesa provou estar vivo. A absolvição dos réus já era esperada, embora os jurados tenham demorado cerca de uma hora e meia para proferir a decisão. (“Júri absolve Fleury em Barueri”. *O Estado de São Paulo*, 02.10.1977).

¹²¹ Júri absolve Fleury em Barueri. *O Estado de São Paulo*, 02.10.1977.

Em relação à essa absolvição, o Dr. João Benedito de A. Marques nos relatou um fato relevante em que a promotora Maria Cláudia Foz vinha sofrendo ameaças, devido ao processo de Barueri, e que no dia do julgamento o júri foi intimidado com o cerco da polícia civil no prédio do Fórum de Barueri. Em seu relato, o Dr. João Benedito de A. Marques destaca o fato do delegado Sérgio Fleury ter o apoio do Regime Militar.

A Maria Claudia foi ameaçada, especificamente, pelo Fleury. Ela fez Júri, ela acusou e tiveram que dar segurança para ela no dia do Júri. Ela acusou o Fleury. Ela foi uma mulher de grande coragem. Ela foi ameaçada. O pessoal não tinha limites. Ela perdeu o júri, que foram ameaçados e estavam apavorados. O prédio foi cercado, no dia do julgamento pela polícia civil. Na verdade naquela época, com as costas quentes da Ditadura Militar... e o Fleury que tinha o apoio da Ditadura Militar na época¹²².

Apontando justamente essa situação relatada pelo Dr. João Benedito de A. Marques, a matéria traz a declaração da promotora Maria Cláudia Foz aos jurados sobre o fato de ter recebido ameaças. E que devido a essas ameaças solicitou o desaforamento do processo¹²³.

Vou confessar uma coisa com toda lealdade e franqueza. Após as ameaças que recebi, senti medo. Muito medo. Talvez um promotor não confessasse isso aos senhores. E foi por isso que pedi ao Tribunal de Justiça de São Paulo o desaforamento do processo. Com isso quis salvaguardar a consciência de todos vocês”. Em seguida, a promotora leu o ofício encaminhado ao Tribunal “para

¹²² Entrevista concedida em 21.03.2016.

¹²³ O desaforamento do processo consiste no deslocamento da competência de uma comarca para outra, para que nesta seja realizado o julgamento pelo Tribunal do Júri. Segundo o *caput* 427, do Código de Processo Penal:

Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, [...] poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas. (Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br>).

que todos tomem conhecimento”. (“Júri absolve Fleury em Barueri”. *O Estado de São Paulo*, 02.10.1977).

A matéria prossegue apresentando as acusações da Promotora ao delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Maria Cláudia Foz aponta que José Alves da Silva – o Zé Guarda¹²⁴ – fazia “certos servicinhos” para o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Esses “servicinhos” seriam o recebimento do “arreglo” – dinheiro pago por traficantes aos policiais para que esses não “incomodassem” o comércio de entorpecentes. A Promotora Maria Cláudia Foz destaca que o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury não saía do carro para pegar dinheiro com traficantes, deixando tal função a cargo dos investigadores. A promotora segue com seus argumentos afirmando que o Esquadrão da Morte surgiu no DEIC (Departamento de Investigações Criminais), assinalando que era do DEIC que os presos eram retirados para serem executados pelos integrantes do Esquadrão da Morte. E salienta: “O mesmo DEIC onde o doutor Fleury agora é diretor”. A promotora Maria Cláudia Foz ainda indaga o fato de como o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury tornou-se diretor do DEIC estando envolvido em diversos processos do Esquadrão da Morte. Após essa indagação, a Promotora Maria Cláudia Foz pede aos jurados que votem com consciência.

Maria Cláudia contou, então, que José Alves da Silva, o **Zé Guarda**, outro elemento acusado de pertencer ao Esquadrão da Morte, fazia “certos servicinhos” com o delegado Sérgio Fleury, que se manteve calmo durante todo o transcorrer do júri. “A senhora vai provar que eles eram amigos” – disse Alceu Gonzaga, acrescentando: “E nós vamos esclarecer o que o Ministério Público tem feito. A senhora está provocando. [...]”. Maria Cláudia continuou a ler alguns depoimentos [...]. Concluiu afirmando que não entendia como Fleury conseguiu ser diretor do DEIC sendo acusado em tantos processos. “Peço aos senhores que votem com a consciência”. (“Júri absolve Fleury em Barueri”. *O Estado de São Paulo*, 02.10.1977).

¹²⁴ José Alves da Silva foi condenado a 19 anos e 11 meses pelo assassinato de Cláudio José Faria (Claudião). Era 3º Sargento da Polícia Militar.

Com relação aos argumentos da defesa, a reportagem não reproduz trechos da defesa do advogado Alceu de Almeida Gonzaga e destaca que ele foi “bastante feliz em sua defesa”, conseguindo contestar os argumentos da Promotora Maria Cláudia Foz. A matéria expõe a tática do advogado que foi de desqualificar as testemunhas de acusação, como foi o caso do Padre Agostinho, que segundo Alceu de Almeida Gonzaga era amigo de marginais.

Alceu de Almeida Gonzaga, bastante feliz em sua defesa, conseguiu rebater a maioria dos argumentos da promotora Foz [...]. Mais adiante, Alceu Gonzaga falou do padre Agostinho, cujo verdadeiro nome é Marcelo Duarte Azevedo. “Sabem que é esse padre? É testemunha de defesa do João Conto. Aquele bandido que assaltou um ônibus, roubou os passageiros e, para finalizar, estuprou uma mocinha. Esse Marcelo Duarte Azevedo era também amiguinho do marginal Vivicananda. Este foi quem matou uma professora que estava com os dois filhos, para roubar seu carro”. (“Júri absolve Fleury em Barueri”. *O Estado de São Paulo*, 02.10.1977).

No caso do advogado Waldir Troncoso Peres, a matéria reproduziu seus argumentos para a defesa do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, destacando os elogios feitos pelo advogado Waldir Troncoso ao delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Enfatiza, brevemente, a trajetória do delegado, que ficou órfão aos 11 anos de idade e tornou-se Diretor do DEIC aos 44 anos. Assinalou que Sérgio Fernando Paranhos Fleury é o “inimigo número um do crime”, que participou da resolução de “casos difíceis” e que o julgamento diz respeito a “um homem sério”.

Troncoso Peres voltou a fazer novos elogios ao delegado: “Um menino que ficou órfão aos 11 anos de idade, que se casou aos 20 anos, e que com 44 anos consegue ser diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais”. [...]. Ressaltou que Fleury é o inimigo número um do crime, “pois é dotado de maior talento que os demais”. Mencionou todos os casos difíceis que o delegado participou e disse aos jurados que “tudo aquilo não era brincadeira, pois estamos julgando um homem sério”. (“Júri absolve Fleury em Barueri”. *O Estado de São Paulo*, 02.10.1977).

A reportagem destaca na conclusão de Waldir Troncoso seu pedido aos jurados para que pensem e não julguem pela emoção, porque os réus são inocentes e por isso têm o direito à liberdade.

[...]. Troncoso Peres concluiu solicitando aos jurados que parassem um pouco para pensar antes de votarem. “Tenho muito medo de julgamentos emocionais. Os réus têm direito à liberdade porque são inocentes”. (“Júri absolve Fleury em Barueri”. *O Estado de São Paulo*, 02.10.1977).

A reportagem da *Folha de São Paulo*, “Juiz decreta a prisão de Fleury¹²⁵”, informa sobre a decretação da prisão preventiva do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, que está sendo acusado, juntamente com os policiais José Campos Correia Filho, Antonio Augusto de Oliveira, João Carlos Tralli e João Bruno, pelos assassinatos de Antonio Rodrigues Dalava, Marcos Petrofesa e Antonio Mendonça. Os assassinatos aconteceram em dezembro de 1968, em Guarulhos.

¹²⁵ Juiz decreta a prisão de Fleury. *Folha de São Paulo*. 22.02.1978.

A reportagem segue destacando a atitude do Secretário de Segurança Pública, o Cel. Antônio Erasmo Dias, o qual afirmou que tomará as providências legais somente quando “tomar conhecimento legalmente” da decretação da prisão do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury pelo Poder Judiciário.

O Secretário de Segurança Pública, coronel Antônio Erasmo Dias, evitou falar, ontem, da decretação da prisão preventiva contra Sérgio Fleury, e limitou-se a uma lacônica informação: “Na minha mão não chegou nada”. Depois o coronel Erasmo Dias acrescentou: “Na hora em que eu tomar conhecimento, oficialmente, da determinação do Poder Judiciário, eu vou cumpri-la porque eu sou um servo da lei”. (“Juiz decreta a prisão de Fleury”. *Folha de São Paulo*, 22.02.1978).

A matéria aponta uma questão delicada para as autoridades públicas do Estado de São Paulo: o fato de que a prisão preventiva do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury deverá ser cumprida pelo delegado da Divisão de Capturas do DEIC – o delegado Ari José Bauer, o qual é subordinado ao diretor do DEIC, que é o próprio delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. De acordo com a reportagem, o delegado titular da Divisão de Capturas Ari Bauer passará o problema para o Cel. Antônio Erasmo Dias.

Recebendo o mandado de prisão, a Divisão de Capturas, que fica no sexto andar do prédio do DEIC, terá que o cumprir, prendendo o delegado Sérgio Fleury, que tem o seu gabinete de trabalho no quinto andar do mesmo prédio. Ontem, nos corredores do DEIC, comentava-se como agirá, hoje, o delegado Ari Bauer, que é titular da Divisão de Capturas, porém, subordinado e homem de confiança de Sérgio Fleury, diretor do DEIC e responsável pela promoção de Ari Bauer àquele cargo na divisão de Capturas. Tudo indica que, ao receber o mandato de prisão contra Sérgio Fleury, o delegado Ari Bauer entrará em contato com o Secretário da Segurança Pública, Coronel Erasmo Dias, passando o problema para as suas mãos. (“Juiz decreta a prisão de Fleury”. *Folha de São Paulo*, 22.02.1978).

Com o subtítulo *Egydio Silencia*, a matéria comenta a repercussão da notícia da decretação da prisão do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury para o governador do Estado de São Paulo Paulo Egydio Martins (1975 -1979). Segundo a reportagem, o governador não quis fazer declarações à imprensa sobre a decretação da prisão preventiva, como também não comentou sobre “os rumores” de que tivesse conversado sobre o evento com o ex-governador Laudo Natel e o Ministro da Fazenda Delfim Neto.

O governador Paulo Egídio, negando-se a manter contato com a imprensa ontem, evitou comentar a decretação da prisão preventiva do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, determinada pelo juiz Antônio Filardi Luís. Paulo Egídio [...] por mais que os jornalistas insistissem, inclusive para tentar esclarecer os rumores de que ele mantivera encontro com o ex-governador Laudo Natel e com o ex-ministro da Fazenda Delfim Neto, o governador manteve-se irredutível, mandando avisar, através de membros de sua segurança, que não receberia a imprensa. (“Juiz decreta a prisão de Fleury”. *Folha de São Paulo*, 22.02.1978).

A matéria prossegue apresentando a declaração do Procurador Hélio Bicudo com relação à sentença do Juiz Antônio Filardi Luís. Hélio Bicudo assinala que a decretação da prisão preventiva foi uma consequência da lucidez da Justiça em relação à lei. Não seria legítimo aplicar a Lei “Fleury” a um homem violento como o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury.

A sentença aplicada pelo juiz Antônio Filardi Luís, decretando prisão preventiva ao delegado Sérgio Paranhos Fleury, diretor do DEIC – Departamento Estadual de Investigações Criminais – de São Paulo foi recebida com serenidade pelo procurador Hélio Bicudo, em sua residência, ontem à noite. [...]. Considerou a ordem judicial mais um problema de clarividência com relação à lei [...]. “Não se pode aplicar a Lei Fleury em quem não tem bons antecedentes nem é réu primário, Fleury é um homem conhecidamente violento”. (“Juiz decreta a prisão de Fleury”. *Folha de São Paulo*, 22.02.1978).

Importante ressaltarmos que a Lei 5.491, de 22 de novembro de 1973, que ficou conhecida como Lei “Fleury”, foi criada justamente quando da decretação da prisão do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. De acordo com essa lei, se o réu fosse primário e de bons antecedentes poderia permanecer em liberdade. A lei determinou que:

LEI Nº 5.941, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1973.

Altera os artigos 408, 474, 594 e 596, do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Os artigos 408, 474, 594 e 596, do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 408. Se o juiz se convencer da existência do crime e de indícios de que o réu seja o seu autor, pronuncia-lo-á, dando os motivos do seu convencimento.

§ 1º Na sentença de pronúncia o juiz declarará o dispositivo legal em cuja sanção julgar incurso o réu, mandará lançar-lhe o nome no rol dos culpados, recomenda-lo-á na prisão em que se achar, ou expedirá as ordens necessárias para sua captura.

§ 2º Se o réu for primário e de bons antecedentes, poderá o juiz deixar de decretar-lhe a prisão ou revogá-la, já se encontre preso.

§ 3º Se o crime for afiançável, será, desde logo, arbitrado o valor da fiança, que constará do mandado de prisão.

§ 4º O juiz não ficará adstrito à classificação do crime, feita na queixa ou denúncia, embora fique o réu sujeito à pena mais grave, atendido, se for o caso, o disposto no artigo 410 e seu parágrafo.

§ 5º Se dos autos constarem elementos de culpabilidade de outros indivíduos não compreendidos na queixa ou na denúncia, o juiz, ao preferir a decisão de pronúncia ou impronúncia, ordenará que os autos voltem ao Ministério Público, para aditamento da peça inicial do processo e demais diligências do sumário.

(www.planalto.org.br).

A matéria finaliza com algumas declarações de vereadores emedebistas comemorando a decretação da prisão preventiva do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Para o vereador Eurípedes Sales, a decretação da prisão preventiva do delegado reflete o processo de abertura política do Brasil.

Outro vereador emedebista, Eurípedes Sales, que militou no foro criminal nos últimos dez anos e disse conhecer quase todos os processos do Esquadrão da Morte, afirmou: “Politicamente, a decretação da prisão preventiva contra Fleury se constitui em mais um dos reflexos da abertura política sempre defendida pelo MDB e com o sacrifício de vários dos seus membros”, disse ainda Eurípedes Sales. (“Juiz decreta a prisão de Fleury”. *Folha de São Paulo*, 22.02.1978).

Ao conceder destaque à figura do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, as reportagens assinalaram uma questão relevante: a estratégia dos advogados de defesa do delegado Sérgio Fleury, que procuravam encobrir as atividades criminosas do Esquadrão da Morte destacando a importância do trabalho de Sérgio Fleury no combate aos denominados “subversivos”, chegando ao ponto de atribuir a própria manutenção do Regime Militar ao delegado Sérgio Fleury. Com relação à estratégia de manter uma imagem positiva de Sérgio Fleury, compreendemos que o envolvimento de Sérgio Fernando Paranhos Fleury causou preocupação às autoridades públicas e aos militares, pois, de acordo com Hélio Bicudo¹²⁶:

Ele [Fleury] era “pau mandado” desse pessoal. Ele foi cooptado pelos militares, inclusive para fazer algumas diligências fora do Brasil. Então ele [Fleury] era um homem do sistema. E eu me lembro nessa ocasião do pessoal do Esquadrão, a posição do II Exército era, inteiramente, favorável ao Fleury. E eles achando que eu estava exorbitando. Tanto que nessa havia um jornalista, que trabalhava no Estadão que era meu amigo, e me disse: “*olha Hélio tem um oficial do Exército, um coronel, que gostaria de conversar com você a respeito do Esquadrão da Morte, ele quer ser bem informado*”.

Em relação a esse evento narrado por Hélio Bicudo, Percival de Souza relata que o coronel foi Walter Faustine, chefe do Serviço Nacional de Informações, o qual alertou Hélio Bicudo para não perseguir o delegado Sérgio Fleury, pois esse era o “símbolo da Segurança

¹²⁶ Entrevista concedida em 25.02. 2016.

Nacional” do país. Segundo Percival de Souza¹²⁷,

E aqui em São Paulo o chefe do SNI era um coronel do Exército o Walter Faustine. Nessas histórias com o Esquadrão da Morte, Bicudo me contou que o Faustine o chamou no SNI, e disse: *“você está perseguindo um homem, símbolo da Segurança Nacional do Brasil, o Fleury. Você precisa parar de fazer isso, porque você está prestando um desserviço ao Brasil”*.

¹²⁷ Entrevista concedida em 12.06.2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou contribuir para a compreensão sobre o Esquadrão da Morte da cidade de São Paulo através do estudo de reportagens dos jornais *Jornal da Tarde*, *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo* no período de novembro de 1968 a dezembro de 1978.

No período de novembro de 1968 a julho de 1970, constatamos que as reportagens representaram o Esquadrão da Morte como uma organização composta por policiais e formada para vingar a morte do investigador Davi Romero Parré, morto num tiroteio. Supostamente, o responsável pela morte do investigador foi Carlos Eduardo da Silva, o “Saponga”. A justificativa da vingança para os assassinatos cometidos pelo Esquadrão da Morte foi retomada em julho de 1970, devido à morte do investigador Agostinho Gonçalves Carvalho, morto num tiroteio por Adjuvan Nunes, o “Guri”.

No entanto, devemos assinalar que foram centenas as execuções sumárias perpetradas pelos integrantes do Esquadrão da Morte. Segundo o Dr. João Benedito de Azevedo Marques, “nesse período de 1968 a 1970, o Esquadrão da Morte matou em São Paulo mais ou menos 200 pessoas. Criminosos comuns, crime contra o patrimônio, basicamente assalto”.¹²⁸

Entretanto, as reportagens apresentaram junto à proposição da vingança a justificativa de que o Esquadrão da Morte prestava um bem à sociedade, na medida em que a eliminação de criminosos “perigosos” e “irrecuperáveis” funcionava como exemplo e um aviso para os criminosos de que a polícia utilizaria todos os meios necessários para diminuir a criminalidade e proteger a sociedade.

Porém, segundo a pesquisadora Martha K. Huggins, a origem dos Esquadrões da Morte está relacionada ao processo de degenerescência das Instituições Policiais. Segundo Huggins, a colaboração estadunidense no treinamento, profissionalização e especialização das Polícias resultou na formação de grupos especiais de policiais que teriam autorização para eliminar os marginais considerados perigosos e irrecuperáveis. Exemplo disso, foi a criação do Esquadrão Motorizado, no Rio de Janeiro, e as formação das Patrulhas Motorizadas da Polícia Civil, no Estado de São Paulo.

De acordo com Huggins, o processo de degenerescência se configurou à medida que esses grupos especiais de policiais adquirem um *status* de liberdade e autonomia em suas ações e

¹²⁸ Entrevista concedida em 21.03.2016.

passam a agir com arbitrariedade e violência, se envolvendo em assassinatos e esquemas de corrupção.

Porém, que a partir de meados dos anos de 1970 os jornais assumem uma nova postura com relação ao Esquadrão da Morte. Verificamos que as reportagens passaram a apresentar a incoerência das autoridades públicas do Poder Executivo do Estado de São Paulo, particularmente o ex-governador Roberto de Abreu Sodré e o ex-secretário de Segurança Pública Hely Lopes Meirelles, em continuarem negando a existência do Esquadrão da Morte num contexto em que as investigações promovidas pelo Ministério Público, representado pelo Procurador Hélio Pereira Bicudo, e pela Corregedoria Geral dos Presídios e da Polícia Judiciária, representada pelo Juiz Nelson Fonseca, apresentavam provas sobre a existência do Esquadrão da Morte, os policiais que o integravam e os assassinatos que cometeram.

Com relação ao delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury as matérias expuseram o esforço do Judiciário para punir Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Reproduzindo os depoimentos de Sérgio Fernando Paranhos Fleury e o seu comportamento no Tribunal, as reportagens apresentaram a certeza da impunidade em seu discurso. Enquanto homem do *establishment* militar, conforme assinalou Hélio Bicudo, e transformado em “herói” nacional por eliminar os opositores do Regime Militar, o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury se mostrava convicto de sua absolvição. Estava correto: foi absolvido nos julgamentos do qual foi réu. E após a sua morte foi absolvido de todos os processos em que era acusado.

As matérias reproduziram os debates travados entre promotores e advogados de defesa, revelando o esforço da defesa em defender o indefensável, a qual se utilizou do argumento de que Sérgio Fernando Paranhos Fleury era um homem corajoso no combate aos denominados “subversivos” para encobrir seus crimes como integrante do Esquadrão da Morte. As reportagens reproduziram os discursos dos promotores empenhados na luta para punir o citado delegado – o “diamante da repressão”, como apontou o jornalista Percival de Souza. Esses promotores apresentaram provas do envolvimento do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury com tráfico de entorpecentes, corrupção e assassinatos.

Os membros do Poder Judiciário envolvidos com as investigações e com os processos do Esquadrão da Morte sofreram pressões e tiveram suas vidas ameaçadas. Em 30 de julho de 1970, o jornal *Folha de São Paulo* publicou a seguinte reportagem:

O promotor Hélio Pereira Bicudo designado pela Procuradoria Geral de São Paulo para investigar a atividade do Esquadrão da Morte no Estado, foi ameaçado de morte terça-feira, informou ontem no Rio fonte credenciada do Ministério da Justiça. Uma pessoa que se identificou como membro do Esquadrão telefonou ao promotor aconselhando-o a encerrar as denúncias e investigações, sob pena de morte. (Esquadrão ameaça matar Bicudo. *Folha de São Paulo*, 30.07.1970)

No entanto, seguiram adiante levando ao Tribunal do Júri Popular policiais que compunham o aparato repressivo do Regime Militar, sobretudo o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Poucos foram punidos e muitos absolvidos, mas o trabalho incansável dos membros do Poder Judiciário para punir os integrantes do Esquadrão da Morte foi levado à público pelos jornais. Jornais que cumpriram seu papel, apesar de num primeiro momento apresentarem uma postura positiva em relação ao pelo Esquadrão da Morte, posteriormente assumiram uma postura denunciadora e solidária ao Poder Judiciário.

REFERÊNCIAS¹²⁹

Fontes

1. Jornal da Tarde

Matérias retiradas do Acervo do *Jornal da Tarde*

“Assim o Esquadrão marca os bandidos que devem morrer”. (30.11.1968).

“O Esquadrão está atrasado”. (05.12.1968)

“Saponga quer entregar-se”. (05.12.1968).

“É o Esquadrão da Morte em campo”. (07.12.1968).

“Um ‘Sindicato do Crime’ para vingar as mortes atribuídas ao grupo chamado ‘Esquadrão da Morte preocupa policiais’”. (11.03.1969).

“De quem são os dois cadáveres?” (31.03.1969).

“Sete mortos de uma vez?” (22.04.1969).

“Um esquadrão de cinco ou seis?” (03.05.1969).

“Esquadrão faz mais 3 vítimas”. (05.01.1970).

“Esquadrão é réu de novo”. (07.01.1970).

“Câmara aplaude Bicudo e Fonseca”. (15.01.1970).

“Esquadrão, apresente-se ao Exército”. (31.01.1970).

“Esquadrão fez outra vítima”. (08.02.1970).

“Outra vítima do esquadrão”. (09.02.1970).

¹²⁹ Conforme ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – Referências – Elaboração, 2002.

“Como acusar o perigo à frente?” (08.03.1970).

“À sombra dos Esquadrões da Morte”. (10.03.1970).

“Comissão é criada”. (20.03.1970).

“Esquadrão da Morte existe”. (24.03.1970).

“O Esquadrão nega seus crimes e mata de novo”. (30.03.1970).

“Procurador julga a denúncia procedente”. (07.04.1970).

“O Esquadrão matou 150. Agora pode morrer”. (17.04.1970).

“Um ladrão mata um investigador e é morto pela polícia. Está criado do Esquadrão”. (20.04.1970).

“2 denúncias contra Fleury”. (20.05.1970)

“Uma união entre Rio e São Paulo, para matar” (14.07.1970).

“A morte no caminho de Guri”. (20.07.1970).

“Guri já está se despedindo dos amigos: sabe que vai morrer”. (21.07.1970).

“E assim mataram Guri”. (22.07.1970).

“Palavra oficial: existe mesmo o esquadrão”. (23.07.1970).

“O Governo escapa do Esquadrão?” (23.07.1970).

“Uma pequena lembrança para cada assassino”. (24.07.1970).

“Todos contra os assassinos”. (25.07.1970).

“Agora os assassinos estão com medo”. (26.07.1970).

“O governo vai cercando os assassinos”. (28.07.1970).

“Remetente: um condenado à morte”. (29.07.1970).

“Polícia em defesa do Esquadrão”. (17.08.1970).

“Esquadrão, apresente-se ao Exército”. (30.08.1970).

“O que a Justiça sabe do esquadrão?” (17.09.1970).

“A defesa do Esquadrão”. (22.09.70).

“O Esquadrão tenta provar que não mata”. (06.10.1970).

“A fala do M. da Justiça”. (11.12.1970).

“Justiça quer dados sobre o Esquadrão”. (13.12.1970).

“Esquadrão no banco dos réus outra vez”. (15.12.1970).

“Uma nova denúncia contra o Esquadrão”. (17.02.1971).

“Como é o nosso Esquadrão”. (20.12.1970)

“Porque fazer segredos desses crimes?” (04.01.1971).

“Os interesses do Esquadrão”. (04.02.1971).

“Fleury quer um habeas-corpus do Supremo”. (04.03.1971).

“O inquérito responde estas questões?” (08.03.1971).

“Volta a S.Paulo o processo de Fleury”. (15.04.1971)

“Fleury ganhou mais alguns dias”. (29.04.1971).

“Julgamento de Fleury no Supremo será hoje”. (13.05.1971).

“O Esquadrão derrotado na Justiça. Não haverá habeas-corpus para o delegado Sérgio Fleury: a decisão é da maioria dos Ministros”. (27.05.1971).

“Os interesses do Esquadrão”. (29.05.1971).

“Esquadrão da Morte. Como entender este caso”. (13.07.1971).

“Quanto o Esquadrão matou? Uns 190 mais ou menos?” (28.08.1971)

“Há argumentos para absolver o Esquadrão?” (14.10.1971).

“Pergunta: o senhor é do Esquadrão?” (17.10.1971).

“Negado habeas-corpus a Fleury”. (26.11.71).

“Esquadrão ainda insiste em negar”. (27.11.1971).

“Esquadrão no banco dos réus outra vez”. (15.12.1971).

2. *Folha de São Paulo*

As matérias citadas abaixo se encontram disponíveis em: acervo.folha.uol.com.br

“Esse Esquadrão existe ou não?” (28.11.1968).

“Terceiro morre mas Hely nega que haja Esquadrão da Morte”. (02.12.1968).

“O Secretário da Segurança considera-se vítima da imprensa”. (05.12.1968).

“Mais cadáveres e novas acusações ao Esquadrão da Morte”. (07.12.1968).

“Esquadrão pretende parar as execuções”. (10.12.1968).

“Secretário reafirma que Esquadrão”. (14.12.1968).

“Esquadrão teria começado em 1956”. (15.12.1968).

“Fuzilado Saponga com dezenove tiros pelo Esquadrão da Morte”. (09.01.1969).

“Corpo de Saponga entregue à família, deverá ser sepultado hoje em Sorocaba”. (10.01.1969).

“Encontrada em Guarulhos a mais recente vítima do Esquadrão”. (15.02.1969).

“Procurador Geral informa que não recebeu denúncia contra Esquadrão”. (06.03.1969).

“O Governo, nesta longa entrevista”. (07.05.1969).

“Na Justiça 1º inquérito contra o esquadrão da morte”. (01.01.1970).

“2 denúncias contra Fleury”. (20.05.1970).

“De sexta para domingo sete cadáveres”. (20.07.1970).

“Corregedor diz ter provas contra membros do Esquadrão”. (23.07.1970).

“O escândalo não ajuda, diz secretário” (24.07.1970).

“Juiz Corregedor pede providências enérgicas no TJE”. (25.07.1970).

“Mais mortes: 8 em 48 horas”. (26.07.1970).

“Esquadrão ameaça matar Bicudo”. (30.07.1970).

“CEI começa a apurar crimes do Esquadrão”. (14.08.1970).

“Esquadrão não tem medo”. (18.08.1970).

“Esquadrão acuado, xadrezes vazios”. (06.09.1970).

“Promotor repele prisão especial para Fininho”. (12.09.1970).

“Armas que mataram Guri são submetidas a teste”. (17.09.1970).

“Delegado será julgado hoje por crime do Esquadrão”. (30.09.1970).

“Denunciados por homicídio 16 policiais”. (03.10.1970).

“Subversão, defesa do Esquadrão”. (18.12.1970).

“O cerco ao Esquadrão”. (24.12.1970).

“Nova denúncia visa o Esquadrão”. (17.02.1971).

“Procurador: Justiça comum é competente”. (17.03.1971).

“Procurador pedirá a apuração de 5 mortes”. (21.08.1971).

“Sugerida LSN para Esquadrão”. (12.12.1971).

“Morte, sinais do Esquadrão”. (25.03.1972).

“Esquadrão da Morte foge à ação da lei”. (26.03.1972).

“É o quinto Juri do Esquadrão”. (14.05.1972).

“Sindicância acusa Fleury e Astorige”. (28.07.1972).

“Mais 4 sindicâncias”. (04.08.1972).

“A cidade que ficou com medo de si mesma”. (05.12.1972).

“Esquadrão: Sodré e Meireles depõem”. (30.01.1973).

“Os sintomas de um processo do Esquadrão da Morte”. (26.07.1973).

“A Justiça contra o Esquadrão recebe solidariedade”. (30.09.1973).

“Mudanças no processo do Esquadrão”. (01.12.1973).

“Fleury e Fininho impronunciados em um dos processos”. (23.04.1974).

“Adiado Juri do EM”. (18.07.1974).

“Sob a proteção do Esquadrão, acima da Justiça”. (25.08.1974).

“Policiais são pronunciados”. (24.10.1974).

“Testemunha denuncia coação do Esquadrão”. (06.11.1974).

“Às 13h40, Fleury começa a ser julgado, ele nega tudo”. (23.11.1974).

“O delegado Sérgio Fleury absolvido por unanimidade”. (24.11.1974).

“Promotor quer anular Juri que absolveu 2 policiais”. (08.05.1975).

“O promotor pede condenação”. (22.05.1975).

“Esquadrão provoca divergência”. (23.08.1975).

“Outro julgamento de Fleury em Guarulhos”. (03.10.77).

“Exonera-se o procurador Quintanilha”. (21.10.1977).

“Juiz decreta a prisão de Fleury”. (22.02.1978).

“Fleury se entrega à Justiça em Guarulhos”. (23.02.1978).

“Juiz Filardi Luiz: “Eu teria enviado Fleury ao presídio”. (01.03.1978).

“Erasmus: Grau de violência é natural”. (16.03.1978).

3. *O Estado de São Paulo*

As matérias citadas abaixo se encontram disponíveis em: acervo.estadao.uol.com.br

“Corpo aparece no ABC Esquadrão é suspeito”. (22.11.1968).

“Esquadrão, seu cartaz e 3 vítimas”. (07.12.1968).

“Nesta lista pode estar o Esquadrão”. (11.12.1968).

“Esquadrão teria voltado a atuar”. (19.12.1968).

“Saponga abatido em tiroteio”. (09.01.1969).

“Mais 4 vítimas do Esquadrão”. (29.01.1969).

“Esquadrão mata mais três”. (22.02.1969).

“Chancelar e Sodré falam sobre política”. (05.03.1969).

“Eis o revelador laudo de Guri”. (31.01.1970).

“Promotoria estuda ação do Esquadrão” (22.05.1970).

“Esquadrão quer vingar policial”. (19.07.1970).

“Após a vingança, os crimes param?” (23.07.1970).

“Justiça denuncia escalada”. (22.07.1970).

“Danilo critica afirmação do Juiz” (24.07.1970).

“Luta contra o Esquadrão recomeça 2ª”. (25.07.1970).

“Promotor quer o nome dos policiais que mataram Guri” (04.08.1970).

“Sodré nomeia Comissão”. (11.08.1970).

“3 mortes misteriosas: a volta do Esquadrão?” (08.09.1970).

“Esquadrão ataca quem sabe muito”. (09.09.1970).

“Justiça defende-se e acusa a Polícia”. (15.09.1970).

“Juiz aceita a denúncia”. (07.10.1970).

“Comissão Especial de Investigação é extinta”. (14.10.1970).

“As contradições de Barbour”. (23.10.1970).

“Juiz estuda a nova denúncia”. (27.04.1971).

“Supremo julga hoje processo de Fleury”. (19.05.1971).

“Bicudo sai mas a apuração continua”. (04.08.1971).

“Esquadrão sob cerco da Justiça”. (24.03.1972).

“Membros do esquadrão da morte vão a Júri”. (03.04.1972).

“Pedida a prisão para o delegado”. (28.04.1972).

“Juiz manda prender três do Esquadrão”. (16.08.1972).

“Sodré é testemunha de Correia”. (17.10.1972).

“Sodré ainda nega: não há Esquadrão”. (21.10.1972).

“Fleury não aparece outra vez”. (18.01.1973).

“Sodré volta a negar a existência do Esquadrão”. (30.01.1973).

“Promotor pede reforma da decisão para o caso Fleury”. (26.07.1973).

“Fleury deve apresentar-se hoje”. (24.10.1973).

“Fleury pode ir a Juri Popular”. (13.11.1973).

“Fleury obtém nova vitória na Justiça paulista”. (21.11.1973).

“Pressões afastam promotores”. (01.12.1973).

“Fleury pode sair da cadeia: Juiz de Barueri atende pedido”. (21.12.1973).

“O privilégio do preso Fleury: o Natal em família”. (27.12.1973).

“Fleury está solto outra vez, por ordem da Justiça”. (19.01.1974).

“Juri do Esquadrão poderá ser adiado”. (10.04.1974).

“Esquadrão voltará a Júri; Justiça revoga absolvição”. (23.07.1974).

“Fleury pode esperar o Júri em ala especial”. (24.10.1974).

“Advogados vão tentar evitar a prisão de Fleury”. (29.10.1974).

“O julgamento que decide a sorte de Fleury”. (23.11.1974).

“Delegado Fleury é absolvido por unanimidade”. (24.11.1974).

“Erasmus prefere excesso à omissão”. (01.05.1975).

“Ameaça não impede o Juri de Fleury”. (30.09.1977).

“Juri absolve Fleury em Barueri”. (02.10.1977).

“Fleury apresenta-se e fica em cela especial”. (23.02.1978).

“Juiz decide hoje sobre liberdade a Fleury”. (24.02.1978).

“Fleury, em seu gabinete, recebe apoio de delegados”. (25.02.1978).

“14 do Esquadrão serão julgados em Guarulhos”. (02.12.1978).

BIBLIOGRAFIA

ALBIN, Ricardo Cravo. *Driblando a censura: de como o cutelo vil incidiu na cultura*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

AARÃO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1990

ABREU, Alzira Alves de et al. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALBERT, P; TERROU, F. *História da Imprensa*. São Paulo; Martins Fontes, 1990.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *Estado e oposição no Brasil (1964/1984)*. Bauru: EDUSC, 2005.

ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERE, Ivanor Luiz. A utilização da imprensa escrita para a escrita da História: diálogos contemporâneos. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*. Brasília, vol.1, nº2, p. 30-53. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/viewissue.php?id=7>>. Acesso em: 12 set. 2016.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados. Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-80)*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de S. Paulo e Movimento*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ARNS, Paulo Evaristo (org.). *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARBOSA, Ruy. *A Imprensa e o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Simões, 1957.

BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e Segurança Pública em São Paulo (1946-1964)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 209 páginas, 2006.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BICUDO, Hélio Pereira. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício de historiador*. Tradução André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Europa-América, 1993.

BRASIL: Secretária Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretária Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência – a Polícia da Era Vargas*. Brasília: UNB, 1994.

CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino* (Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

_____. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à História*. 5º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de Textos”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997: 375-399.

CARDOSO, Irene. “68: a comemoração impossível”; REIS FILHO, Daniel Aarão. “1968: o curto ano de todos os desejos”; MATOS, Olgária Chain Feres. “Tardes de maio”. *Tempo Social – Revista da Sociologia da USP*, out. São Paulo, 1998.

CARVALHO, Francismar Lopes de. O conceito de Representações Coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CARVALHO, José M. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2005.

CASTELO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

_____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAMMAS, Eduardo. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação de mestrado em História Social, USP, 2012.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

_____. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CODATO, Adriano. “O golpe de 64 e o regime de 68”. *História, Questões e Debates*, 40, 11-36, Editora UFPR, 2004.

COMBLIN, Joseph. *A doutrina de segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842*. Matizes do vocabulário político e social. Petrópolis: Vozes; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

D’ARAÚJO, Maria Celina et al. (orgs.) *Os Anos de chumbo. A Memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. (orgs.) *A volta aos quartéis. A Memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____ (orgs.) *Visões do golpe. A Memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs). Ernesto Geisel. RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1987,

DREIFUSS, Rene. *1964: a conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis, Vozes, 1981.

DUARTE, Celina. “*A imprensa no processo de distensão (1974/1978)*”. *Imprensa e redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas. 1945 e 1974*. Dissertação de Mestrado em História, PUC, São Paulo, 1987.

FERREIRA, Marieta M (org). *João Goulart. Entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

_____ (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 3ª Ed., Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001

_____. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____, Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004.

FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo, Atual, 1988.

FON, Antônio Carlos. *Tortura. A História da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1981.

FREIRE, Alípio et. al. (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. Memória dos presos políticos. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* São Paulo: Cia das Letras, 2009.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

_____. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

HUGGINS, Martha; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip. *Operários da Violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras*. Brasília: UnB, 2006.

LEME, Bruno Paes. *Crescimento e queda dos homicídios em São Paulo entre 1960 e 2010 – uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime* (Doutorado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

LUCA, Tania Regina de. História dos nós e por meio dos periódicos, In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MAGALHÃES, Mario. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Ser jornalista: O desafio das tecnologias eo fim das ilusões*. São Paulo: Paulus. 2009, p.57.

MARTINS FILHO, João R. *O palácio e a caserna*. São Carlos, Ed. UFSCAR, 1994.

MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças armadas e política, 1945-64: a ante-sala do golpe” IN: FERREIRA, J. et al (orgs). *O Brasil republicano* (3). Civ. Brasileira, 2003.

MATOS, Vanessa. *O Estado contra o povo: a atuação dos Esquadrões da Morte em São Paulo (1968 a 1972)* (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo e Boitempo Editorial, 1999.

NETO, David Maciel de Mello. *Esquadrão da Morte: genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957-1987)*. (Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

PANDOFI, Fernanda Cláudia. *A Abdicação de D. Pedro I: Espaço Público da Política e Opinião Pública no final do Primeiro Reinado*. Tese de Doutorado Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP. Título de Doutor em História 172 páginas.

PEDROSO, Regina Célia. *Estado Autoritário e Ideologia Policial*. São Paulo: Humanistas – Fapesp, 2005.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo P. S. (orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois* (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004

RIBEIRO, Octávio. *Barra Pesada*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1977.

RICOEUR, Paul. *Em torno ao político*. SP: Loyola, 1995.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROSEMBERG, André. *Polícia, policiamento e o policial na Província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 436 páginas, 2008.

SANTOS, Cecília Macdowell et al. (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memórias e justiça no Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild Editores, 2009.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SOARES, Gláucio Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo/Porto Alegre: Inter-Com/EDIPUCRG, 2011.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do Medo – vida e morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Editora Globo, 2000.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de São Paulo, *Polícia Urbana e Ordem Disciplinar – A Polícia Civil e a Ordem Social na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 286 folhas, 1992.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TELES, Edson e SAFTLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. RJ, Editora Zahar, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas, Editora Unicamp, 1997.

VENTURA, Zuenir. *1968: o que fizemos de nós*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2008.

ANEXOS**ANEXO A – Governadores do Estado e Secretários de Segurança Pública****Governadores do Estado de São Paulo durante o Regime Militar¹³⁰**

Nome dos Governadores	Período de Gestão
Adhemar Pereira de Barros	31.01.1963 a 06.06.1966
Laudo Natel	06.06.1966 a 31.01.1967
Roberto Costa de Abreu Sodré	31.01.1967 a 15.03.1971
Laudo Natel	15.03.1971 a 15.03.1975
Paulo Egydio Martins	15.03.1975 a 15.03.1979
José Maria Marin	15.05.1982 a 15.03.1983
André Franco Montoro	15.03.1983 a 15.03.1987

¹³⁰Disponível em: <www3.al.sp.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2016

Secretários de Segurança Pública do Estado de São Paulo durante o Regime Militar¹³¹

Nome dos Secretários de Segurança Pública	Período de Gestão
Gal. Aldevio Barbosa de Lemos	31.01.1963 a 25.06.1964
Gal. Ivanhoé Gonçalves Martins	25.06.1964 a 14.09.1964
Dr. Cantídio Nogueira Sampaio	14.09.1964 a 07.04.1966
Gal. João Paulo da Rocha Fragoso	07.04.1966 a 31.01.1967
Gal. Sebastião Ferreira Chaves	31.01.1967 a 10.04.1968
Hely Lopes Meirelles	10.04.1968 a 29.08.1969
Gal. Olavo Vianna Moog	29.08.1969 a 19.03.1970
Danilo Darcy de Sá da Cunha e Melo	19.03.1970 a 02.02.1971
Gal. Servulo Mota Lima	02.02.1971 a 05.03.1974
Waldemar Mariz de Oliveira Júnior	05.03.1974 a 02.04.1974
Cel. Antonio Erasmo Dias	02.04.1974 a 16.03.1979
Des. Octavio Gonzaga Júnior	16.03.1979 a 15.03.1983
Des. Manoel Pedro Pimentel	15.03.1983 a 10.09.1983
Dr. Miguel Reale Júnior	10.09.1983 a 31.01.1984
Dr. Michel Miguel Elias Temer Lulia	31.01.1984 a 14.02.1986

¹³¹ Disponível em: www.ssp.sp.gpv.br. Acesso em: 12 set. 2016

ANEXO B – Entrevista com Percival de Souza

Percival: Eu vivi muito das coisas. Inclusive o fato do Fleury não ser o Fleury do DOPS, mas da polícia comum, da delegacia de roubos (ele e outros). Eu comecei a cobrir a área criminal para o *Jornal da Tarde*, fui um dos fundadores; fui para lá em 65... 66. O Mino Carta queria que eu fizesse uma nova dimensão da reportagem policial. Comecei engatinhando e conheci vários desses caras! Mas o que acontece? Quando surge em 64 e se monta a estrutura do DOPS, foram convocados exatamente os policiais que eram da polícia comum, entre eles o Fleury e vários deles. Eu me lembro de que uma vez (tinha uma sala de imprensa, nesse prédio que hoje é o Palácio da Polícia) e um dia eu estou descendo para ir embora, já era noite, e no 3º. andar ficava a delegacia de roubos e a carceragem e vi uma fila imensa pelo corredor. Então eu olhei aquilo... Mas fui embora. Depois eu procurei saber: era a fila dos presos esperando a vez de serem pendurado no pau de arara! Assim! Como uma rotina para os policiais, algo absolutamente rotineiro. Normal para eles isso em 66, 67, 68... Preso comum... Era um negócio incrível. Em 69 teve a fusão; era: a Força Pública e a Guarda Civil fundem-se as duas e nasce a Polícia Militar, numa só. Assim, alguns policiais foram para a OBAN. Quer dizer o *know-how* da polícia é levado para lá. Tudo isso era a coisa mais normal do mundo. Era uma coisa incorporada ao cotidiano.

Profª. Drª. Maria Aparecida de Aquino: Então quer dizer que nesse momento que houve a fusão, alguns saem da polícia e vão para a OBAN?

Percival: Exatamente. Vão como que convocados, solicitados, recrutados entre os melhores. O que para eles era uma situação totalmente diferente, para a qual ninguém estava preparado. Foi o que houve. Foram muitos mesmo!

Márcia: Aliás, você fala no livro que você estava marcado para morrer. Como é que foi isso?

Percival: Essa denúncia do Esquadrão da Morte que eu fiz isoladamente, solitariamente... Se você vir os arquivos nos jornais, nenhuma voz se levantava, eu era isolado. Então me tornei o inimigo número um com isso. Então, quando a justiça começou a agir foram decretadas algumas prisões, entre elas a do Fininho, Ademar Augusto de Oliveira. Ele fugiu para o Paraguai, eu consegui localizá-lo. Ao final de tudo o Fininho me disse qual era meu caminho... Ele me disse que eu deveria ter sido morto há uns dois anos mais ou menos.

Márcia: Você estava presente nas audiências do julgamento do Fleury?

Percival: Sim, várias, nos processos do Esquadrão da Morte.

Márcia: Então tem muito de seu testemunho em seu livro?

Percival: Eu me coloco, porque com esses processos do Esquadrão, eu estava nas cabeças dos caras. O próprio Fleury jamais entendeu, acho eu. Porque ele era um diamante para a repressão, em nome da Segurança Nacional; e era perseguido por “causa da morte de alguns vagabundos pé de chinelo”, isso nunca entrou na cabeça dele! Mas como? Lá eu mato, tudo bem, sou herói; aqui por causa desses vagabundos eu sou processado? Não entrava isso na cabeça dele, criminoso comum, ladrão; não entrava mesmo.

Márcia: E sobre o mito Fleury?

Percival: Em outros estados ele era reverenciado. Até porque o DOPS nas vigilâncias de tudo, desde morador de condomínio, quem mora em apartamento, quem mudou? quem chegou? Os juízes entravam nessa também. Fleury era o todo poderoso, muito prestigiado no Exército, na Marinha, na Aeronáutica e nos respectivos Serviços de Informações. Era uma coisa impressionante

ANEXO C – Entrevista com o Dr. Hélio Pereira Bicudo

Márcia: O senhor poderia comentar sobre o fato do ex-governador Sodré e o ex- secretário de Segurança Pública, Hely Lopes, enquanto autores intelectuais do Esquadrão da Morte.

Dr. Hélio Bicudo: Eu acho que o episódio do Esquadrão da Morte não é apenas um episódio de banditismo. É um banditismo orientado pela política. A maneira pela qual o próprio ex-governador de São Paulo Sodré agia nessa linha, na qual eles montaram o Esquadrão da Morte; o Esquadrão da Morte foi montado pela própria polícia civil, para servir ao Estado.

Márcia: E quanto às dificuldades que o senhor enfrentou nas investigações, sobre os crimes cometidos pelos membros do Esquadrão da Morte?

Dr. Hélio Bicudo: Eu acho que como a atuação do Esquadrão da Morte estava muito ligada ao setor político do governo do Estado, as dificuldades que ocorreram para se chegar a uma solução foram muito grandes. O próprio ex-secretário da segurança - Hely - eles não aceitavam a ideia de que o Esquadrão da Morte era uma atividade política e que precisava ser contida pela própria política.

Márcia: Eles inclusive negaram durante muito tempo a existência do Esquadrão da Morte.

Dr. Hélio Bicudo: Sim. Achavam que era apenas uma coisa lateral que não tinha nada a ver com o governo. Mas tinha, tanto que o próprio ex-governador Sodré se manifestou dizendo que não havia nenhum Esquadrão da Morte, que isso era uma exploração.

Márcia: O senhor poderia falar sobre o Presídio de Tiradentes.

Dr. Hélio Bicudo: O Presídio de Tiradentes era um presídio político e eu algumas vezes fui visitá-lo, até com Dom Paulo Evaristo. Nós éramos hostilizados não pelos prisioneiros, mas pela polícia. Até uma vez um delegado começou a dizer desaforos para Dom Paulo e eu tive que interferir, porque não tinha cabimento o que a polícia estava fazendo.

Márcia: O senhor fala em seu livro *Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte* sobre um documento chamado "grade", onde haveria os nomes das pessoas que seriam levadas pelo Esquadrão da Morte para serem executadas.

Dr. Hélio Bicudo: Grade é uma coisa que ainda existe do ponto de vista burocrático. Era uma "lista" como nome das pessoas que estavam integrando um determinado grupo. Isso havia mesmo.

Márcia: Mas eles utilizavam essa grade para retirar os presos do presídio?

Dr. Hélio Bicudo: Sim. Na verdade o que eles faziam era jogar os "pés de chinelos" dentro do presídio e depois tira-lo para eles serem mortos na periferia.

Márcia: Então matavam sumariamente os pés de chinelos?

Dr. Hélio Bicudo: É verdade. Eu lembro um fato em que o diretor do Presídio de Tiradentes "provocava" alguns eventos, dentro do Presídio, para justificar a retirada de presos.

Márcia: As investigações e processos criaram algum tipo de conflito entre o Poder Executivo e o E membros do Poder Judiciário? Porque muitos juízes...

Dr. Hélio Bicudo: Não sei até que ponto. Porque eu tive o auxílio de um promotor público que depois foi cooptado pela Magistratura. Eu mesmo fui. Naquele período havia o Conselho Superior da Magistratura, que não era um órgão dentro do Judiciário. Eu fui indicado para o Tribunal pelo Conselho Superior de Magistratura.

Márcia: O senhor sofreu algum tipo de ameaça, enquanto investigava o Esquadrão da Morte?

Dr. Hélio Bicudo: Pessoalmente não. As ameaças eram, mais ou menos, dentro da minha casa por telefone: “olha, vai acontecer isso”. Não falavam comigo, mas com meus filhos e com a minha esposa. Essas ameaças ocorreram mesmo.

Márcia: Sobre o Sérgio Fernando Paranhos Fleury, o envolvimento dele no Esquadrão da Morte causou constrangimento para as autoridades públicas e militares?

Dr. Hélio Bicudo: Ele era “pau mandado” desse pessoal. Ele foi cooptado pelos militares, inclusive para fazer algumas diligências fora do Brasil. Então ele era um homem do sistema.

Márcia: Talvez por isso mesmo as autoridades ficaram constrangidas? O que o senhor pensa sobre isso?

Dr. Hélio Bicudo: É possível. Chegou um momento que essa coisa esfriou, o Esquadrão da Morte e os processos fizeram com que o Fleury, evidentemente, fosse afastado. Ele foi nomeado para o setor de investigação política da polícia. E isso, evidentemente, amparado pelo Exército.

Márcia: O senhor podia falar sobre as implicações políticas da existência do Esquadrão da Morte.

Dr. Hélio Bicudo: O Esquadrão da Morte não era apenas para matar marginais. Isso era apenas uma coisa para encobrir a atuação deles com relação à parte política. Então você tem muitas “mortes políticas”, nessa ocasião; pseudos desastres. Foi mais ou menos isso, na década de 70. E eu me lembro nessa ocasião do pessoal do Esquadrão, a posição do II Exército era, inteiramente, favorável ao Fleury. E eles achando que eu estava exorbitando. Tanto que nessa havia um jornalista, que trabalhava do Estadão que era meu amigo, e me disse: “olha, Hélio, tem um oficial do Exército, um coronel, que gostaria de conversar com você a respeito do Esquadrão da Morte; ele quer ser bem informado. Eu fui até o II Exército à noite e ficamos conversando um tempo enorme porque ele estava mal informado, ficou achando que eu era essa esquerda maluca, que eu queria atrapalhar as coisas, que o Fleury era um homem exemplar. Esclareci a ele. Foi uma conversa de mais de duas horas no II Exército. Olha... O Esquadrão da Morte não era um órgão da polícia, era um órgão do sistema político. As pessoas que o compunham evidentemente foi o Fleury que escolheu. Os processos que eu fiz seguiram. Eu sei que apenas foi condenado um caso.

Márcia: Tanto que tem o Juiz Nelson Fonseca que trabalhou com o senhor nas investigações.

Dr. Hélio Bicudo: O Nelson foi de muita ajuda. Ele não estava bem de acordo com os ditames da Magistratura, que o juiz não podia intervir. Ele foi muito acessível, inclusive ajudou nos meios para a gente avançar nas investigações. Mas essa luta foi uma luta mais pela Justiça e pela Democracia, do que outro tipo de luta que pudesse acontecer. Foi por isso que o Exército tentou mostrar que eu era subversivo. Porque na verdade ele era um homem do *establishment* militar. Depois, eu senti que os militares se afastaram. Porque o Exército é diferente da polícia. Enquanto o Exército estava, o Fleury tinha realmente um pé muito grande nessa coisa, depois o Exército saiu.

ANEXO D – Entrevista com Dr. João Benedito Azevedo Marques

Márcia: O senhor poderia falar sobre o Esquadrão da Morte? Sobre a origem, as atividades criminosas. E também da possibilidade das autoridades estarem envolvidas.

Dr. João: Bom, resumindo até para usar datas mais fixas. O Esquadrão em São Paulo teve o auge dele foi entre os anos 68 -70, que coincide com o Regime Militar e com a Ditadura. A origem do Esquadrão da Morte no Brasil, pelo que sabemos, começou, se não me engano, em 67, se não me engano no Rio de Janeiro, através da Scuderie Le Cocq. Na época, essa reação se deu porque mataram um investigador no Rio de Janeiro. E assim começou uma reação própria, talvez do período autoritário da Ditadura, que nós estávamos vivendo – a da resposta ao crime de uma forma igualmente violenta e ilegal. Isto em síntese foi a origem detonadora do Esquadrão da Morte no Rio de Janeiro. Também nessa época, em termos de criminalidade, o assalto ainda era baixo, mas começava a ter peso o tráfico de entorpecentes. Daí esse exemplo do Rio de Janeiro, que até tinha os “homens de ouro”. Mas voltando... e então... O início foi mais ou menos aí. A gente tinha a questão da morte de policial, a criminalidade patrimonial, os crimes de roubo a mão armada começavam a aumentar. Começava a surgir de maneira que era menos comum que antes, que era só o fruto qualificado. Então a polícia, através da Secretaria da Segurança, tinha que dar uma resposta a esse aumento da criminalidade. Não me lembro do Secretário da Segurança... Hely Lopes. O Presidente do Tribunal era uma figura extraordinária, o doutor Hildebrando Dantas de Freitas. Um homem de cabelo branco, um homem seríssimo. E o Procurador Geral da Justiça que era o doutor Dario de Abreu Pereira, que fez uma designação do Dr. Hélio Bicudo para apurar as atividades do Esquadrão da Morte. Essa apuração passou a ser feita na Corregedoria da Polícia Judiciária, com dois juízes de grande integridade: o Dr. Nelson Fonseca e o Dr. Paulo Restiffe. O Dr. Hélio Bicudo, Dr. Dirceu de Melo, Dr José Silva Fonseca Tavares eram os promotores. Eu estava chegando em São Paulo, do sertãozinho, recém casado. Eu já havia trabalhado na Corregedoria, então fui designado Promotor para atuar na Corregedoria, quando se iniciavam as investigações do Esquadrão da Morte. O Dr. Hélio não imaginava aonde poderiam chegar as investigações. As investigações começaram a fluir. Nós recebemos muitas informações de testemunhas, presos e também de uma pessoa muito importante nisso, que foi o Padre Agostinho.

Profª. Drª Maria Aparecida de Aquino: Que era a pessoa que tinha contato com os presos?

Dr. João: Ele tinha contato com os presos. Por força de eu também visitar o sistema prisional. Um desses presos que era o Hélio Rubem de Carvalho, que estava envolvido no contrabando de automóvel furtado no Paraguai e que tinha envolvimento da polícia, ele nos deu também muitas informações junto com os presos. Muitos dos presos indicados pelo Padre Agostinho. E nós começamos a formar uma espécie da moldura. Aí aconteceu o seguinte: nesse período de 68 - 70 o Esquadrão da Morte matou em São Paulo mais ou menos 200 pessoas. Criminosos, alguns não tinham antecedentes, mas a grande maioria tinha. Criminosos comuns, crime contra o patrimônio, basicamente assalto. Criminosos até com certa periculosidade. Se pegar o jornal da época como *Notícias Populares*, aparecia assim: “*presunto encontrado em Guarulhos*”. Teve um famoso coitado o “*Nego Sete*”: “*presunto encontrado na grande São Paulo Suzano*.” Bom, e foram muitas pessoas. A gente não sabia direito ainda, a gente desconfiava, mas não sabia quem eram as pessoas, como isso de certa forma funcionava. Consta até que era um grupo de investigadores do qual fazia parte e foram todos denunciados: Fininho I, Fininho II o Correinha, o Tralli e o delegado Fleury que mais ou menos comandava o grupo. Delegado não sei se teve outros, parece que teve um tinha até o apelido era Raul Pudim. Mas então vamos nos fixar que era um grupo de investigadores com o Fleury e com a missão de dar segurança a São Paulo. As investigações começaram a avançar, tomada de depoimentos, mas nós não tínhamos ainda, a gente desconfiava, mas não tínhamos provas seguras. Consta até que na Avenida Duque de Caxias tinha um famoso bar do Abrão. Um bar onde eram feitos os julgamentos com a participação.... quem deveria sair de circulação, vamos dizer. Bom, com o avançar das investigações, vamos dizer, o pessoal da polícia viu que podia ter consequência. E as tantas eles fizeram isso, foi emblemático: eles fizeram uma carreata saindo do DEIC numas 20 viaturas policiais com as sirenes ligadas e passaram em frente ao Tribunal de Justiça como se tivessem intimidando e o Presidente era o Dr. Hildebrando Dantas de Freitas, o Corregedor Geral de Justiça era o Dr. Adriano Marrey, que eram pessoas seríssimas. O Dr. Hildebrando deu na época uma declaração duríssima, curta e dura de defesa das investigações e de repúdio a qualquer tipo de pressão.

Profª. Drª Maria Aparecida de Aquino: Essa carreata que eles fizeram foi entre 68-70?

Dr. João: Foi nesse período, talvez 69. Foi no curso das investigações, que estavam avançando. O que aconteceu foi que nós recebemos, através do Padre Agostinho, uma informação de que no Presídio Tiradentes, na sala do diretor havia um armário de madeira onde havia pastas de arquivos. Teve o seguinte desenrolar: o armário estava fechado e o Padre Agostinho disse que tinha essas pastas. Eu falei, porque o Padre Agostinho era o capelão do Presídio Tiradentes. Nós chegamos na sala do diretor com Nelson Fonseca, com um juiz presente, e dissemos assim: “*esse armário o que tem aí dentro?*” O diretor ficou perplexo: “*não... tem uns documentos*”. “*Então abra*”. O armário foi aberto e de lá saíram as pastas com as Recolhas, as Recolhas.... o pessoal... mas a Recolha dizia assim por exemplo: *no dia tal, a tantas horas, o Nego Sete foi recolhido no Presídio de Tiradentes aos cuidados de fulano de tal, e se encontra recolhido*. Só que no dia desse período que ele estava recolhido, o jornal noticiou o encontro do sujeito morto em Guarulhos. Então ficou claro que aquelas denúncias que nós estávamos recebendo de presos que se retirava, porque retirava o preso do Presídio de Tiradentes e matava. E desovava. Dai ficou claro e se fechou o quadro.

Profª Drª Maria Aparecida de Aquino: Quer dizer que essa Recolha foi um documento essencial

Dr. João: Um documento muito importante. Daí começaram a surgir as denúncias dos vários processos em São Paulo, Guarulhos. Tinha uma promotora, Maria Claudia de Sousa Foz; ela trabalhava em Diadema, acho que foi em Diadema. Maria Claudia Souza Foz trabalhou no processo depois que foi feita essa investigação. A investigação foi feita pelo Ministério Público e pelo Juiz Corregedor no Fórum aqui. Que a Corregedoria era Corregedoria da Polícia Judiciária que era o Juiz que tinha por função controlar as atividades policiais. Então aí começou vir um rio de provas, neh! Quer dizer além das suspeitas, dos depoimentos dos presos, tinha as Recolhas, daí tinha o encontro do cadáver, o exame cadavérico. Há mais: os presos tinham uma característica, além de serem quase todos de assaltos e crimes contra o patrimônio, um pouco de entorpecentes. Mas tinha uma característica: eles foram executados todos com vários disparos de armas de fogo, todos foram... teve casos de presos executados com seis... dez... executados com tiros na cabeça. E tiros nas costas, isso está nos laudos de exames necroscópicos. Bom... depois foi uma questão de trabalho de formiguinha. De colher depoimento, de juntar Recolha, de

encontrar um inquérito que faltava do preso tal, do processo, que não caminhava, então ia lá e juntava e fazia a prova. E com esses promotores designados com Dr. Hélio e o Dr. Dirceu de Melo atuando nas varas e eu continuando a atuar na Corregedoria fazendo as investigações. Aí se formou o quadro de provas; eles eram retirados do presídio à noite regra geral. Era o *modus operandi* e eram executados. Havia aquele julgamento no bar do Abrão, eu acho. Decidia: vai ser fulano de tal e assim foi um número expressivo. E daí eles começaram a ficar preocupados. Talvez daí tenha vindo a tal da carreata. O Dr. Hildebrando Dantas de Freitas, que era o Presidente do Tribunal, deu essa declaração de apoio às investigações. Porque houve ameaças, desde ameaças veladas... Daí chegou-se a dar segurança para ele e um dos promotores. Fininho fez isso: desparafusou as rodas do carro de um dos promotores. Então foi um jogo muito bruto. Porque na hora que se descobriu a Recolha, a casa caiu. Já tinham os depoimentos, já tinham as declarações de presos, *é mais daí é acusação de preso, não merece credibilidade*, mas vieram as Recolhas, o encontro do cadáver, o laudo de exame necroscópico.

Profª. Drª Maria Aparecida de Aquino: Basicamente os documentos que vocês utilizavam. Primeiro o depoimento dos presos, aí encontrou o poderoso Recolha e depois exames de laudos cadavéricos e os exames de local.

Dr. João: Exames de laudos cadavéricos e de local. Porque daí claro que se encontrou preso com arma na mão. Os famosos cabritos é arma fajuta que se coloca na mão do preso para dizer que teve resistência. Então é uma página muito triste. Que tinha no Rio de Janeiro aonde vamos dizer... isso era ligado ao jogo do bicho ao famoso capitão Guimarães foi, vamos dizer, foi o modelo inicial. Scuderie Le Cocq. E veio pra São Paulo a pretexto de se combater a criminalidade violenta, de dar segurança pra sociedade. Se combater com rigor.

Márcia: O senhor enfrentou dificuldades para investigar?

Dr. João: Eu era muito jovem na época, talvez um pouco descuidado. Mas cheguei a receber telefonemas na minha casa. E as coisas se perderam. A senhora imagine: algumas coisas nunca se esquece... foi o encontro das Recolhas. A Maria Claudia foi ameaçada, especificamente, pelo

Fleury. Ela fez júri, ela acusou e tiveram que dar segurança para ela no dia do júri. Ela acusou o Fleury. Ela foi uma mulher de grande coragem. Ela foi ameaçada. O pessoal não tinha limite. Na verdade naquela época, com as costas quentes da Ditadura Militar, e o Fleury que tinha o apoio da Ditadura Militar na época. A Maria Claudia foi ameaçada. Ela perdeu o júri, que foram ameaçados e estavam apavorados. O prédio foi cercado, no dia do julgamento, pela polícia civil. Bom, e daí os processos foram se desenrolando. Mas as investigações da Corregedoria tiveram êxito.

ANEXO E – Entrevista com o Capitão Francisco Jesus da Paz

Paz: Eu sou um sertanejo, nasci no sertão de Alagoas, sou nordestino das Alagoas. Sai de casa aos 13 anos de idade, fui trabalhar na zona da mata, no engenho de açúcar dos 13 aos 20 anos, em regime de semi-escravo. Sozinho, pedi ao papai para sair de casa, ele autorizou, “quando quiser voltar volte”, e eu saí. Foi um grande desafio, porque eu sobrevivi a isso aí! Depois vim para São Paulo em 1960. Ingressei na Força Pública em agosto de 1962. Trabalhei na Cavalaria por um tempo. Depois fui para os Batalhões, fiquei um tempo no Tobias Aguiar, que era a Rota, depois fui para o Choque. Depois fui para o policiamento tático e na administração. Então eu fiquei muito na burocracia e no policiamento. Aí fui soldado, cabo e depois sargento. No começo, logo como soldado, comecei a participar do movimento de Praças, que buscavam mudanças no país, na Corporação, as reformas de base do Jango, o direito de voto para soldados, para sargentos, a reforma agrária. Essas questões, já comecei a participar ativamente, logo como soldado, logo que ingressei na Corporação.

Márcia: Você conheceu o delegado Fleury?

Paz: Na época eu trabalhava no Tobias de Aguiar, na Rota. Tinha notícia, até porque o Choque muitas vezes, durante os movimentos, se deslocava, mas nunca tive contato. Mas sabia mais ou menos. Tanto da atuação dele na repressão, como torturador, como organizador do Esquadrão da Morte. Eu tinha informações, mais ou menos, dentro do possível; porque, na época, as informações não circulavam com facilidade. As conversas com as pessoas eram muito cuidadosas para não levantar suspeitas, tínhamos este problema.

Márcia: Mas quais informações você tinha? O que chegava até você?

Paz: Para mim o que tinha, ele como delegado do DOPS, tinha atuação na repressão política a serviço da ditadura militar. Então as prisões, as torturas, as mortes de presos políticos, isto a gente tinha notícia e como organizador do Esquadrão da Morte que era uma decorrência. O que houve

neste caso em particular, o Esquadrão da Morte foi cooptado pelo Regime Militar porque eles tinham um *know how* de tortura e de interrogatórios de interesse do Regime e também para as prisões, as perseguições, as torturas dos opositores do Regime. O Esquadrão da Morte de São Paulo foi cooptado pelo Regime Militar. Ele tinha uma influência, tinha uma relação muito estreita com os militares, com o núcleo de poder militar. E aí tinha a questão das atividades próprias do Esquadrão da Morte. Na época, havia uma certa crise de segurança pública, a criminalidade já incomodava a população. Aqui o Esquadrão da Morte, no governo de Abreu Sodré, que o defendia o Esquadrão da Morte. Porque quem tentava incriminar o Esquadrão da Morte, quem condenava, quem contestava as atividades do Esquadrão da Morte era acusado de subversivo!